

Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França

Carlos Sangreman (coord.)

João Estêvão

Alexandre Abreu

Maria João Carreiro

Fernando Sousa Jr.



International Organization for Migration (IOM)
Organisation internationale pour les migrations (OIM)
Organización Internacional para las Migraciones (OIM)

Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França

(Coord.) Carlos Sangreman, João Estêvão, Alexandre Abreu,
Maria João Carreiro, Fernando Sousa Jr.



IOM International Organization for Migration
OIM Organização Internacional para as Migrações

IOM Development Fund

*Developing Capacities in
Migration Management*

Os autores são investigadores do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CESA) do ISEG, Universidade Técnica de Lisboa. Os pontos de vista expressos neste estudo são da responsabilidade exclusiva dos autores. Esta publicação tem por base o Relatório *Assessment of the Development Potential of the Guinea-Bissau Diaspora in Portugal and France* (Final Report to 1035 Facility). Os autores agradecem a todas as pessoas que disponibilizaram generosamente o seu tempo e conhecimentos no contexto das entrevistas realizadas no âmbito deste projecto. São também devidos agradecimentos especiais a Michel Tabet (antropólogo e assistente de investigação no contexto do trabalho de campo realizado em França), Canha Nan Bunde, João Ribeiro Có, Maria Pascoalina da Costa, Maria Teixeira, Moïse Gomis e Solène Guerinot. Finalmente, agradecemos à Embaixada da Guiné-Bissau em França pelo apoio prestado e, de forma especialmente calorosa, à FASCAE e aos seus dirigentes pelo apoio essencial que prestaram à realização do trabalho de campo em França.

Índice

Lista de quadros e gráficos	3
Abreviaturas e acrónimos	4
Sumário executivo	5
1. Introdução	6
2. Desenvolvimento, dinâmicas migratórias e diáspora guineense	9
2.1. Uma visão global do processo de desenvolvimento económico	9
2.2. Condicionantes do processo de desenvolvimento	14
2.3. As migrações guineenses: uma panorâmica histórica	19
2.4. A diáspora guineense na actualidade: um retrato estatístico	23
3. As comunidades guineenses em Portugal e França	27
3.1. Aspectos gerais	27
3.2. Práticas e dinâmicas transnacionais	31
3.3. Características do tecido associativo	35
3.4. A diáspora guineense altamente qualificada	41
3.5. Síntese conclusiva	45
4. Migrações internacionais e desenvolvimento humano no contexto da Guiné-Bissau: uma análise comparativa de 45 tabancas	48
4.1. A dinâmica migratória nas regiões continentais e seus efeitos no desenvolvimento das tabancas de origem	48
4.2. Comparação regional das grandes tendências migratórias e dos seus efeitos nas comunidades de origem	55
4.3. O apoio dos migrantes às suas famílias e comunidades de origem e seu impacto no desenvolvimento da Guiné-Bissau	63
4.4. Síntese conclusiva	68
5. Conclusões e recomendações	70
5.1. Conclusões gerais	70
5.2. Recomendações e sugestões para uma política nacional da diáspora	73
5.2.1. Recomendações de carácter político e estruturante	73
5.2.2. Recomendações ao nível de projectos e programas	74
Referências bibliográficas	82

Lista de gráficos e quadros

Gráficos

Gráfico 2.1: Evolução do Produto Interno Bruto, 1975-2010	9
Gráfico 2.2: Evolução comparada do PIB e da população, 1975-2010	10
Gráfico 2.3: Evolução comparada do RNB <i>per capita</i> , ppc, 1975-2010	11
Gráfico 2.4: Fluxos de financiamento internacional, 1975-2002	15
Gráfico 2.5: Principais pólos de concentração da população migrante de origem guineense	23
Gráfico 3.1: Montante médio anual das remessas enviadas pelos inquiridos	32
Gráfico 5.1: Arquitetura institucional para execução de programas e projectos	79

Quadros

Quadro 2.1: Indicadores de qualidade de vida da população, 1980-2010	12
Quadro 3.1: Coeficientes do modelo explicativo do envio de remessas pelos inquiridos da comunidade guineense em França	33
Quadro 3.2: Caracterização do tecido associativo guineense em Portugal e França	36
Quadro 4.1: Migrantes e iniciativas promovidas por migrantes, por grupo étnico	56
Quadro 4.2: Países africanos de destino dos migrantes guineenses, por região	57
Quadro 4.3: Países europeus de destino dos migrantes guineenses, por região	58
Quadro 4.4: Peso das remessas no bem-estar das populações e percentagem de agregados rurais que recebem remessas	59
Quadro 4.5: Projectos de desenvolvimento comunitário com contribuição dos migrantes, por região	60
Quadro 4.6: Actividades geradoras de rendimento promovidas pelos migrantes, por região	60
Quadro 4.7: Percepção das populações sobre o contributo relativo dos diferentes actores para o desenvolvimento das tabancas	61
Quadro 4.8: Indicadores médios de serviços básicos, por região	62

Abreviaturas e acrónimos

ABP	União das Associações Baboque em Portugal - Associação
ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACIME	Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
ACP	África, Caraíbas e Pacífico
AEDES	Agence Européenne pour le Développement et la Santé
Aguinense	Associação Guineense de Solidariedade Social
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AT	Assistência técnica directa
ATN	Associação de Terra Natal
BM	Banco Mundial
CAGF	Confédération des Associations Bissau-Guinéennes de France
Camões IP	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Económica Europeia
CESA	Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
CIFAGP	Comissão Instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal
CCDIGB	Conselho Consultivo da Diáspora da Guiné-Bissau
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
EU	European Union
FAGP	Federação das Associações Guineenses em Portugal
FASCAE	Fédération des Associations du Secteur de Calequissé
FEC	Fundação Evangelização e Culturas
FLING	Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné-Bissau
GRDR	Groupe de Recherche et de Réalisation pour le Développement Rural
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILAP	Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza
INE	Instituto Nacional de Estatística (Portugal)
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censos (Guiné-Bissau)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INSEE	Institut National de la Statistique et des Études Économiques (França)
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
MICS	Multiple Indicator Cluster Survey
MIDA	Migration for Development in Africa
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
ODIGB	Observatório da Diáspora da Guiné-Bissau
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organização Não Governamental de Desenvolvimento
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PIB	Produto Interno Bruto
PGAD	Política Governamental de Apoio à Diáspora
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRB	Países de Rendimento Baixo
PRODIGB	Programa de Relação com a Diáspora
RESEN	Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SCMR	Sussex Centre for Migration Research
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SISA	Sistema de Informação para a Segurança Alimentar
SNV	Stichting Nederlandse Vrijwilligers
TESE	Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação
UAME	Union des Associations Mandiakos en Europe
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UN	United Nations
UNDP	United Nations Development Programme
USB	Unidade de Saúde de Base

Sumário executivo

O projecto *Assessment of the Development Potential of the Guinea-Bissau Diaspora in Portugal and in France* tem como principal objectivo fornecer informação contextualizada ao Estado da Guiné-Bissau sobre a diáspora guineense em Portugal e França e o seu potencial para contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Pretende-se, assim, contribuir para o reforço da ligação entre o Estado e a diáspora guineense e facilitar o desenvolvimento de estratégias que potenciem as mais-valias da diáspora para o desenvolvimento sustentado da Guiné-Bissau.

Em Portugal e França, procurou-se recolher informação relativamente às comunidades de origem guineense residentes nestes países, ao respectivo tecido associativo e às dinâmicas e práticas transnacionais que ligam a diáspora entre si e com a Guiné-Bissau. Pretendeu-se, através da combinação de diferentes estratégias de recolha de dados, obter um retrato actualizado e fidedigno das principais características das comunidades presentes nestes dois países; das suas actividades associativas; do carácter e intensidade das suas práticas transnacionais; e das suas percepções e pontos de vista relativamente ao processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau e ao papel actual e potencial da diáspora nesse processo. Os resultados obtidos confirmam que a diáspora guineense em Portugal e em França contribui de uma forma regular e significativa para o desenvolvimento e o bem-estar das suas comunidades de origem e da Guiné-Bissau em geral. O envio regular de um volume substancial de remessas; as múltiplas iniciativas levadas a cabo pelas associações, tanto no país de origem (onde muitas vezes substituem a acção do Estado), como nos países de acolhimento (no plano da assistência social mútua no seio da própria comunidade, ou enquanto embaixadores culturais); ou o regresso ao país de origem por parte de uma proporção razoável dos quadros altamente qualificados formados no estrangeiro (particularmente em Portugal) são apenas três das mais visíveis modalidades de contribuição por parte de uma diáspora que mantém uma vinculação identitária e afectiva notável relativamente ao seu país de origem.

Na Guiné-Bissau, recolheu-se informação sobre os impactos da migração nos níveis de desenvolvimento de 45 localidades das 7 regiões continentais do país. Os resultados obtidos no país confirmam, inequivocamente, a relevância da ligação da diáspora guineense com as suas localidades de origem. A forma que essa ligação assume é heterogénea, dependendo do grau de antiguidade do processo migratório, da situação dos migrantes no país de acolhimento, da pertença étnica e do grau de organização dos próprios migrantes. Foram identificados diferentes tipos de iniciativas promovidas pelos migrantes (construção de escolas e doação de material escolar, construção de centros de saúde, estradas e bombas de água), investimentos produtivos na agricultura e outras actividades geradoras de rendimento e apoio pontual em caso de urgência médica. As remessas foram recorrentemente consideradas como fundamentais para a satisfação de necessidades básicas. Concluiu-se que a migração guineense afecta substancialmente o bem-estar das populações não migrantes e que contribui para o desenvolvimento global do país, sendo mesmo fundamental em aspectos-chave como a saúde, educação e segurança alimentar.

A informação obtida serviu de suporte à elaboração de um conjunto de recomendações, que visam operacionalizar estratégias de reforço da ligação do Estado guineense com a sua diáspora em Portugal e em França, e que permitem tirar o máximo partido dos laços económicos, sociais, culturais e humanos que existem entre a diáspora e o seu país de origem, em prol do desenvolvimento da Guiné-Bissau. As recomendações compreendem dimensões estruturantes importantes, como a necessidade de o Estado guineense aprofundar o seu conhecimento em relação à diáspora, definir uma estratégia de acção, edificar e sustentar uma política de confiança mútua, reforçar a capacidade institucional nacional e desenvolver as relações entre a Guiné-Bissau e a sua diáspora (nomeadamente, no que se refere às remessas, investimento directo da diáspora, capacitação institucional, filantropia e apoio ao retorno definitivo). Finalmente, este estudo também sugere ao Governo guineense uma arquitectura organizacional para a concepção e execução de programas e projectos com a diáspora.

1. Introdução

A mobilidade e a migração são um traço distintivo da maior parte dos grupos etnolinguísticos que constituem a população da Guiné-Bissau. Os múltiplos movimentos de povos no espaço regional envolveram e conduziram a sucessivas recomposições populacionais no que é hoje a Guiné-Bissau, conferindo-lhe essa característica muito particular que é a de constituir um verdadeiro mosaico etnocultural e linguístico. A chegada dos portugueses e europeus, e o subsequente percurso colonial, geraram movimentos populacionais de grande amplitude, em consequência das “campanhas de pacificação” e de ocupação efectiva do território, das medidas de exploração e de repressão coloniais, até aos efeitos da guerra de libertação. Após a independência, a mobilidade populacional ganhou novas dinâmicas, com a crescente afirmação das migrações intercontinentais. Os diversos constrangimentos que têm impedido o desenvolvimento da Guiné-Bissau traduziram-se, desde então, em sucessivas vagas de emigração, com o rápido crescimento do número de migrantes, mas também das suas motivações, da sua origem regional e, ainda, dos destinos de emigração.

A incapacidade do Estado corresponder às expectativas de desenvolvimento e do bem-estar da população, nestes quase 40 anos de independência, bem como a permanente instabilidade política e consequente insegurança pessoal, profissional e empresarial, levaram os emigrantes a organizarem-se em associações, com diferentes graus de formalização e formas de intervenção no país, mas também com uma atitude de crítica permanente ao poder em exercício, independentemente da origem partidária. Esta atitude constitui um traço comum, que dá à diáspora guineense características muito próprias de desconfiança profunda em relação às iniciativas governamentais. Este sentimento cria dificuldades de relacionamento entre a diáspora e o poder político, com consequências evidentes sobre a capacidade de formulação e execução de políticas dirigidas para a emigração. Mas as sucessivas acções militares e golpes de Estado que têm atingido a Guiné-Bissau nas últimas décadas, não só aprofundam a instabilidade política e institucional, como retiram crédito e confiança no poder político, impedindo que o potencial da diáspora possa traduzir-se, de facto, em mais e melhor contribuição para o desenvolvimento do país.

Contudo, o advento de novas tecnologias de comunicação e a banalização dos transportes aéreos tem permitido aos migrantes aumentarem a ligação ao seu país de origem, de uma forma mais regular, multiforme e, em grande medida, inédita. Essas dinâmicas, que podem materializar-se de formas diversas e traduzir-se em impactos sociais, culturais, políticos e económicos, têm vindo a ser denominadas de *transnacionalismo* migrante, sendo hoje reconhecido que possuem um grande potencial para o desenvolvimento dos países de origem e de acolhimento, bem como para o reforço das relações externas entre os países envolvidos.

Investigações recentes têm vindo a dar uma atenção particular ao fenómeno. Em particular, a investigação desenvolvida no quadro do projecto *Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono*, executado no Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA/ISEG) e financiado pela Fundação Portugal-África, permitiu concluir que, pela sua ligação histórica e multidimensional, Portugal e Guiné-Bissau configuram já um espaço transnacional consolidado, alimentado por ligações e fluxos de bens e pessoas que constituem, inequivocamente, um elemento fundamental do património destes países. No entanto, os contornos deste espaço e das dinâmicas dos seus actores não se encontram ainda devidamente caracterizados e, consequentemente, as suas potencialidades nos diversos domínios permanecem aquém das múltiplas possibilidades de concretização.

O tema foi agora mais aprofundado, através da investigação desenvolvida no quadro do projecto *Assessment of the Development Potential of the Guinea-Bissau Diaspora in Portugal and France*, solicitado pelo Governo guineense, financiado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e executado, também, pelo CEsA/ISEG. Este projecto tem como objectivo principal a construção de informação contextualizada sobre a diáspora guineense em Portugal e

França e o seu potencial para apoiar o desenvolvimento da Guiné-Bissau, com a finalidade de suportar a elaboração de um plano de acção que permita ao Estado capitalizar esse potencial e aumentar a capacidade de interacção dos actores em presença, para uma acção mais dinâmica em prol do desenvolvimento e progresso do conjunto da sociedade guineense.

Este estudo é uma versão reduzida do projecto *Assessment of the Development Potential of the Guinea-Bissau Diaspora in Portugal and France*, preparado para constituir um livro de divulgação dos resultados obtidos e das recomendações e sugestões que são propostas, como contributo para a concepção de uma Política Governamental de Apoio à Diáspora (PGAD) por parte do Governo guineense. Tratando-se de uma versão reduzida, este livro não inclui um conjunto importante de elementos do processo de investigação e da sua condução no terreno, pelo que se recomenda aos interessados a consulta do projecto original. Em particular, não foi possível incluir o importante capítulo sobre metodologia, bem como os anexos relativos às listas de entrevistas realizadas com representantes das associações e ao guião utilizado nas entrevistas (semiestruturadas).

O livro ficou, portanto, com uma estrutura compacta, relativamente ao projecto original. A Introdução inclui uma síntese dos aspectos metodológicos. O Capítulo 2, com contribuições de diferentes capítulos do projecto original, pretende introduzir os aspectos essenciais do processo de desenvolvimento da economia guineense e dos seus principais constrangimentos, desde a independência do país, bem como uma introdução sobre as dinâmicas migratórias da Guiné-Bissau e a apresentação de um retrato estatístico actual da diáspora. O Capítulo 3 apresenta os resultados relevantes no que se refere à caracterização, fidedigna e actualizada, das dinâmicas das comunidades guineenses em Portugal e França, bem como o seu contributo actual e potencial para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. O Capítulo 4 permitiu verificar que a dimensão do fenómeno migratório, bem como as estratégias de intervenção dos migrantes em prol do desenvolvimento do país, variam significativamente de região para região, mas que apesar dessa heterogeneidade, a migração guineense afecta substantivamente o bem-estar das populações e contribui para o desenvolvimento global do país. Finalmente, o Capítulo 5 inclui as conclusões gerais do projecto e sintetiza as principais recomendações e sugestões propostas com base nos resultados do projecto.

Metodologia

Para além do recurso às fontes secundárias (estatísticas e bibliográficas) referidas ao longo do texto, a investigação também contemplou a recolha de dados primários durante os períodos de trabalho de terreno na Guiné-Bissau, Portugal e França.

No caso de Portugal e França, a investigação teve como principal objectivo a recolha de informação relativamente às comunidades de origem guineense, ao respectivo tecido associativo e às dinâmicas e práticas transnacionais que ligam a diáspora entre si e com a Guiné-Bissau. Aquando da concepção das estratégias de recolha de informação, começou-se por ter em conta o facto de terem sido recentemente publicados dois outros estudos, realizados com base em exercícios de recolha de dados directamente relevantes no presente contexto: i) um inquérito junto de 77 migrantes de origem e/ou nacionalidade guineense residentes em Portugal, realizado em 2009 no contexto do projecto de investigação executado pelo CEAs, em parceria com a Fundação Portugal-África (Carreiro e Sangreman 2011); e ii) um levantamento de informação qualitativa e quantitativa junto de 61 organizações da comunidade de origem guineense em França, levado a cabo em 2010 por iniciativa de uma associação francesa de co-desenvolvimento¹ (GRDR 2010:6). Assim, a fim de reduzir a redundância e maximizar o interesse da informação recolhida no contexto do presente estudo, optou-se por uma estratégia de recolha de dados que fosse tanto quanto possível *complementar* face à informação já existente e publicamente disponível. Nesse sentido, as principais estratégias de recolha de dados adoptadas no contexto do presente estudo foram as seguintes:

¹ Groupe de recherche et de Réalisations pour le Développement Rural (França). Ver www.grdr.org.

- Em Portugal: realização de entrevistas semi-estruturadas com representantes de 28 organizações da comunidade guineense, entre Outubro de 2011 e Abril de 2012;
- Em França: (i) realização de um inquérito sobre migração e dinâmicas transnacionais junto de 103 indivíduos de origem guineense seleccionados através do método *snowballing*, aplicado em Março e Abril de 2012 em diversas localidades do eixo Paris-Le Havre; e (ii) realização de entrevistas semi-estruturadas com representantes de 21 organizações da comunidade guineense, também em Março e Abril de 2012.

A par das estratégias principais acima indicadas, foram ainda adoptadas diversas estratégias secundárias de recolha de informação, a saber: entrevistas com diversos informantes privilegiados sobre a comunidade de origem guineense em França; dois *grupos-focais* com dirigentes de associações pertencentes a FASCAE sobre a temática do processo do desenvolvimento da Guiné-Bissau e o papel da diáspora nesse contexto; e criação de um mini-inquérito *on-line* destinado à identificação de indivíduos altamente qualificados de origem guineense, residentes em Portugal, susceptíveis de mobilização no contexto de um eventual programa futuro de transferência de competências.

No que se refere ao trabalho de campo realizado na Guiné-Bissau, a investigação envolveu a recolha de dados primários num conjunto pré-seleccionado de tabancas, bem como a sua análise em articulação com dados secundários oriundos de documentos de referência, particularmente o Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (MEPIR, 2011), o 3º Recenseamento Geral da População e Habitação (INEC, 2009) e o Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza (ILAP, 2010), entre outros.

As tabancas foram seleccionadas a partir da informação obtida junto da diáspora em Portugal e França, em paralelo com as tabancas referenciadas pelas autoridades locais em cada região (Direcções Regionais de Educação e Saúde, Administrações de Sector) como tendo grande expressão migratória. Aleatoriamente, foram também consideradas tabancas com poucos ou nenhuns migrantes, para garantir uma base de comparação com as restantes e para isolar a acção de outros actores de desenvolvimento, como as ONG. com as que possuíam maior expressão migratória em cada região (segundo a referência obtida junto das autoridades locais: Direcções Regionais de Educação e Saúde e Administrações de Sector).

A recolha de dados primários foi realizada com recurso a um instrumento de pesquisa produzido para o efeito (guião de entrevista colectiva/*grupo-focal*), constituído por questões abertas e fechadas que tinham como objectivo determinar os principais indicadores de desenvolvimento de cada *tabanca*, os contingentes globais de migrantes e os seus principais destinos e ainda as acções desenvolvidas pelos migrantes nas suas comunidades de origem. A última parte do questionário compreendia questões relativas à percepção das populações sobre o papel dos migrantes para o desenvolvimento local e nacional e recolhia as suas recomendações sobre estratégias para ampliar os efeitos positivos da migração.

Este instrumento foi aplicado em *grupos-focais*, constituídos preferencialmente, mas não exclusivamente, pelas principais figuras da comunidade – líderes do poder tradicional (régulos e chefes de tabanca), anciãos, representantes das associações locais, professores e familiares de migrantes –, de forma a obter uma caracterização global da tabanca. No total, foram realizados *grupos-focais* em 44 tabancas das 7 regiões continentais da Guiné-Bissau (Bafata, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali) e ainda na Ilha de Jeta, na região de Cacheu. Os *grupos-focais* foram complementados com observação participante e com uma extensa recolha fotográfica, tendo esta parte do trabalho de terreno tido lugar entre Outubro de 2011 e Março de 2012.

Informação mais detalhada acerca dos métodos utilizados no decurso do projecto de investigação que serviu de base ao presente estudo – incluindo os questionários e guiões utilizados, bem como as listas das associações entrevistadas e das tabancas da Guiné-Bissau onde foram realizados *grupos-focais* – encontra-se disponível no relatório final do projecto.

2. Desenvolvimento, dinâmicas migratórias e diáspora guineense

Este capítulo analisa o percurso de desenvolvimento da Guiné-Bissau entre 1975 e 2010, com especial atenção aos seus resultados, à evolução das estruturas económicas e aos constrangimentos que limitam as possibilidades de transformação produtiva e de construção de bases mais sólidas para melhorar o desempenho económico. Esta análise permite construir um quadro de apoio importante para a análise do processo migratório e das potencialidades de desenvolvimento da diáspora guineense.

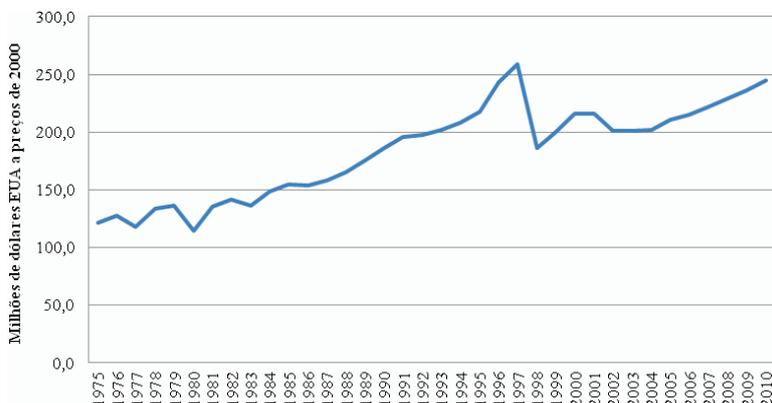
2.1. Uma visão global do processo de desenvolvimento económico

Numa primeira aproximação, importa analisar o desempenho da economia guineense na longa duração, caracterizar o seu percurso e avaliar os resultados em termos de rendimento por habitante. Este indicador depende do modo como evoluem o crescimento económico e o crescimento populacional, mas a sua própria evolução também tem consequências significativas sobre as condições de vida das populações.

O crescimento da economia guineense entre 1975 e 2010

O processo político, económico e social na Guiné-Bissau tem sido muito conturbado desde os primeiros anos após a independência. Contudo, se visualizarmos a evolução do PIB, a preços constantes, podemos observar uma tendência moderada de crescimento económico ao longo dos 35 anos em análise, de cerca de 2,0% ao ano. O Gráfico 2.1 mostra essa evolução do PIB e permite-nos destacar três principais subperíodos no percurso de crescimento económico.

Gráfico 2.1: Evolução do Produto Interno Bruto, 1975-2010



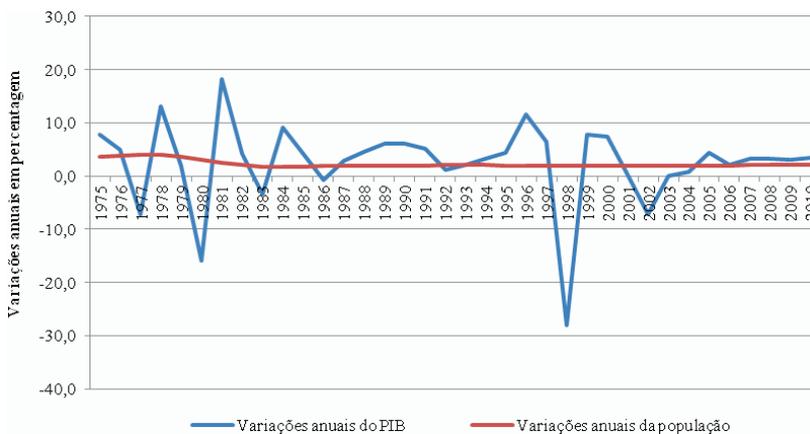
Fonte: World Bank, *World Data Bank* [on-line.]

Os primeiros 8 anos (1975-1983), mostram um andamento muito instável e um ritmo de crescimento médio anual de 1,5%, ou seja, um percurso abaixo da média observada no total do período em análise. As flutuações são intensas nalguns anos (-7,2% em 1977 e 13,1% em 1978, ou -16,0% em 1980 e 18,2% em 1981), o que revela, de facto, a grande instabilidade económica desses primeiros anos.

O segundo subperíodo, entre 1983 e 1997, constitui o período de maior ritmo de crescimento da economia guineense, com uma taxa média anual de 4,6%. Trata-se de um percurso com poucas flutuações, relativamente estável, com alguns momentos de crescimento rápido, como em 1988-91 e 1995-97. Este subperíodo atingiu o seu máximo em 1997, seguindo-se-lhe uma queda brusca e intensa em 1998, de cerca de 28,1%, o que marca uma clara ruptura no caminho estável de crescimento que vinha desde 1983. Contudo, o processo de crescimento foi retomado em 1999 e a economia recuperou o seu percurso de crescimento, primeiro de um modo flutuante, entre 1999 e 2003, continuando com maior estabilidade a partir de então. Embora sem alcançar o ritmo de 1983-97, a tendência situa-se ligeiramente abaixo do ritmo médio de todo o período, com uma taxa média anual de crescimento de cerca de 1,8%.

Uma leitura do crescimento populacional observado durante os 35 anos em análise permite uma primeira avaliação dos resultados do crescimento económico verificado. Ao longo do período, a população guineense cresceu a uma taxa média anual de 2,2%, com uma ligeira tendência de declínio no tempo. De facto, após os primeiros anos, em que a população observou uma taxa de crescimento muito próximo dos 4%, verificou-se um declínio entre 1979 e 1981, após o que se estabilizou o ritmo em torno dos 2% ao ano. Lendo o processo em termos de produto por habitante, o que sobressai é a sua estabilidade no tempo, ainda que com um ligeiro declínio de 0,2% ao ano. Comparando com a evolução do PIB, os dados mostram-nos uma mesma tendência de declínio da produção (2,0%) e da população (2,2%), mas ligeiramente menor no que respeita à população, o que representa uma tendência longa de declínio da produção por habitante.

Gráfico 2.2: Evolução comparada do PIB e da população, 1975-2010



Fonte: World Bank, World Data Bank [on-line.]

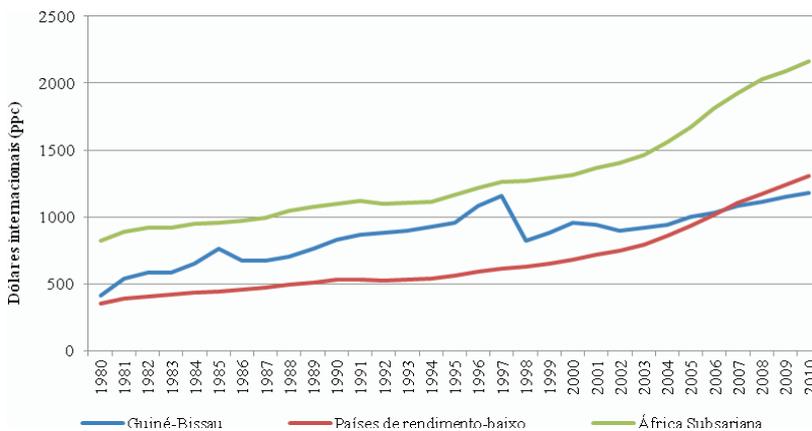
O Gráfico 2.2 compara a evolução das variações anuais do PIB com as da população total, permitindo visualizar comportamentos muito distintos entre os dois indicadores, em particular, a elevada flutuação das taxas de crescimento do PIB. Nos primeiros anos da independência, entre 1975 e 1986, a produção interna apresentou flutuações anuais muito intensas em torno de uma

tendência estável de decrescimento populacional, contudo, decresceu mais depressa do que a população, o que se traduziu num declínio da produção por habitante (PIB *per capita*) em cerca de 0,6% ao ano.

Entre 1987 e 1997, a economia guineense encontrava-se no seu período de crescimento mais dinâmico e o PIB cresceu muito mais depressa do que a população, em cerca de 2,9% ao ano, constituindo assim uma das fases mais importantes de ganhos de produção pelos habitantes do país. Após a crise de 1998, a recuperação do crescimento económico foi mais lenta do que no período anterior, com o PIB a crescer apenas 0,2% acima da população, o que se traduziu numa situação de quase estagnação da produção por habitante.

Esta evolução pode ser analisada numa óptica de rendimento, tomando o Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*² como indicador de referência, o que permite incluir na análise as entradas líquidas de rendimentos primários do exterior. Se considerarmos o RNB *per capita* em paridades de poder de compra (ppc), poderemos incluir uma análise comparada da sua evolução com grupos de países de referência, como apresentado no Gráfico 2.3.

Gráfico 2.3: Evolução comparada do RNB *per capita*, ppc, 1975-2010



Fonte: World Bank, *World Data Bank* [on-line.]

O Gráfico 2.3 permite-nos verificar que o RNB *per capita* da Guiné-Bissau revela uma tendência de crescimento desde o início dos anos de 1980.³ A tendência é mais acentuada até 1997, beneficiando do período de maior crescimento observado acima. Dois aspectos são relevantes nessa evolução até 1997: por um lado, a convergência com os países da África Subsariana e, por outro, a posição da Guiné-Bissau sempre acima dos valores do conjunto dos países de rendimento-baixo.⁴ Depois de 1998, a evolução do RNB *per capita* da Guiné-Bissau revela um percurso comparativo diferente, verificando-se uma clara divergência em relação à África Subsariana e o que parece ser, também, o início de um percurso de divergência com os países de rendimento-baixo. Em ambos os casos, o percurso recente de divergência é um resultado, quer da evolução muito positiva dos dois grupos de países, quer do crescimento mais lento da Guiné-Bissau desde 1998.

² O Rendimento Nacional Bruto (antigo Produto Nacional Bruto) é igual ao Produto Interno Bruto aumentado do saldo líquido dos rendimentos primários recebidos do exterior.

³ O Banco Mundial não tem dados em paridades de poder de compra disponíveis para antes de 1980.

⁴ Utilizamos aqui a classificação do Banco Mundial, baseada em níveis do RNB *per capita*. O *World Development Report* de 2012, considerando valores de 2010, estabelece como sendo de rendimento-baixo (*low income*) os países com RNB *per capita* igual ou inferior a 1005 dólares.

Os efeitos sobre a qualidade de vida da população

Como vimos na secção anterior, a Guiné-Bissau mostrou um desempenho do crescimento económico melhor do que a média dos países de rendimento-baixo, ainda que em retrocesso nos últimos anos. Desde o início da década de 1980 até meados da década de 2000, o seu percurso foi claramente superior, o que permitiu algumas melhorias nas condições de vida da população guineense e uma aproximação aos valores médios do conjunto dos países de rendimento-baixo. Contudo, foram progressos tímidos em muitos aspectos e muito desiguais entre as dimensões que definem a qualidade de vida da população, além de que as referências do grupo de países são, elas também, muito baixas.

O Quadro 2.1 contém um conjunto sintético de indicadores que permitem avaliar a evolução na Guiné-Bissau e a sua posição em relação aos valores médios dos países de rendimento-baixo.

Quadro 2.1: Indicadores de qualidade de vida da população, 1990-2010

	1990	2000	2005	2010	PRB 2010
Rendimento Nacional Bruto <i>per capita</i> (dólares)	220	180	410	590	530
Esperança de vida à nascença (anos)	43	45	46	47	59
Taxa de mortalidade infantil (‰)	125	107	99	92	70
Taxa de mortalidade de menores de 5 (‰)	210	177	162	150	108
Acesso a fonte de água melhorada (% da população)	36	50	57	64	65
Acesso a saneamento melhorado (% da população)	13	14	17	20	37
Taxa de analfabetismo (%)	<i>nd</i>	58,6	49,8	45,8	40,4
Escolarização primária bruta (%)	50,9	78,7	119,8	123,1	96
Escolarização primária líquida (%)	36,4	51,0	<i>nd</i>	73,9	73
Escolarização secundária bruta (%)	5,4	18,5	33,8	46,6	49
Taxa de incidência da pobreza (% da população)	49	64,7	<i>nd</i>	<i>nd</i>	<i>nd</i>
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	–	–	0,340	0,351	0,456

Fontes: World Bank, *World Data Bank* [on-line.]. PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011*.

Nota: *nd* – não disponível nas bases estatísticas. PRB – Países de rendimento-baixo

O primeiro conjunto de indicadores reflecte a qualidade de vida da população numa perspectiva de saúde. A esperança de vida à nascença na Guiné-Bissau progrediu cerca de 7 anos entre 1980 e 2010, passando de 40 para 47 anos, o que continua a ser um valor bastante baixo e muito inferior à esperança de vida de 57 anos nos países de rendimento-baixo. A mortalidade infantil constitui outro bom indicador de saúde, na medida em que reflecte as condições de vida e a acessibilidade aos cuidados de saúde num período extremamente sensível, que é o primeiro ano de vida. As melhorias nessas condições são traduzidas rapidamente no declínio da taxa de mortalidade infantil, como aconteceu na Guiné-Bissau nas últimas décadas: de uma taxa da ordem dos 125‰ em 1990, verificou-se uma quebra importante, passando para 107‰ em 2000 e para 92‰ em 2010. Mas, também aqui, o país continua ainda distante da média dos países de rendimento-baixo, de 70‰ em 2010. A mortalidade de menores de cinco anos é um indicador que alarga a percepção das condições de vida na idade juvenil e muito importante para avaliar contextos como os da Guiné-Bissau. Embora com valores ainda muito

elevados (150% em 2010) e claramente superiores aos dos países de rendimento-baixo (108%), sofreu uma queda também importante, em quase 30% entre 1990 e 2010.

Os acessos a água potável e a saneamento básico são indicadores importantes das condições de vida, dados os seus efeitos sobre a saúde das populações e a forma rápida como os seus melhoramentos se traduzem em melhoria das condições de vida. O acesso a água potável a partir de fontes melhoradas⁵ registou progressos importantes na Guiné-Bissau, tendo passado de 36% em 1990 para cerca de 64% em 2010, um valor já praticamente igual ao da média do grupo (65%). O acesso a saneamento básico melhorado⁶ também registou um progresso importante, mas com valores (20% em 2010) ainda muito aquém da média do grupo de países (37%).

Os quatro indicadores seguintes são do campo educacional e dão-nos informações importantes sobre a aquisição de conhecimento a um nível ainda elementar, mas fundamental, do ponto de vista da transformação da qualidade e das condições de vida dos indivíduos. Este é um dos campos onde o progresso guineense é evidente, embora ainda com muito campo para progredir. A taxa de analfabetismo ainda é mais elevada do que a média dos países do mesmo grupo de rendimento, embora com algum progresso: de uma taxa de 58,6% em 2000, o país passou para 45,8% em 2010, ou seja, já mais próximo da média dos países de rendimento-baixo. Em relação aos níveis de escolarização, os progressos têm sido significativos, tanto no ensino primário, como no secundário, ainda que a Guiné-Bissau esteja longe de alcançar a “meta do milénio” do ensino primário universal em 2015. Mas os progressos relativamente aos países de rendimento-baixo são muito importantes: no ensino primário, o percurso foi de 50,9% de escolarização bruta em 1990 para 123,1% em 2010, muito melhor que a média do grupo, enquanto na escolarização líquida o país deu um salto de 36,4% em 1990 para 73,9% em 2010, sensivelmente igual à média do grupo; na escolarização secundária bruta, o progresso foi notável, com um salto de 5,4% em 1990 para 46,6% em 2010, já muito perto do valor dos países de rendimento-baixo (49%).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dá-nos uma imagem global de desenvolvimento humano muito frágil na Guiné-Bissau. O IDH é um indicador sintético, relativamente simples na sua construção, mas extremamente útil em termos de análise comparativa, cuja integração de informações relativas à longevidade (“vida longa e saudável”), aquisição de conhecimento e rendimento *per capita* permite uma visão multidimensional dos progressos relativos de cada país. Observando os dados publicados pelo PNUD, podemos verificar que a Guiné-Bissau tem ocupado, sistematicamente, um dos últimos lugares da lista ordenada dos níveis de IDH por países, estando, em 2011, na posição 176 em 179 países. A evolução dos seus valores tem sido muito lenta, de 0,340 em 2005 para 0,351 em 2010 e 0,353 em 2011, o que significa uma posição muito fraca no conjunto dos países de desenvolvimento humano baixo (0,456 em média em 2010).⁷

A própria leitura dos técnicos do PNUD revela que a Guiné-Bissau não conseguiu, até ao presente, traduzir em ganhos de desenvolvimento humano os seus resultados de rendimento por habitante. Continua a ser, por isso, um dos países mais pobres do mundo. Dos cerca de 1,5 milhões de habitantes, 69,3% vivem na pobreza (com menos de 2 dólares por dia), dos quais 33% se encontram em situação de pobreza extrema, ou seja, abaixo de 1 dólar por dia.⁸ A pobreza tem sido sentida de uma forma generalizada no país. Porém, constatou-se um agravamento da situação face aos valores verificados no Inquérito

⁵ “As fontes de água melhoradas incluem água canalizada até às habitações, aos terrenos ou quintais, torneiras ou canos de acesso público, poços tubulares ou furos de sondagem, poços escavados protegidos, nascentes protegidas e águas pluviais” (PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*, p. 234).

⁶ “As instalações sanitárias melhoradas incluem autoclismos ligados a sistemas de esgotos entubados, ou tanques sépticos, latrinas de fossa ventiladas, ou com laje e sanitas de compostagem. Contudo, estas não são consideradas melhoradas quando são partilhadas com outras famílias, ou abertas ao público” (*Ibidem*, p. 234).

⁷ O PNUD também utiliza uma classificação de países, baseada nos seus cálculos do IDH. Considera quatro grupos baseados em quartis: desenvolvimento muito alto, alto, médio e baixo. A Guiné-Bissau ocupa um dos lugares no fundo do grupo de rendimento baixo.

⁸ V. OCDE, 2011, p. 23 (<http://www.oecd.org/dataoecd/60/53/48899975.pdf>).

Ligeiro de Avaliação da Pobreza (ILAP), anteriores a 2010.⁹ Apesar de a maioria da população residir nas zonas rurais, contudo, Bissau tem hoje cerca de um terço da população total, quando, em 1991, a população urbana não ultrapassava 18%. Por isso mesmo, a pobreza é sentida com maior incidência em Bissau e nas regiões de Oio, Bafatá, Quinara/Tombali e Gabú. No que se refere à pobreza não monetária, que afecta cerca de 40% da população do país, ela atinge sobretudo as zonas rurais, onde ultrapassa os 60%.¹⁰

2.2. Condicionantes do processo de desenvolvimento

Na secção anterior, vimos que o processo de crescimento económico da Guiné-Bissau se caracteriza por um percurso lento na longa duração e com momentos de grande instabilidade, o que lhe dá uma configuração de sucessivos avanços e recuos, ainda que suportado por uma tendência longa de crescimento moderado. Contudo, a Guiné-Bissau encontra-se, hoje, num percurso de divergência em relação a ambos os grupos de países considerados, de forma muito clara em relação à África Subsariana, mas ainda muito próximo dos países de rendimento-baixo. Este percurso de divergência resulta da incapacidade que o país revela em gerar um processo dinâmico de transformação produtiva, capaz de proporcionar modificações essenciais em factores decisivos do crescimento e do desenvolvimento económico, tais como o crescimento da produtividade da economia, o aumento da capacidade de absorção produtiva do trabalho e a criação de vantagens comparativas no comércio internacional.

A ausência destas modificações exprime-se num conjunto de características que vimos em relação à Guiné-Bissau, mas que também prevalecem na maior parte dos países da África Subsariana: (i) o aprofundamento do fosso entre a agricultura e os outros sectores da economia, que caracteriza o funcionamento de sociedades cada vez mais dependentes de actividades agrícolas tradicionais, reflecte a dificuldade da transformação estrutural da economia e da transferência de recursos para actividades de maior produtividade, indispensáveis para gerar e sustentar um processo de crescimento económico; (ii) a permanência do trabalho na actividade agrícola e num quadro de elevado nível de subemprego, que acaba por pressionar as populações para a migração rural-urbano e para a concentração marginalizada periurbana, reflecte a incapacidade de absorver produtivamente o excesso de trabalho, o que só é possível através de políticas económicas e industriais activas; (iii) a reprodução de uma economia que depende de uma agricultura tecnologicamente tradicional não cria condições para gerar endogenamente uma modificação das vantagens comparativas, ficando a sua capacidade exportadora totalmente dependente de factores exógenos (preços internacionais, condições climáticas, etc.).

A Guiné-Bissau defronta, de facto, um conjunto de constrangimentos que tem dificultado a criação de condições para um processo de transformação produtiva e de afirmação de um percurso sustentado de crescimento e desenvolvimento económico. Os constrangimentos são variados, mas vamos aqui dar atenção a quatro tipos fundamentais: (i) os constrangimentos de financiamento, que resultam da fragilidade da poupança interna, mas também da ausência de um quadro institucional confiável, capaz de atrair o investimento estrangeiro; (ii) os constrangimentos resultantes da instabilidade política, que impedem o estabelecimento de um Estado verdadeiramente desenvolvimentista e a construção de uma estrutura institucional política e estável; (iii) os constrangimentos que resultam da manipulação da diversidade étnica como instrumento de luta pelo poder; e (iv) os constrangimentos resultantes da ausência de um modelo de integração económica internacional, capaz de contribuir para o estabelecimento de relações económicas geradoras dos ganhos de comércio necessários para apoiar o financiamento e a transformação produtiva da economia guineense.

⁹ O primeiro ILAP na Guiné-Bissau foi realizado em 2002. De acordo com o Banco Mundial, em 2006, a pobreza atingia cerca de 64,7% da população, dos quais 20,8% se encontravam em situação de pobreza extrema. Ver: World Bank, 2009, p. 2 (<http://ddp-ext.worldbank.org/EdStats/GNBstu09a.pdf>).

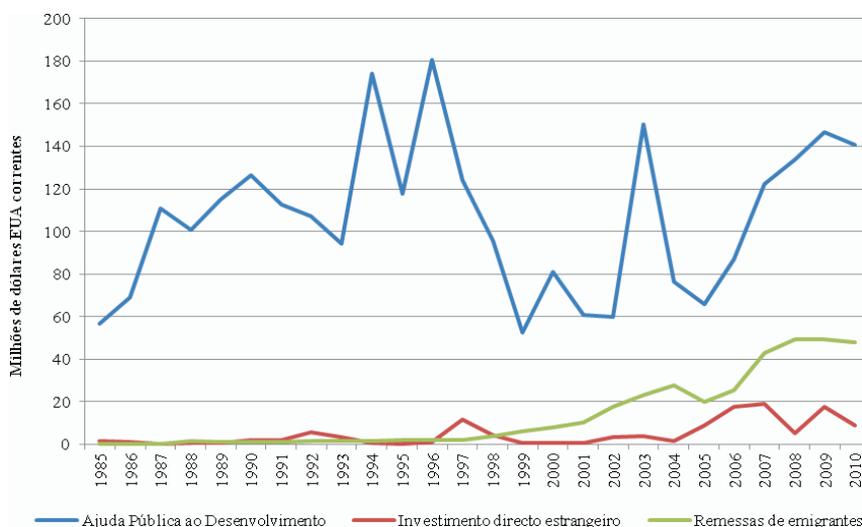
¹⁰ Trata-se de um indicador composto de bem-estar, construído com base em indicadores distintos que relacionam o *habitat*, o acesso a água potável e a posse de bens duradouros.

O financiamento do desenvolvimento

Se a transformação produtiva constitui um elemento central na construção do processo de desenvolvimento, a inexistência de meios internos de financiamento (poupança) transforma-se num dos principais entraves dessa transformação. E esta é a realidade, hoje, na generalidade dos países menos desenvolvidos. Ao longo dos anos em análise, a Guiné-Bissau mostra uma enorme fragilidade, com um nível médio de poupança igual a -1,8% do PIB e valores positivos apenas no período entre 1987 e 1997. Se o baixo nível de poupança é uma consequência do baixo nível do rendimento por habitante, ele é também um factor limitativo da capacidade de investir, o que torna evidente o círculo vicioso da pobreza.

Por outro lado, a economia da Guiné-Bissau tem sido caracterizada por um nível elevado do défice público, com valores médios anuais bem próximos de 25% do PIB. Sendo um resultado, quer do fraco desempenho económico, quer da fragilidade do sistema tributário, o défice público é um factor de permanente desvio de recursos para o Estado, reduzindo ainda mais as disponibilidades de financiamento produtivo da economia e, deste modo, agravando o círculo vicioso.

Gráfico 2.4: Fluxos de financiamento internacional, 1975-2002



Fonte: World Bank, *World Data Bank* [on-line.]

Incapaz de se autofinanciar, a Guiné-Bissau depende fortemente dos fluxos de financiamento internacional. O Gráfico 2.4 mostra-nos que a Guiné-Bissau é financiada essencialmente pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que os fluxos privados têm pouco significado, são relativamente recentes e praticamente reduzidos ao investimento directo estrangeiro (IDE).¹¹ A importância da APD é uma característica não apenas da Guiné-Bissau, mas também da África Subsariana em geral, a região onde a Ajuda Pública ao Desenvolvimento ainda mantém um peso muito elevado na estrutura do financiamento internacional. A questão

¹¹ Os fluxos públicos recebidos pela Guiné-Bissau são basicamente Ajuda Pública ao Desenvolvimento, tanto bilateral, como multilateral. No caso dos fluxos privados, os valores referentes a empréstimos e investimentos de carteira são perfeitamente negligenciáveis e muito ocasionais. Os valores são da base de dados *on-line* do Banco Mundial.

central aqui é que o peso reduzido do IDE não permite que o país tire partido das suas múltiplas vantagens pois, para além de um fluxo de financiamento em sentido estrito, o IDE é, também, um instrumento de transferência de tecnologia e um mecanismo importante de alargamento dos mercados externos. Isto quer dizer que o investimento directo estrangeiro pode contribuir directamente para o apoio à transformação produtiva, aumento da capacidade de absorção produtiva do trabalho e melhoria das condições de participação no comércio internacional. É fundamental, pois, que a Guiné-Bissau crie um quadro institucional confiável e capaz de abrir espaço para uma crescente captação de IDE, de forma a introduzir um novo mecanismo de dinâmica económica e de mudança estrutural.

O Gráfico 2.4 também nos mostra que as remessas dos emigrantes estão a ganhar um peso crescente na estrutura dos fluxos internacionais. Trata-se de um fluxo importante ao nível do rendimento das famílias receptoras, o que lhe dá uma característica particular relativamente aos outros fluxos. Contudo, não tem a mesma natureza macroeconómica, na medida em que se trata, mais exactamente, de uma agregação de fluxos individuais e, portanto, dependentes das opções e dos objectivos dos emigrantes e respectivas famílias no país. De qualquer modo, trata-se de um fluxo muito relevante, não só em termos da sua contribuição para a melhoria das condições de vida das populações, como também em termos da sua contribuição para o equilíbrio dos pagamentos externos.

A instabilidade política e institucional

Após a sua independência, em 1974, a Guiné-Bissau viveu num quadro institucional desenhado em torno de um modelo dirigista, em que a economia era conduzida pelo Estado e este por um único partido político. A partir de meados da década de 1980, com um programa de estabilização e ajustamento estrutural concebido pelo Banco Mundial, o país começou a caminhar no sentido de uma liberalização económica que deveria conduzir, pelo menos em teoria, a um modelo de funcionamento descentralizado, em que os “mecanismos de mercado” substituiriam progressivamente os mecanismos de dirigismo governamental. Este modelo institucional de “mercado livre” deveria ser seguido por um processo de liberalização política, que permitisse uma acção política descentralizada e assente na interacção entre diferentes partidos políticos, enquanto porta-vozes de opções e estratégias concorrentes entre si. Contrariamente, a Guiné-Bissau entrou num processo que acabou por se degenerar numa situação de grande conflitualidade e de permanente instabilidade política.

O quadro de instabilidade criado gerou, como vimos acima, uma situação fortemente constringedora do desenvolvimento da economia de mercado na Guiné-Bissau e por várias razões: Primeiro, porque impediu que o país passasse a dispor de um quadro institucional estável, previsível e gerador de confiança, indispensável para o funcionamento da economia de mercado. A estabilidade é indispensável exactamente porque o mercado é uma construção institucional, onde o quadro normativo é necessário para favorecer a interacção entre os agentes económicos, sobretudo, quando se trata de interacções que se desenvolvem no tempo e no espaço. O funcionamento do mercado implica, portanto, uma combinação de instituições estáveis, indispensáveis para estruturar, organizar e legitimar as relações de troca, permitindo que os agentes sejam capazes de antecipar comportamentos e que, também por isso, tenham confiança no sistema. Em segundo lugar, a instabilidade política e institucional limita o Estado no desenvolvimento das suas funções, nomeadamente, a sua capacidade para desenhar, promover e apoiar um processo desenvolvimentista da economia e da sociedade. Numa economia com o nível de desenvolvimento da Guiné-Bissau, a experiência histórica mostra que o activismo do Estado é indispensável para a árdua tarefa de “construir” o desenvolvimento económico.

O relançamento do processo de desenvolvimento na Guiné-Bissau implica que seja possível caminhar no sentido de uma verdadeira *autonomia*¹² do Estado e do seu comprometimento total

¹² A literatura institucionalista tem dado uma atenção muito particular a este tema da autonomia do Estado. Segundo Peter Evans, autonomia quer dizer capacidade para o Estado agir com independência em relação às pressões particulares da sociedade, o que

com o desenvolvimento do país, assumindo um conjunto de funções indispensáveis para relançar uma dinâmica desenvolvimentista. O Estado deve ser capaz de prover o país com uma “visão” do desenvolvimento e de encontrar as alianças políticas e económicas indispensáveis para a pôr em prática. Isto não significa que o Estado tenha de “substituir o mercado”,¹³ pelo contrário, o que se espera é que funcione como um verdadeiro “gestor” do processo de desenvolvimento e que seja capaz de encontrar os mecanismos de coordenação mais adequados. O Estado deve ter, ainda, um papel central no processo de construção da estrutura institucional do país, contribuindo para a definição de um conjunto de instituições verdadeiramente regulador da interacção entre os agentes, ou seja, como dissemos acima, um quadro institucional estável, previsível e gerador de confiança. Finalmente, o Estado deve ser capaz de desempenhar uma função essencial para a sua “gestão” do processo de desenvolvimento, a de gerir os conflitos que tendem a ser gerados nos processos de afectação de recursos, de escolhas sectoriais, de transferência de recursos para os sectores de produtividade mais elevada, de investimento, etc.

A manipulação política de factores étnicos

O período de fixação dos povos no território da Senegâmbia foi marcado por uma coabitação por vezes difícil entre Mandingas e Fulas. No século XX, Portugal procurou tirar proveito das alianças e divergências entre as várias etnias, em particular através dos islamizados, nomeadamente Fulas, contra os animistas insurrectos, ou mesmo os grumetes (Pélissier 2001: 144-178). Nesta contenda, foram acentuadas feridas profundas entre vários grupos étnicos. Porém, a luta de libertação conduzida pelo PAIGC teve um poder conciliador, minimizando essas discórdias e unificando as diferentes sensibilidades em torno de um objetivo maior que era o da obtenção da independência. Tratou-se de uma luta pelo “chão”, que não era apenas de uma etnia, mas sim de toda a Guiné.¹⁴ Contudo, a instrumentalização das questões étnicas tem sido utilizada sempre que existem interesses evidentes de disputa de poder político ou económico, gerando instabilidade generalizada na sociedade guineense.

À data da independência e fruto da circunstância histórica de dependência da Guiné em relação a Cabo Verde, além das elites nativas pequeno-burguesas, encontravam-se no país cabo-verdianos que, na sua maioria, assumiam postos de alguma relevância na administração e actividades económicas resultado, tanto do trabalho anteriormente desenvolvido junto da administração colonial, como pelo facto de serem detentores de fatores de produção, nomeadamente como “ponteiros”,¹⁵ ou proprietários de casas comerciais.¹⁶ Todavia, após a independência a relação dos naturais (*pretu-nok*) com os descendentes de cabo-verdianos (*burmejdos-wak*) foi alterada pela separação em dois países efectuada pelo “movimento reajustador de 14 de Novembro” de 1980. Sendo que estas clivagens de raiz étnica foram ainda mais extremadas, em Fevereiro de 1991, durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, quando se pretendia transmitir para o exterior a imagem de que o Partido se estava efetivamente a democratizar. Foi nesse contexto que Malam Bacai Sanhá e Nino Vieira debateram “a eterna rivalidade entre mestiços e pretos”. Ou seja, o debate foi mais centrado sobre as questões raciais que ideológicas (Nóbrega 2001: 272). Como resultado, um conjunto alargado de quadros do partido a quem se reconhecia “melhor competência e formação cultural”, viu-se afastado do processo de transição política iniciado pelo Partido,¹⁷ vindo alguns deles a criar novos partidos.

O sucesso da Luta pela Independência havia conduzido à ideia de que os guerrilheiros eram “os melhores filhos”. E, como tal, deveriam gozar de direitos especiais, razão pela qual a

permite isolar a administração dos esforços para capturar o poder do Estado e utilizá-lo em proveito dos interesses particulares. O exercício da autonomia pressupõe uma administração altamente qualificada, formada com base no mérito e capaz de tomar decisões de política de forma autónoma. (Evans, Peter. *Embedded Autonomy*, 1995)

¹³ Tema a que Joseph Stiglitz deu muita atenção na sua análise das causas do sucesso das experiências asiáticas (Stiglitz, Joseph. “Some Lessons from the East Asian Miracle”, 1996).

¹⁴ Ver Ferreira, 2012, p. 2.

¹⁵ Termo que designa os proprietários de pequenas terras (as pontas) que cediam aos indígenas, a troco de juros elevados.

¹⁶ Alexandre e Dias, 1998, p. 254.

¹⁷ O processo de cisão surge, aos olhos exteriores, como liderado pelo chamado Grupo da Carta dos 121, composto por destacados quadros excluídos no Congresso, nem todos *burmejdos*. *Idem*.

restante sociedade civil lhes deveria prestar particular reverência.¹⁸ Afigura-se que este sentimento se tem mantido ao nível da cúpula política, mas que é uma ideia com a qual a sociedade civil guineense, em geral, vem deixando de se identificar, fundamentalmente, pela acusação de que os guerrilheiros falharam na luta pelo desenvolvimento (Sangreman *et al*, 2006). As divergências étnicas continuam, portanto, a ser utilizadas politicamente, mas combinadas com a ideia de legitimação de autoridade conferida pela “Luta” a quem nela combateu, independentemente das competências profissionais ou humanas que os indivíduos apresentem.¹⁹ Este *modus operandi* adotado por dirigentes com responsabilidades políticas tem em Koumba Yalá o seu expoente máximo, em particular entre 2000-2003, durante o período da sua presidência, em virtude deste pautar a sua governação pelo apelo às afinidades étnicas.²⁰ Contudo, a utilização dessas afinidades incluiu o envolvimento de altas patentes do setor castrense, maioritariamente da etnia Balanta, o mesmo grupo que foi responsável pelo golpe de Estado realizado a 12 de Abril de 2012.

O modelo de integração económica internacional

Como vimos antes, a Guiné-Bissau dispõe praticamente de um só produto de exportação e tem uma estrutura de importação com elevado peso de produtos agrícolas e alimentares e outros bens de consumo. Para além de ser um modelo muito comum em países pouco desenvolvidos, o que é particular é a importância que o caju assume para a economia guineense, podendo colocar alguns riscos no futuro. Ora, se este modelo de integração económica internacional não é muito adequado para uma estratégia de crescimento e mudança estrutural, existe o perigo de o aumento de importância do caju ter efeitos nocivos sobre o processo de desenvolvimento económico guineense.

A Guiné-Bissau é dos países que dedica mais área agrícola ao cultivo do caju, plantação que exige pouco em meios de produção, incluindo o trabalho, o que lhe confere um valor acrescentado relativamente elevado e, por isso, grande potencial para melhorar o rendimento dos agricultores. O caju é uma produção importante para a Guiné-Bissau, porque é a principal fonte de rendimento do sector agrícola e a principal fonte de receitas fiscais para o Estado, além de ser também a principal fonte de rendimento para o sector privado. Tudo isto transforma a cultura do caju num caso muito particular e com grande espaço, ainda, para progredir mais. Contudo, a exploração não beneficia de melhores condições devido aos graves problemas que o país defronta em termos de transportes, infra-estruturas, ou capacidade de financiamento.

A grande questão que se coloca é que a Guiné-Bissau está muito dependente de um único produto. Independentemente das boas condições naturais e de clima para a produção do caju, a sua exportação está sujeita a muitos factores exógenos que não controla, o que pode sujeitar a economia do país a elevados riscos. Por outro lado, a apetência para aumentar a produção de caju poderia ter como efeito o desvio de recursos de outras produções para suportar esse aumento, com dois efeitos possíveis e ambos negativos para a economia guineense e para a subsistência dos pequenos agricultores: (i) por um lado, o abandono de outras produções e o declínio da sua produção, incrementando a prática de utilização do caju pelos pequenos agricultores como meio de troca directa com outros produtos que não possuem, nomeadamente, o arroz; (ii) a redução de outras produções poderia aumentar a necessidade de importação dos outros produtos agrícolas, como também acontece com o arroz.

Outro aspecto importante deste modelo guineense baseado num produto de colheita é, também, a grande concentração do destino de exportação, já que o caju, na sua maior parte, é vendido a empresas de processamento da Índia (75,4% em 1990-2004 e 67,1% em 2004-2009) e de Singapura (10,2% em 1990-2004, 16,9% em 2004-2006), estando estas a ser substituídas, desde 2006, por empresas do Senegal (15,8% em 2006-2009). Esta concentração aumenta, naturalmente, os riscos da exportação do caju.

¹⁸ V. Ferreira, 2012: 2.

¹⁹ Ferreira no seu artigo refere, nos pontos 13 e 17, que se procedeu à nomeação de autênticos analfabetos para cargos de direcção e que a incompetência e a iliteracia tomaram conta do governo após o “movimento reajustador” (2012: 3). Contudo, estas críticas são recorrentes até nos governos mais recentes.

²⁰ V. Ferreira, 2012:3; International Crisis Group, 2012: 17.

Pelas razões expostas, a Guiné-Bissau tem um problema de diversificação da estrutura das exportações, caso queira reduzir os riscos da concentração num único produto. Mas a questão do comércio internacional é mais ampla e está intimamente ligada ao problema central do processo de desenvolvimento que é a transformação produtiva, fonte das transformações estruturais numa economia em transição. A transformação produtiva integra no seu seio as questões da tecnologia, inovação e trabalho, mas tem a montante o problema do financiamento e a jusante a questão do comércio externo. Isto quer dizer que as mudanças estruturais no comércio dependem do processo de transformação produtiva, mas também é verdade que modificações no comércio podem impulsionar a dinâmica das transformações produtivas. O exemplo aqui colocado da agricultura é muito adequado, retomando a importância da diversificação das exportações na Guiné-Bissau. A criação das condições para melhorar e expandir a produção do caju pode ter efeitos positivos na economia, se os ganhos adicionais das exportações de caju forem dirigidos para apoiar a diversificação da economia e das exportações, melhorando as condições para uma progressiva articulação entre mudanças no comércio externo e transformações produtivas.

2.3. As migrações guineenses: uma panorâmica histórica

A mobilidade humana é uma componente central da história da Guiné-Bissau, que tem caracterizado os modos de vida da sua população e influenciado a trajetória sociopolítica deste território desde tempos remotos. A mobilidade e a migração, mais quotidianas ou mais excepcionais, são um traço distintivo da maior parte dos grupos etnolinguísticos que constituem a população deste país – dos balantas (cuja migração para sul no último século constitui um dos grandes determinantes recentes da recomposição populacional deste território) aos fulas (povo nómada pastoril por excelência da África Ocidental), passando pelos manjacos (com a sua história, longa de um século, de migração intercontinental).

As origens do mosaico etnocultural que caracteriza a população deste país (em que coexistem, de forma híbrida, duas matrizes principais – respectivamente animista e islamizada) remontam à expansão, em diferentes momentos dos últimos séculos e em direcção ao interior deste território, por parte de dois grandes grupos etnolinguísticos do interior do continente africano – os mandingas e os fulas –, que nesse processo ‘empurraram’ em direcção à costa, subjugaram militarmente e influenciaram culturalmente as comunidades animistas que habitavam a região desde uma fase bastante anterior (Davidson, 1978; Pélissier, 1989).

Os contactos e a influência crescentes por parte dos navegadores e comerciantes portugueses, do século XV em diante, geraram, também eles, movimentos e recomposições populacionais significativos: por um lado, na medida em que as feitorias e entrepostos comerciais por estes fundados constituíram pólos de atracção populacional em virtude das oportunidades económicas que representavam; por outro lado, devido ao facto do tráfico de escravos ter influenciado profundamente o relacionamento entre os diferentes grupos populacionais locais e estado na origem da punção de uma parte significativa da população desta região. Porém, nem todas as consequências deste contacto foram deletérias: por exemplo, a interacção mercantil com portugueses ao longo dos séculos estaria na origem do surgimento de uma cultura e “língua franca”, especificamente *crioulas*, resultantes dos processos de hibridização e aculturação mútuas entre as populações locais e europeias (Pélissier, 1989; Nafafé, 2007).

O período de colonização efectiva – a partir de finais do século XIX – esteve também na origem de movimentos populacionais de grande amplitude. Numa fase inicial, foram especialmente evidentes as deslocações populacionais em reacção às chamadas “campanhas de pacificação” destinadas a subjugar os diferentes grupos locais (que, nalguns casos, haveriam de prolongar-se até à década de 1930). Por outro lado, a imposição de diversas medidas típicas de exploração e violência colonial, como a imposição de trabalhos forçados ou de culturas agrícolas obrigatórias, engendrou também fluxos populacionais específicos – como é o caso da

grande migração balanta a partir da região do Oio em direcção ao sul do território, na primeira metade do século XX, em grande medida motivada pela escassez de terras resultante da imposição da cultura do amendoim pela administração colonial (Van der Ploeg, 1990; Temudo, 2009). No ocaso do período colonial, as deslocações populacionais estiveram principalmente associadas aos efeitos da repressão política e à destruição associada à guerra de independência (em 1963-74): por um lado, foi frequente a deslocação forçada de comunidades rurais inteiras, tanto por parte do PAIGC como da administração colonial, a fim de subtraí-las ao controlo inimigo; por outro lado, a fuga em direcção ao exterior do território, designadamente para o Senegal e República da Guiné constituiu também uma opção para dezenas de milhares de guineenses em fuga dos efeitos directos do conflito e da repressão política.

Porém, o papel central da mobilidade populacional como prática social e estratégia de subsistência ao longo dos séculos não se limitou aos casos em que foi motivada por contactos – de índole bélica, comercial ou colonial – com grupos e povos oriundos do exterior do território. Mesmo numa base quotidiana, a mobilidade sazonal ou permanente, motivada por factores como a pressão demográfica sobre a terra, a deterioração dos solos ou a simples adaptação ao ciclo agrícola anual, constituem estratégias muito comuns para a população que habita este território, cujas origens se perdem nas brumas da memória. Também as comunidades do arquipélago dos Bijagós (região de Bolama), cujo isolamento e insularidade dificilmente permitiriam adivinhar que fossem caracterizadas por níveis consideráveis de mobilidade, possuem uma ancestral tradição de mobilidade sazonal de umas ilhas para as outras ao longo do ciclo agrícola anual, a fim de praticarem diferentes colheitas.

A migração rural-urbana constitui uma outra faceta muito importante das dinâmicas de mobilidade que caracterizam a história da Guiné-Bissau. As suas origens, enquanto processo significativo, remontam ao período da guerra de independência, sendo explicáveis pela fuga à destruição causada pelo conflito (que afectou especialmente as áreas rurais). Contudo, o afluxo populacional em direcção às áreas urbanas (especialmente Bissau) não cessou com o final do conflito e com a independência. Pelo contrário, tendeu até a acentuar-se ao longo das décadas seguintes, em resultado da concentração de oportunidades económicas nos sectores urbanos e da situação de desvantagem cumulativa e relativo abandono a que foram sendo sujeitas as áreas rurais, tanto no período “dirigista” dos primeiros anos após a independência, como no período que se seguiu ao programa de ajustamento estrutural de meados da década de 1980 (Imbali, 1993). Foi assim que a percentagem estimada da população guineense residente em áreas classificadas como urbanas passou de menos de 15% em 1960 para cerca de 30% em meados da década de 1990 (tendo estabilizado, *em termos relativos*, desde então).²¹

Se os parágrafos anteriores ilustram amplamente até que ponto a mobilidade interna é um aspecto central e recorrente da história da Guiné-Bissau, não é menos verdade que a mobilidade em direcção ao exterior do território é também, desde há muito, uma prática muito importante e extremamente comum. Inclui-se nesta categoria, em primeiro lugar, a mobilidade quotidiana por parte dos grupos etnolinguísticos cujos territórios ancestrais se viram atravessados, de forma arbitrária, por fronteiras internacionais traçadas por terceiros (é o caso, por exemplo, dos felupes do Norte da Guiné-Bissau, designados por diola na região de Casamança). Porém, o exemplo mais acabado e significativo da longa tradição de mobilidade para fora das fronteiras do actual território guineense consiste no sistema migratório que, há pelo menos dois séculos, une a região Norte da Guiné-Bissau ao Senegal. Protagonizado principalmente (embora não exclusivamente) por elementos de etnia manjaca, as origens deste sistema migratório remontam ao papel dos manjacos enquanto intermediários entre os comerciantes europeus e locais, e às deslocações do norte da Guiné-Bissau em direcção ao Senegal no contexto do cultivo do amendoim e colheita da borracha (Diop, 1996; Carreiro e Sangreman, 2011; Abreu, 2011).

Desde uma fase bastante precoce (início do século XIX, segundo Diop, 1996:47), a tradição e experiência marítimas dos manjacos tornou-os especialmente propensos a serem recrutados pelos navios mercantes que operavam na costa senegalesa – o que permitiu que, numa fase

²¹ Fonte: World Bank, *World Development Indicators* (<http://data.worldbank.org/indicator>).

posterior, alguns acabassem por chegar, através desta ligação marítima,²² até França (enquanto metrópole do Senegal), iniciando assim uma corrente migratória intercontinental. Reflectindo ainda as origens históricas deste processo, a numerosa comunidade de origem manjaca presente em França encontra-se ainda hoje fortemente concentrada em cidades portuárias ou na sua vizinhança – particularmente ao longo do vale do Sena, entre Le Havre e Paris, e na região de Marselha (*idem, ibidem*).

Para além deste prolongamento intercontinental em direcção a França, que haveria de ganhar uma dinâmica própria e consolidar-se ao longo de todo o século XX, a própria corrente migratória com destino ao Senegal (e também à Gâmbia, que se encontra funcionalmente integrada no mesmo sistema) reforçou-se bastante ao longo da segunda metade do século XX, em consequência do aumento da pressão demográfica no norte da Guiné-Bissau, da repressão colonial e, a partir da década de 1960, dos efeitos directos da guerra de independência (que também levaram um número significativo de guineenses a procurar refúgio na República da Guiné, ou Guiné-Conakri, que aliás constituía a principal retaguarda do PAIGC durante o conflito) (Galli e Jones, 1987).

A independência da Guiné-Bissau em 1973 e o final da guerra em 1974 trouxeram novas transformações ao nível dos fluxos migratórios internacionais com origem na Guiné-Bissau. Por um lado, a independência recém-conquistada e o final da guerra permitiram o regresso de parte da população que se encontrava nos países vizinhos. Porém, a repressão movida contra alguns grupos específicos no período pós-independência teve como consequência que a emigração movida, pelo menos parcialmente, por motivos políticos tenha continuado a ser uma realidade no período pós-colonial. É o caso da fuga de um número significativo de “lusoguineenses”, caracterizados por diferentes tipos de laços à administração colonial (incluindo a participação na guerra ao serviço do exército colonial), que acompanharam os colonos no regresso à metrópole e constituíram a primeira “vaga” de migrantes guineenses que se fixaram em Portugal (Machado, 2002). É também o caso do fluxo, em direcção a Cabo Verde, que resultou das condições mais hostis em relação aos indivíduos de origem cabo-verdiana após o golpe de Estado de 1980, no contexto do qual a liderança política e a administração pública da Guiné-Bissau foram purgadas de numerosos quadros e dirigentes cabo-verdianos. E é ainda o caso da migração (ou permanência no exterior, tipicamente no Senegal) por parte de elementos, maioritariamente de etnia manjaca, associados ao movimento de libertação e partido político FLING, que foram alvo de perseguição por parte do PAIGC em certas fases do período após a independência.

Se, na primeira década após a independência, as lógicas fundamentais subjacentes aos fluxos migratórios com origem na Guiné-Bissau tiveram um carácter sobretudo político, a partir da década de 1980 a migração económica começou gradualmente a impor-se. Neste contexto, caracterizado também pela aceleração da migração rural-urbana (tal como referido), a migração intercontinental em direcção à Europa constituiu uma válvula de escape muito importante face à deterioração das condições de vida nas áreas rurais, permitindo mitigar aquilo que poderia ter sido um processo de urbanização ainda mais explosivo e permitindo o acesso, por parte de muitas famílias, a um fluxo de remessas que assumiu uma importância cada vez mais crescente à escala nacional. Contrastando com aquilo que fora até aí a principal tradição de migração intercontinental guineense (com destino a França, via Senegal), a parte mais substancial dos fluxos migratórios com destino à Europa a partir da década de 1980 assentou na ligação pós-colonial e teve Portugal como destino principal. Para esta alteração contribuíram, por um lado, a política migratória mais restritiva adoptada em França na sequência da crise económica da década de 1970, que implicou restrições significativas à nova migração laboral (embora outros canais, como a reunião familiar, tenham continuado a ser relativamente acessíveis); por outro lado, a forte procura de mão-de-obra de baixas qualificações por parte da economia portuguesa (decorrente da modernização infra-estrutural associada à adesão à CEE em 1986), a par dos

²² Curiosamente, isso mesmo encontra-se reflectido na expressão que, na língua manjaca, designa estes pioneiros da migração intercontinental: “*napat ubabu*”, que significa literalmente “os que remam para a terra dos brancos”.

vínculos linguísticos, culturais e históricos que uniam Portugal e os países africanos de expressão portuguesa, incluindo a Guiné-Bissau.

As décadas de 1980 e 1990 constituíram assim o auge de migração laboral guineense em direcção a Portugal. Tal como assinalado por Machado (2002), esta segunda grande vaga migratória com destino a Portugal apresentou características bastante distintas das da primeira vaga (do período imediatamente após a independência) a que nos referimos atrás: enquanto a primeira vaga era tendencialmente urbana, oriunda da “sociedade crioula” e mais qualificada, a segunda vaga, associada à migração laboral da década de 1980 em diante, revelou-se bastante mais diversa em termos de origens étnicas e geográficas (no que se refere aos contextos de origem na Guiné-Bissau) e era tipicamente menos qualificada.

O primeiro quarto de século após a independência, no que se refere às características principais da constelação migratória guineense, foi assim dominado pelas sempre importantes dinâmicas de mobilidade sub-regionais (principalmente em direcção ao Senegal, Gâmbia e Cabo Verde); pelo muito gradual declínio da corrente migratória em direcção a França (motivada pela escassa renovação dos fluxos e pela progressiva integração dos descendentes na sociedade de acolhimento); e pelo auge da migração pós-colonial em direcção a Portugal nas décadas de 1980 e 1990 (que haveria de registar um novo pico aquando do conflito político-militar de 1998-99, em virtude do fluxo de refugiados que então se verificou). A par de tudo isto, verificou-se também um fluxo, menos numeroso em termos agregados mas bastante diverso em termos de destinos, associado à migração de *estudantes*, tipicamente no contexto de acordos intergovernamentais de cooperação. Neste contexto, assumiram bastante importância os países do antigo bloco de Leste, principalmente nos primeiros anos após a independência, mas também destinos como Marrocos, Cuba, Itália ou Brasil (e Portugal, naturalmente). Nalguns destes casos, a transição de alguns destes estudantes para o mercado de trabalho dos países de acolhimento haveria de dar origem à formação de comunidades guineenses com alguma expressão quantitativa.

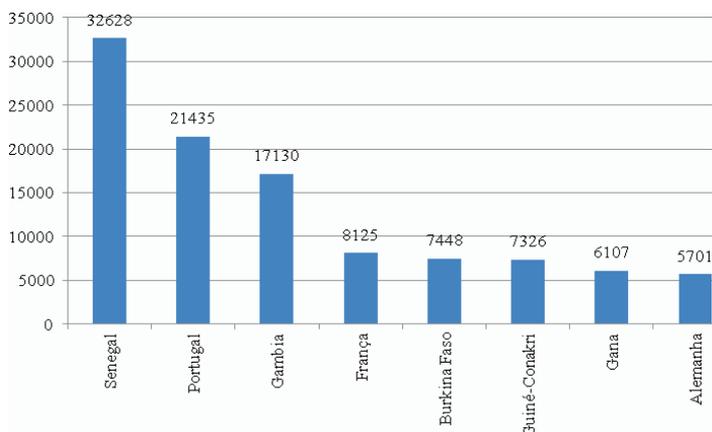
Finalmente, a última década corresponde ao período de diversificação da migração guineense em termos dos seus padrões de dispersão geográfica. Foram vários os factores que contribuíram para isso. No que diz respeito aos migrantes já estabelecidos na Europa, o acesso a um estatuto legal estável, ou mesmo à nacionalidade do país de acolhimento (designadamente, Portugal), em virtude dos longos anos de permanência, tornou mais fácil a mobilidade intra-europeia por parte de muitos migrantes. Por outro lado, a desaceleração (e depois contracção) da economia portuguesa ao longo da década de 2000 – e, em particular, dos sectores das obras públicas e construção civil, especialmente afectados pela trajectória económica adversa – impeliram um grande número de migrantes guineenses a reemigrarem em direcção a um conjunto de novos destinos europeus. Espanha, onde a crise económica se instalou mais tardiamente do que em Portugal, foi um caso particularmente expressivo neste contexto, tendo acolhido muitos milhares de migrantes guineenses, na sua maioria provenientes de Portugal, na segunda metade da década de 2000 (embora todas as indicações sugiram que o pico terá sido atingido há vários anos e que, desde aí, a tendência tem sido de decréscimo). Porém, a reemigração para França (tirando partido das redes associadas ao sistema migratório mais antigo para este país), Luxemburgo e Reino Unido terá também assumido bastante relevância quantitativa e qualitativa. Paralelamente a tudo isto, a relativa facilidade de circulação no âmbito da CEDEAO e a dinâmica de crescimento económico exibida por alguns países africanos com ligações particularmente importantes à Guiné-Bissau (como Cabo Verde e Angola) contribuíram também, no contexto africano, para esta diversificação dos destinos da migração guineense, que encontra reflexo nos padrões actuais de dispersão da diáspora (Carreiro e Sangreman, 2011).

2.4. A diáspora guineense na actualidade: um retrato estatístico

A caracterização da dispersão quantitativa da diáspora guineense não é uma tarefa fácil. Esta dificuldade deve-se a obstáculos de diversa ordem, tais como: *i*) a invisibilidade estatística das comunidades guineenses presentes em diversos países de acolhimento, tanto devido à porosidade das fronteiras (nomeadamente na CEDEAO e EU), como à aquisição da nacionalidade dos países de destino por parte de um elevado número de migrantes, designadamente no Senegal, França e Portugal; *ii*) as limitações dos instrumentos de recolha de dados utilizados, tanto pelos organismos estatísticos dos países de acolhimento, como por parte das representações consulares da Guiné-Bissau; e *iii*) o facto das comunidades guineenses residentes na maior parte dos países de acolhimento, em virtude da sua dimensão relativamente reduzida (face à população total desses países ou à dimensão de outras comunidades imigrantes), nem sempre serem objecto de atenção estatística individualizada, nomeadamente no que se refere à publicação de dados.

Segundo a Global Migrant Origin Database,²³ de 2007, os pólos mais numerosos da diáspora oriunda da Guiné-Bissau (Gráfico 2.5) são o Senegal (32.628 indivíduos), Portugal (21.435), Gâmbia (17.130) e França (8.125). Adicionando a estes números as comunidades guineenses (menos numerosas) indicadas para os restantes países, obtemos um total global consistente com os 111.300 migrantes internacionais referidos pelo Banco Mundial em 2011, ou cerca de 7% da população total da Guiné-Bissau (World Bank, 2011). Dito isto, porém, existem fortes indícios de que estes valores subestimam significativamente a real dimensão e importância da diáspora guineense. Para percebermos porque assim é, olhemos em maior detalhe para cada um dos principais países de acolhimento da diáspora guineense.

Gráfico 2.5: Principais pólos de concentração da população migrante de origem guineense



Fonte: SCMR, *Global Migrant Origin Database*, 2007 (v.4.0).

Como vimos no ponto anterior, a Guiné-Bissau, o Senegal (especialmente Dakar e a região de Casamança) e a Gâmbia encontram-se ligados por uma longa tradição de mobilidade, que diz

²³ Base de dados do Sussex Centre for Migration Research (SCMR), produzida com base na compilação de diversas fontes oficiais, utiliza a naturalidade como critério primário e a nacionalidade como critério complementar. Disponível em http://www.migrationondrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html.

principalmente respeito aos grupos étnicos do Norte da Guiné-Bissau (manjacos, mancanhas e felupes), mas que também inclui outros grupos, como os balantas e os fulas, em números significativos. As origens remotas deste sistema migratório e a porosidade da fronteira têm como consequência que seja extremamente difícil estimar o número de indivíduos de origem guineense presentes, tanto no Senegal, como na Gâmbia. Em todo o caso, é provável que o auge dos fluxos tenha tido lugar na fase final do período colonial, tal como suportado pela estimativa, avançada por Galli e Jones (1987), de 87.000 guineenses aí presentes no final da década de 1980.

Ainda assim, quer os cerca de 33 milhares indicados pela base de dados do SCMR constituam ou não uma subestimação (como parece provável), o que parece certo é que o Senegal constitui o mais numeroso e significativo pólo da diáspora guineense – especialmente se somarmos ao contingente aí presente os muitos milhares residentes na Gâmbia (que, em termos funcionais, podem ser considerados parte do mesmo sistema migratório). Segundo diversas fontes (e.g. Diop 1996), a maior parte desta população encontra-se concentrada na região de Casamança, Gâmbia e Dakar; exhibe uma elevada taxa de feminização; e desempenha maioritariamente profissões pouco qualificadas e de baixas remunerações (como as limpezas domésticas ou a produção de bordados), o que contribui para explicar a sua limitada capacidade para o envio de remessas (face à dimensão da comunidade).

Os cerca de 21.500 migrantes de origem guineense indicados pelo SCMR como residindo em Portugal constituem também, segundo diversos indícios, uma subestimação – por mais que a elevada tendência para a reemigração, ou retorno temporário à Guiné-Bissau, nos últimos anos, tornem especialmente difícil avançar estimativas com um elevado grau de confiança. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português refere, no seu relatório anual de 2010 (SEF, 2010), um total de 19.187 cidadãos de *nacionalidade* guineense em situação regular à data de 31 de Dezembro de 2010 – o que representava um decréscimo significativo face aos 22.945 referidos apenas um ano antes (SEF, 2009). O Eurostat, por sua vez, indica uma população total de nacionalidade guineense que ascendia a 23.672 em 2010 – implicando uma redução em cerca de cinco milhares face a 2008 (28.871).²⁴

Em face destes valores, dois aspectos há que podemos tomar como certos: primeiro, que qualquer um destes números subestima significativamente a real dimensão e importância da comunidade de *origem* guineense residente em Portugal, que inclui também os migrantes que adquiriram a nacionalidade portuguesa ao longo dos anos, aqueles que se encontram no país em situação irregular e ainda os descendentes de migrantes guineenses (motivo que leva alguns investigadores a apontar para uma estimativa total na ordem dos 40.000 (Abreu, 2011); por outro lado, que a comunidade guineense residente em Portugal tem registado, nos últimos anos, uma forte tendência de decréscimo, em resultado das estratégias de reemigração e retorno temporário adoptadas no contexto da recessão económica e contracção do mercado de trabalho registados em Portugal nos últimos anos. Este último facto, porém, não deve ser entendido como implicando uma tendência inexorável para o abandono permanente de Portugal por parte desta comunidade: são muito frequentes os relatos de estratégias de reemigração temporária em busca de emprego, como forma de adaptação à conjuntura desfavorável, em que as famílias permanecem em Portugal e em que existe uma intenção de regresso a este país quando a situação ao nível do mercado de trabalho registar uma melhoria.

O perfil socioprofissional da comunidade de origem guineense residente em Portugal reflecte a sobreposição das diversas vagas migratórias que estiveram na sua origem – incluindo, nomeadamente, fluxos migratórios relativamente qualificados, principalmente nos primeiros anos após a independência e aquando do conflito de 1998-99; uma numerosa corrente migratória predominantemente laboral, masculina e relativamente pouco qualificada, cujo pico teve lugar entre meados da década de 1980 e a viragem do milénio; e ainda a migração (e posterior transição para o mercado de trabalho) por parte de um número considerável de estudantes universitários guineenses. Em consequência desta conjugação de perfis, verifica-se,

²⁴ <http://cpp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database#>.

no seio da comunidade guineense, uma tendência para a sobre-representação, tanto em segmentos pouco qualificados do mercado de trabalho secundário (construção civil, limpezas domésticas, vigilância e segurança), como nalguns segmentos altamente qualificados (médicos, engenheiros e outros profissionais de elevadas qualificações).

Por sua vez, França é o mais antigo pólo europeu da diáspora guineense, mas é também aquele onde a invisibilidade estatística desta comunidade é certamente mais intensa. Isso deve-se a dois factores principais: em primeiro lugar, o facto de uma parte substancial desta comunidade ter-se instalado em França após residir durante algum tempo no Senegal e, por esse motivo, possuir nacionalidade (e em muitos casos naturalidade) senegalesa, apesar da sua muito forte vinculação identitária à Guiné-Bissau (ou, mais exactamente, ao “chão manjaco”); em segundo lugar, o facto das políticas francesas de integração e nacionalidade terem um pendor fortemente assimilacionista e basearem-se no *jus soli*, motivo pelo qual a maioria dos membros desta comunidade, independentemente da efectividade dos laços que a unem à Guiné-Bissau e da importância das suas práticas transnacionais, possui nacionalidade francesa e não surge nas estatísticas como sendo guineense. É, por isso, que a comunidade de *origem* guineense presente em França excederá certamente os 15.000 estimados por Diop (1996:61) nos anos de 1980 (referindo-se exclusivamente aos indivíduos de origem *manjaca*), sendo muitos os informantes da comunidade que apontam para valores actuais na ordem dos 40.000 a 50.000, sem que isso se reflita nas estatísticas oficiais: a base de dados do SCMR indica uns meros 8.125 (em 2007); o Eurostat refere 2.491 em 2005 (de forma bastante surpreendente, tendo em conta os 7.596 indicados relativamente a 1999)²⁵; e o Instituto de Estatística francês (INSEE) assinala apenas 1.714 indivíduos economicamente activos de nacionalidade guineense residentes em França em 2006.²⁶

Tal como indicado no ponto anterior, alguns países europeus emergiram recentemente como novos pólos significativos da diáspora guineense, no contexto de estratégias de reemigração em resposta a alterações nas condições do mercado de trabalho (especialmente em Portugal). Entre esses países, assumem especial relevância a Espanha e o Reino Unido. Porém, o carácter muito recente destes fluxos e a sua grande fluidez têm, como consequência, que estas novas tendências não possuam ainda tradução estatística. No caso de Espanha, por exemplo, há fortes indícios *ad hoc* de que a comunidade guineense terá registado um crescimento muito significativo há cerca de 5 anos (em resultado do mercado de trabalho espanhol ter mantido algum dinamismo por mais tempo do que o português, aquando do embate inicial da crise económica), mas que a tendência mais recente é no sentido de uma redução igualmente abrupta, dado o agudizar da recessão em Espanha e as muito elevadas taxas de desemprego que este país tem registado. Consequentemente, os valores estatísticos relativos à comunidade guineense residente neste país têm um grau de fiabilidade muito limitado: o SCMR indica 2.226 indivíduos em 2007 (isto é, antes do pico da reemigração a partir de Portugal), ao passo que o Eurostat refere 6.679 em 2010, mas é provável que a comunidade guineense neste país, aquando do seu máximo, tenha sido bastante mais numerosa – embora seja também muito provável que, entretanto, tenha voltado a registar uma forte redução.

Para concluir este retrato indicativo da distribuição da diáspora guineense na actualidade, é ainda importante referir um conjunto de países que, apesar de menos significativos nas estatísticas oficiais, assumem bastante importância por diferentes ordens de razões: diversos países da África Ocidental, como a Guiné-Conacri (7.326, segundo SCMR 2007), o Burkina Faso (7.448) e o Gana (6.107), no contexto dos quais a migração guineense está provavelmente relacionada com o funcionamento de redes comerciais intra-étnicas e mecanismos de recrutamento laboral ‘pela base’;²⁷ Angola, um ‘novo destino’ que, do ponto de vista estatístico, é ainda invisível, mas que inúmeros indícios mostram ter vindo a assumir uma importância crescente nos últimos cinco anos, nomeadamente em virtude dos seus laços histórico-

²⁵ <http://cipp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database#>.

²⁶ http://www.insee.fr/fr/themes/detail.asp?reg_id=99&ref_id=pop-immigree-pop-etrangere.

²⁷ Aos quais é também necessário juntar Cabo Verde, onde fontes *ad hoc* apontam para uma população imigrante guineense na ordem dos 10.000 indivíduos, ainda que, mais uma vez, a maior parte seja estatisticamente invisível.

linguísticos próximos com a Guiné-Bissau e a as suas elevadas taxas de crescimento económico; dois destinos principais no continente americano, a saber, o Brasil (principalmente no contexto da migração de estudantes) e os EUA (em parte seguindo rotas migratórias cabo-verdianas); e ainda outros destinos europeus como a Alemanha (5.701, segundo SCMR 2007), o Luxemburgo e Itália, que reforçaram como pólos da diáspora nos últimos anos, em virtude da diversificação dos destinos decorrente da conjuntura económica nos destinos mais tradicionais (o que, nalguns destes casos, veio somar-se a comunidades previamente existentes decorrentes de ligações migratórias de estudantes).

Em suma, as fontes estatísticas oficiais encontram-se bastante limitadas na sua capacidade de transmitir um retrato fiel e actualizado da distribuição da diáspora guineense. Isso deve-se a um conjunto de motivos dificilmente contornáveis, que incluem a rapidez de reorientação dos fluxos em resposta a alterações na conjuntura económica, bem como o facto de uma parte muito significativa da diáspora, apesar da intensidade dos laços identitários e afectivos que a unem ao país de origem, não possuir já nacionalidade guineense (ou não a declarar nos exercícios de recenseamento estatístico).

Mas isso não impede que possamos chegar a uma série de conclusões principais, validadas pelo cruzamento de fontes qualitativas e quantitativas, incluindo os contactos mantidos no terreno, tanto na Guiné-Bissau, como no seio da diáspora: *i*) que a migração na sub-região da África Ocidental representa, do ponto de vista quantitativo, a maior parte da migração internacional com origem na Guiné-Bissau; *ii*) que França e Portugal continuam a ser os principais pólos europeus da diáspora (tanto em termos de contingente de origem guineense, como enquanto bases para processos de circulação intra-europeia); *iii*) que a última década tem correspondido ao período de diversificação ‘cosmopolita’ da migração e diáspora guineenses, no contexto do qual diversos novos destinos (Espanha, Reino Unido, Luxemburgo, Angola, entre outros) assumiram-se como importantes novas extensões da diáspora; e *iv*) que, havendo uma forte tendência para a sub-representação estatística das comunidades de origem guineense residentes em cada um destes países, podemos também concluir com um elevado grau de certeza que a verdadeira importância quantitativa da diáspora guineense global excede largamente os 7% da população total da Guiné-Bissau estimados pelo Banco Mundial (World Bank, 2011a).

3. As comunidades guineenses em Portugal e França

Portugal e França são dois dos mais importantes contextos de acolhimento da diáspora guineense fora do continente africano. Para além disso, os guineenses imigrados nestes dois países têm demonstrado uma capacidade inigualada para contribuir para o bem-estar das suas famílias, comunidades e regiões de origem, tal como ilustrado pelo padrão geográfico das remessas com destino à Guiné-Bissau: no ano de 2007, por exemplo, 80,5% do volume total das remessas formais com destino ao país teve origem no continente europeu (leia-se, em grande medida, em Portugal e França), comparado com apenas 17,7% provindo de outros países africanos²⁸ (United Nations, 2010).

As comunidades de origem guineense na Europa relacionam-se com a Guiné-Bissau e contribuem para o seu desenvolvimento socioeconómico de muitas outras formas, para além do envio de dinheiro: investindo em actividades produtivas, tanto à distância, como após o retorno; enviando bens, com vista à satisfação de necessidades privadas ou colectivas, ou ainda para utilização produtiva; concebendo e implementando projectos comunitários que complementam o papel do Estado, ou colmatam as lacunas da actuação deste; actuando como embaixadores informais da cultura, sociedade e economia guineenses junto do exterior; acompanhando e participando no debate político; financiando actividades religiosas, tais como deslocações a Meca; ou regressando à Guiné-Bissau, de forma temporária ou permanente, para ali aplicarem conhecimentos e competências adquiridos no exterior. Em cada um destes sentidos, as comunidades guineenses em Portugal e França têm desempenhado consistentemente um papel determinante no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau – justificando-se por isso que nos debruçemos de forma mais detalhada sobre elas.

3.1. Aspectos gerais

Naturalidade, nacionalidade e identidade

As comunidades de origem guineense em França e Portugal possuem origens históricas e características bastante distintas, como vimos no capítulo anterior. De uma forma resumida, a corrente migratória da Guiné-Bissau para França conta com cerca de um século de existência; foi, em grande parte, mediada por um contexto migratório intermédio (o Senegal); provém, na sua vasta maioria, de um contexto específico (áreas rurais do “chão manjaco”, no norte da Guiné-Bissau); e atingiu há muito a maturidade, quer em termos de assimilação formal da comunidade, quer porque se encontra há várias décadas numa fase de declínio em relação à renovação dos fluxos. Em contraste, a migração guineense para Portugal é um fenómeno essencialmente pós-colonial; não implicou a existência de um contexto migratório intermédio (com excepção, em certos casos, da própria cidade de Bissau); é muito mais diversa em termos de origens étnicas e geográficas, e ainda em termos de perfis de qualificações e socioprofissionais; e a tendência de decréscimo quantitativo que se tem verificado nos anos mais recentes parece, pelo menos para já, constituir apenas uma resposta conjuntural (por via de estratégias de reemigração ou retorno temporário) à situação especialmente difícil que se tem verificado no mercado de trabalho português (principalmente nos segmentos que mais têm

²⁸ É certo que a proximidade geográfica e a adopção de uma moeda comum no espaço da UEMOA aumentam significativamente a prevalência do envio de remessas “em mão” no caso dos contextos de acolhimento africanos, particularmente o Senegal. Porém, uma parte muito substancial deste diferencial deve-se ao facto da situação económica dos migrantes na Europa ser em geral bastante mais favorável e permitir o envio de quantias mais avultadas.

empregado os migrantes guineenses) – embora, naturalmente, possa vir a assumir contornos estruturais de fim de ciclo.

Várias destas diferenças são claramente ilustradas pelos resultados dos inquéritos realizados, no âmbito deste estudo, junto das duas comunidades em questão. Um primeiro exemplo é a comparação entre as distribuições da variável “ano de instalação no país de destino”. Entre os 77 migrantes guineenses abrangidos pelo inquérito em Portugal, a grande maioria (86%) chegou em 1998 ou depois, sendo residuais (3%) aqueles que se instalaram em Portugal antes de 1986; entre os 86 *imigrantes* de origem guineense abrangidos pelo inquérito em França, que indicaram o ano de instalação (excluindo portanto 14 que nasceram já em França), verifica-se, pelo contrário, uma sobrerrepresentação do período 1974-1990 (com 47% das respostas), ilustrando claramente o carácter mais antigo da migração guineense para França. Aliás, o motivo provável pelo qual as décadas anteriores a 1970 não surgem com maior representação no inquérito realizado em França (apesar de terem correspondido, segundo todas as indicações, ao auge dessa corrente migratória) consiste no facto da maior parte dos migrantes chegados nessa época terem entretanto falecido, regressado à Guiné-Bissau, ou serem actualmente demasiado idosos para estarem em condições de ser incluídos na amostra.

Outra diferença fundamental que decorre das diferentes histórias destas duas correntes migratórias consiste no facto de, no caso português, os vínculos identitários, afectivos e familiares à Guiné-Bissau fazerem-se acompanhar, na grande maioria dos casos, por vínculos de nacionalidade e naturalidade; enquanto no caso da comunidade de origem guineense residente em França encontramos uma sobreposição de gerações caracterizadas por diferentes tipos de vínculos em termos de naturalidade e nacionalidade. Trata-se de uma questão em que a comparação directa com os dados relativos ao contexto português não é possível, uma vez que a amostra utilizada por Carreiro e Sangreman (2011) foi deliberadamente seleccionada com base no critério da nacionalidade (guineense), mas em relação à qual o inquérito agora realizado em França permite algumas conclusões muito interessantes.

Para contextualizar esta relação entre identidade, naturalidade e nacionalidade no caso da comunidade de origem guineense residente em França, é útil começar por chamar a atenção para a distribuição da amostra no que se refere à identidade étnica dos respondentes, tal como indicada pelos próprios. Os dados permitem, em particular, duas conclusões principais: *i*) o fortíssimo predomínio do grupo étnico manjaco (cerca de 90%)²⁹ e *ii*) o facto dos referenciais identitários correspondentes aos grupos étnicos da Guiné-Bissau serem, praticamente sem excepção, assumidos espontaneamente pelos respondentes. O resultado imediatamente anterior assume especial interesse, quando temos em conta que uma boa parte (40%) da amostra *não* nasceu na Guiné-Bissau (incluindo 24% dos respondentes que são naturais do Senegal e 14% naturais de França).

Este cruzamento entre os vínculos de identidade, naturalidade e nacionalidade fica completo quando atentamos às nacionalidades declaradas pelos respondentes, que revelam aspectos muito significativos e interessantes. Entre os inquiridos que responderam de forma válida a esta questão, 61% declararam possuir duas ou mais nacionalidades (incluindo dois casos de trinacionalidade: guineense, senegalesa e francesa). No entanto, se consideradas isoladamente, a nacionalidade mais comum na amostra é a francesa (58% dos respondentes), seguida pela guineense (48%), senegalesa (44%) e portuguesa (14%).

A análise conjunta dos diversos resultados indicados até agora revela que, ao contrário do que sucede tendencialmente no caso da comunidade guineense residente em Portugal, a comunidade de origem guineense residente em França apresenta uma forte disjunção e complexidade no que se refere à articulação entre naturalidade, identidade e nacionalidade. Todos, ou quase todos, consideram-se vinculados identitariamente ao seu grupo étnico de

²⁹ Este aspecto específico deve ser interpretado com algum cuidado, dado o enviesamento intrínseco associado à amostragem *snowballing* (é mais provável que indivíduos com identidades étnicas idênticas pertençam às mesmas redes sociais). Porém, note-se que esta percentagem aproximada (perto de 90%) é consistente com a estimativa global do peso relativo do grupo étnico manjaco na comunidade de origem guineense em França (85%-90%), tal como avançada por diversas fontes qualitativas (designadamente, aquando das entrevistas com dirigentes associativos).

origem (e, mais do que isso e no caso da vasta maioria, ao ‘chão manjaco’), apesar de 40% de entre eles terem nascido num país que não a Guiné-Bissau e apesar de menos de metade serem cidadãos da Guiné-Bissau. No entanto, tal como temos vindo a sugerir, nem a ausência de cidadania formal nem a naturalidade não-guineense implicam a ausência de vínculo identitário. Pelo contrário: no caso dos indivíduos que nasceram no Senegal e foram na infância ou juventude para França, por exemplo, o que encontramos tipicamente é a assunção explícita de uma tripla identidade, correspondente respectivamente à socialização primária (identidade guineense, ou, mais concreta e tipicamente, manjaca), ao contexto de socialização secundária precoce (identidade senegalesa) e ao contexto de socialização secundária tardia (identidade francesa). É importante assinalar que não se trata de uma minoria: a percentagem de respondentes que residiu pelo menos um ano no Senegal (66%) é até superior à que residiu pelo menos um ano na Guiné-Bissau (65%)³⁰.

Trata-se de um fenómeno que não tem paralelo no caso da comunidade guineense em Portugal, dado o carácter muito mais recente da corrente migratória e a ausência de um contexto migratório intermédio. Neste caso, estamos perante uma comunidade em que: quase todos (excepto os descendentes, quase sempre menores) são *imigrantes*, no sentido em que nasceram na Guiné-Bissau e migraram para Portugal; quase todos (mais uma vez, excepto alguns descendentes) são nacionais da Guiné-Bissau (embora parte daqueles que se encontram em Portugal há mais tempo tenha entretanto adquirido a nacionalidade portuguesa); e em que a vinculação identitária apresenta traços menos complexos.

As diferenças registadas a este nível entre as duas comunidades implicam algumas consequências importantes no que diz respeito à ligação presente e potencial ao país de origem que importa ter em conta. No caso da comunidade guineense em França, a ausência de um vínculo jurídico formal de cidadania guineense (para a maioria), a conjugação com *dois* outros referenciais identitários susceptíveis de mobilização e o facto de uma percentagem elevada não ter nascido nem residido na Guiné-Bissau constituem, todos eles, “factores de risco” no que se refere à robustez do vínculo com este país. Porém, até agora, estes factores parecem não ter impedido a manutenção e renovação das dinâmicas transnacionais que ligam esta comunidade à Guiné-Bissau (ver secção seguinte). Para tal, têm contribuído sobremaneira as dinâmicas internas da comunidade guineense em França (incluindo a sua densidade associativa e a organização de eventos e celebrações comunitárias³¹), bem como a importância dada pelos familiares e pela comunidade em geral à educação e socialização segundo normas e valores culturais que, em parte, são as do contexto original na Guiné-Bissau (por exemplo, é frequente que os jovens nascidos em França se desloquem na infância, ou adolescência, à Guiné-Bissau a fim de participar em cerimónias iniciáticas do seu grupo étnico).

No entanto, importa ter presente que os factores de risco acima indicados, particularmente num contexto de falta de renovação dos fluxos migratórios para França, colocam esta comunidade numa fase de charneira, em que as dinâmicas transnacionais tenderão, cada vez mais, a tornar-se uma questão de opção (por oposição a obrigação social) e, como tal, mais condicionais e susceptíveis de abandono. É a esta luz que devem ser interpretadas as declarações de diversos jovens dirigentes de associações da comunidade guineense (socializados no Senegal e/ou em França e correspondentes ao perfil acima indicado), quando se referem à implementação de projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Como referiu um deles, “*as coisas connosco funcionam de maneira diferente dos mais velhos. Eles fizeram muito pela Guiné-Bissau e sofreram muitas desilusões. Nós queremos ajudar, mas não estamos dispostos a tolerar o que eles toleraram.*”

³⁰ A este respeito, é ainda interessante assinalar que 22% dos respondentes (comunidade guineense em França) afirmaram ter residido pelo menos um ano em Portugal, o que revela ligações, mais fortes do que habitualmente considerado, entre estas duas comunidades. Em grande medida, trata-se de um fenómeno recente: França tem sido o destino para uma boa parte da recente reemigração a partir de Portugal e, efectivamente, a maior parte dos 22% acima referidos afirma ter-se instalado em França nos últimos anos. De referir ainda os 9% que residiram mais de um ano em países que não a Guiné-Bissau, Senegal e Portugal (tipicamente, na Gâmbia).

³¹ Tais como o Dia da Comunidade Guineense, ou os concursos de Miss Manjack organizados pelas associações.

Perfis de qualificações e trajectórias de inserção socioprofissional

O auge da migração guineense para França teve lugar no contexto das décadas “douradas” de crescimento económico após a 2ª Guerra Mundial, altura em que os novos migrantes guineenses, na sua vasta maioria manjacos, corresponderam à procura acrescida de mão-de-obra imigrante por parte do sector industrial francês. Esta diversificação ao nível das trajectórias de inserção socioprofissional (dos empregos relacionados com as actividades marítimas e portuárias, dominantes entre os ‘pioneiros’ das décadas anteriores, para empregos maioritariamente no sector industrial) assumiu também uma expressão espacial própria: data desta época a dispersão geográfica da comunidade de origem guineense para as cidades e regiões de concentração da indústria transformadora francesa, com especial destaque para o sector da produção automóvel e, em termos espaciais, para o Vale do Sena, entre Le Havre e Paris (Rouen, Mantes-la-Jolie, Evreux,...). Nas décadas mais recentes (depois das fases marítima-portuária e industrial), seguiu-se um terceiro período, caracterizado pela diversificação socioprofissional (construção civil, empregos de baixas qualificações no sector dos serviços), a que correspondeu também uma diversificação espacial (as gerações mais jovens, correspondentes a este perfil, têm tendido a deslocar-se gradualmente para novas áreas residenciais, nomeadamente na região de Paris-Ile de France).

No caso da comunidade guineense em Portugal, o padrão apresenta semelhanças, mas também diferenças importantes. Tal como assinalado por Carreiro e Sangreman (2011), os empregos no mercado de trabalho secundário, particularmente nos sectores da construção civil e serviços (limpezas, restauração), assumem um peso preponderante no perfil socioprofissional actual desta comunidade – e, neste aspecto, a comunidade em Portugal não se distingue da mutação mais recente da comunidade guineense de França. O que esteve, e está, ausente no caso da comunidade em Portugal é a componente de emprego industrial que, no caso francês e através dos migrantes das gerações mais velhas, encontra ainda bastante expressão nos resultados do inquérito agora realizado.

Uma outra questão que assume grande relevância para os propósitos do presente estudo e que é particularmente interessante de analisar à luz das histórias migratórias e dos perfis socioprofissionais é a dos padrões de qualificações. Surpreendentemente ou não, aquilo que encontramos é uma diferença muito significativa entre as comunidades guineenses de Portugal e França: a segunda apresenta um perfil de qualificações escolares muito mais baixo do que a primeira. Isso explica-se por diversos motivos. Tal como já foi referido, a migração guineense para França teve origem num contexto sociogeográfico bastante específico – as áreas rurais do “chão manjaco” (e suas extensões no Senegal) –, remonta a uma época mais remota (na qual a oferta de formação escolar no contexto de origem, tanto guineense como senegalês, era mais limitada) e processou-se, em grande medida, através de redes migratórias associadas a processos de recrutamento laboral dirigidos para empregos industriais de baixas qualificações. É esta conjunção de factores, particularmente entre as gerações mais velhas, que explica que quase 60% dos respondentes ao inquérito realizado em França tenham qualificações inferiores ao básico completo. Como seria de esperar, os (relativamente pouco numerosos) respondentes de elevadas qualificações no caso da comunidade guineense em França são bastante mais jovens do que a média da amostra.

No caso da comunidade guineense em Portugal, pelo contrário, encontramos um perfil de qualificações muito mais elevado, com uma percentagem elevada de respondentes (55%) a indicarem níveis de qualificações iguais, ou superiores ao secundário completo. Por contraste com a situação verificada no caso da comunidade guineense de França, este resultado explica-se (para além do eventual enviesamento introduzido pela metodologia *snowballing*) pelo carácter mais recente da migração guineense para Portugal (que implicou um acesso acrescido à formação escolar no país de origem), pelas diferenças ao nível do contexto de origem na Guiné-Bissau (menos concentrado nas áreas rurais), pela importância da migração de estudantes para Portugal e pelas características dos fluxos que, em diversos momentos históricos, deram origem à comunidade guineense em Portugal (alguns dos quais apresentaram perfis de qualificações

bastante elevados). Curiosamente, porém, esta diferença ao nível das qualificações não se reflecte ao nível das trajetórias de inserção socioprofissional, que, salvo as diferenças já assinaladas, são de uma forma geral bastante semelhantes entre as comunidades nos dois países. Tal como assinalado por Carreiro e Sangreman (2011), isso reflecte um problema generalizado de desperdício de competências no caso português, decorrente de problemas estruturais do mercado de trabalho deste país, agravados por mecanismos específicos de discriminação no caso dos guineenses. O caso francês, por contraste, corresponde a trajetórias de inserção socioprofissional relativamente consentâneas com os perfis de qualificações.

Estas conclusões têm algumas implicações relevantes no que diz respeito à avaliação do potencial de contribuição da diáspora guineense nestes dois países, nomeadamente no que diz respeito à questão da transferência de competências: a conclusão básica, fundamentada nos resultados dos inquéritos, mas também em elementos qualitativos obtidos a partir de diversas fontes, é que a diáspora guineense altamente qualificada encontra-se desproporcionalmente sobrerrepresentada entre a comunidade residente em Portugal – bastante mais do que em França. Isso não quer dizer que não exista um potencial importante no caso francês, correspondente a jovens com formação universitária, competências em domínios avançados e disponibilidade para contribuir de forma activa para projectos e iniciativas na Guiné-Bissau. Porém, não há dúvida que, a este nível específico, a maior parte do potencial (para mais, subaproveitado em muitos casos) encontra-se em Portugal.

3.2. Práticas e dinâmicas transnacionais

Um dos mais significativos indicadores da intensidade das dinâmicas transnacionais entre as comunidades da diáspora e o seu país de origem consiste na frequência de contactos realizados com o país de origem. Além de reflectir de forma bastante robusta a intensidade dos laços – sejam eles de carácter afectivo ou utilitário –, a frequência destes contactos é ela mesma constitutiva de interações transnacionais, na medida em que, através destes contactos, os indivíduos na diáspora e no país de origem reforçam afectos, elaboram planos, partilham informações, dão instruções, fazem pedidos e exercem influência cultural e política, entre muitas outras possibilidades.

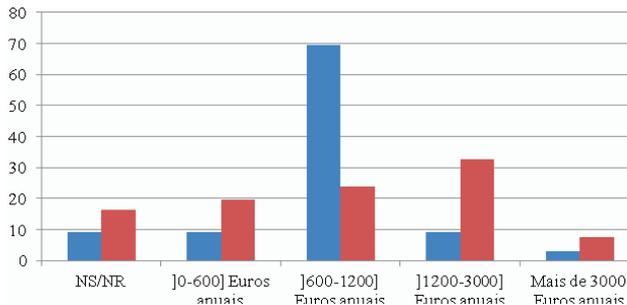
Entre as amostras correspondentes às comunidades guineenses em Portugal e França abrangidas pelos inquéritos, verificamos que a frequência destes contactos é, efectivamente, muito significativa: 97% dos respondentes em Portugal e 66% dos inquiridos em França afirmam manter algum tipo de contacto com a Guiné-Bissau, pelo menos uma vez por mês. Não deixa de ser evidente, porém, que a comunidade guineense em Portugal parece encontrar-se ligada ao seu país de origem por laços mais fortes – ou pelo menos, que estes se traduzem numa frequência de contactos significativamente superior. Essa diferença é em grande medida explicável, mais uma vez, pelas diferentes histórias migratórias das duas comunidades: o carácter mais antigo da migração para França e o facto de uma parte substancial desta comunidade manter vínculos familiares já relativamente distantes com o país de origem tendem a traduzir-se directamente numa menor frequência de contactos.

Assim, enquanto 98% dos inquiridos em Portugal afirmam possuir família próxima na Guiné-Bissau (Carreiro e Sangreman 2011: 67), a percentagem correspondente, no caso dos inquiridos em França, é de 71%. Em termos desagregados, 13% afirmam ter filhos que residem na Guiné-Bissau; 61% têm um ou mais irmãos nesse país; 39% têm lá um ou ambos os pais; e 11% têm lá um(a) ou mais esposos/as. Estes números não deixam de ser surpreendentemente elevados, à luz do que foi referido anteriormente sobre o carácter mais antigo do fluxo migratório e as características desta comunidade em termos de naturalidade e residência prévia (ou não) na Guiné-Bissau. Entre outras coisas, sugerem que, efectivamente, o regresso à Guiné-Bissau após a reforma é uma realidade muito frequente para os migrantes das gerações mais antigas, assim se explicando, por exemplo, a percentagem considerável dos respondentes nascidos no Senegal, ou em França, que tem pelo menos um dos pais na Guiné-Bissau.

A par dos contactos regulares por telefone, ou *e-mail*, as deslocações regulares à Guiné-Bissau constituem outro indicador importante da intensidade dos laços e práticas transnacionais. No caso da comunidade guineense em Portugal, Carreiro e Sangreman (2011) concluíram que o elevado custo das viagens e o estatuto irregular da parte dos elementos da amostra chegados a Portugal mais recentemente concorrem para explicar uma frequência relativamente reduzida de deslocações ao país de origem – aliás, considerada algo dissonante da elevada frequência dos contactos à distância (por telefone). No caso da comunidade guineense em França, a conclusão é, em termos comparativos, inversa: embora os elementos desta comunidade abrangidos pelo inquérito realizado em França revelem uma menor frequência média de contactos à distância, a frequência das suas viagens à Guiné-Bissau é bastante elevada, com 84% dos respondentes a afirmarem deslocar-se à Guiné-Bissau pelo menos uma vez a cada 5 anos. Este valor muito elevado, que não deixa de ser surpreendente, deve ser interpretado à luz da elevada percentagem de respondentes que possui familiares directos no país de origem³² – mas também, por contraponto ao indicado para o caso português, tendo em conta o poder de compra mais elevado da comunidade guineense em França e a maior estabilidade da respectiva situação legal e profissional.

De entre as várias dimensões das dinâmicas transnacionais, aquela que normalmente é objecto de maior destaque no contexto da análise do nexos migrações-desenvolvimento é o envio de remessas. No caso da Guiné-Bissau, sabemos que o dinheiro e bens enviados pelos migrantes constituem recursos extremamente importantes para uma elevada percentagem das famílias. Os dados recolhidos neste estudo confirmam a prevalência e importância desta prática: por exemplo, 75% dos respondentes no contexto português e 92% dos inquiridos no caso da comunidade guineense em França afirmam enviar regularmente dinheiro para alguém no seu país de origem. O Gráfico 3.1 revela, para as amostras correspondentes às duas comunidades em apreço, a distribuição dos valores mensais enviados.

Gráfico 3.1: Montante médio anual das remessas enviadas pelos inquiridos (% das respostas válidas)



Fontes: Portugal: Carreiro e Sangreman, 2011; França: *Inquérito à comunidade de origem guineense*, 2012.

Juntamente com a maior prevalência do envio de remessas no caso da comunidade guineense em França, a distribuição quantitativa dos montantes apoia a conclusão de que esta comunidade assume um papel mais importante do ponto de vista do envio agregado de remessas do que a comunidade guineense em Portugal. Por exemplo, quase 40% dos respondentes em França afirmam enviar em média mais de 100 euros por mês, contra pouco mais de 10% no caso

³² Os motivos indicados para as deslocações à Guiné-Bissau por parte dos respondentes ao inquérito realizado em França (respostas válidas por parte dos que afirmam deslocar-se regularmente à Guiné-Bissau) são, por ordem de frequência relativa (categorias não exclusivas): visitar a família (81%); cumprir obrigações familiares-comunitárias (casamentos, funerais, cerimónias) (70%); tratar de negócios (20%); outros motivos (3%); e tratar de assuntos/obrigações legais (1%).

dos respondentes em Portugal. Com toda a probabilidade, esta diferença explica-se pelo facto da comunidade em França se encontrar em condições relativamente mais favoráveis para o fazer, em virtude da maior estabilidade da sua situação socioprofissional (decorrente de um processo de instalação e integração mais antigo) e do nível de vida mais elevado neste país de acolhimento (por comparação com Portugal). Ao analisar este resultado, importa ter em conta, em contrapartida, que o elevado predomínio dos indivíduos de origem étnica manjaca entre a comunidade guineense de França permite adivinhar que a maior parte deste fluxo de remessas se destina, com toda a certeza, para a região Norte da Guiné-Bissau (enquanto as remessas enviadas a partir de Portugal tenderão a repartir-se de forma relativamente mais desconcentrada pelo território guineense).

Perante estes resultados, considerou-se importante averiguar quais as variáveis que exibem maior associação com o envio de remessas – nomeadamente, a fim de indagar acerca da “sustentabilidade” destas dinâmicas de transnacionalismo económico no caso da comunidade francesa, na medida em que esta se encontra mais sujeita aos factores de risco sugeridos na primeira secção deste capítulo. Ora, no contexto da análise dos resultados do inquérito realizado em Portugal, Carreiro e Sangreman (2011) identificaram uma importante relação estatística *inversa* entre o nível de escolaridade e o envio de remessas (atribuída principalmente ao facto dos migrantes mais qualificados provirem de contextos familiares de origem menos necessitados).

Quadro 3.1: Coeficientes do modelo explicativo do envio de remessas pelos inquiridos da comunidade guineense em França

Modelo		Coeficientes não standard		Coeficientes standard	T	Sig.
		B	Desvio-padrão	Beta		
1	(Constante)	3218,416	445,538		7,224	,000
	Sexo	-512,248	182,281	-,214	-2,810	,006
	Idade	-33,543	6,870	-,379	-4,883	,000
	Escolaridade	-269,271	53,427	-,469	-5,040	,000
	Familiares	897,654	244,523	,366	3,671	,000

Fonte: análise com base em dados recolhidos pelos autores, 2012.

No caso do inquérito agora realizado em França, considerou-se interessante construir e testar um modelo de regressão linear com vista a identificar as principais variáveis explicativas do envio de remessas. Nesse modelo, a variável dependente correspondeu ao montante anual enviado (“0” no caso de não-envio), enquanto as variáveis independentes consideradas foram quatro: sexo, idade, escolaridade e ter ou não familiares directos na Guiné-Bissau.³³ Apesar do reduzido número de variáveis independentes consideradas, o modelo mostrou ter uma notável capacidade explicativa: estas quatro variáveis, tomadas conjuntamente, explicam 60% da variância total da variável dependente ($r^2 = 0,603$). O Quadro 3.1. apresenta a tabela de coeficientes resultante. Todas as variáveis surgem como extremamente significativas: o sexo dos respondentes (o sexo masculino está associado, no modelo, ao envio anual médio de 512 euros *a mais*); a idade (cada ano de idade a mais corresponde, em média, ao envio anual de *menos* 34 euros); o facto de o respondente possuir familiares directos residentes na Guiné-

³³ “Ter ou não familiares directos na Guiné-Bissau” foi incluído no modelo como variável *dummy*, isto é, que assume o valor “1” em caso afirmativo e “0” em caso negativo (foram considerados familiares directos os pais, filhos, irmãos e esposos/as). Analogamente, a variável “sexo” foi também incluída como variável *dummy* (“0” para “homem” e “1” para “mulher”). “Idade” foi incluída como variável contínua (número de anos completos). “Escolaridade” foi incluída como variável ordinal com oito categorias (Não sabe ler ou escrever; Sabe ler e escrever; Primário completo; Básico completo; Secundário completo; Frequência universitária; Curso universitário completo; Pós-graduação, mestrado ou doutoramento).

Bissau (associado ao envio médio de 898 euros anuais *a mais*); e o nível de escolaridade (em geral, quanto mais elevado, tanto *menor* o envio médio de remessas). Relativamente a esta última variável, é interessante assinalar que o montante médio mais elevado em termos de remessas enviadas se regista, surpreendentemente, entre os 12 respondentes que não sabem ler ou escrever.

Em suma, a análise dos resultados do inquérito revela que o envio de remessas por parte da comunidade de origem guineense em França, além de ser uma prática tendencialmente associada aos elementos masculinos da comunidade, está associado sobretudo aos elementos mais velhos (que também têm um menor nível de escolaridade), especialmente quando têm familiares directos na Guiné-Bissau. Tendo em conta a tendência para o declínio dos fluxos migratórios para França nas décadas mais recentes (apesar da ligeira inversão nos últimos 3 a 4 anos, em resultado da reemigração com origem em Portugal), estes resultados sugerem que o envio de remessas de França para a Guiné-Bissau pode, com forte probabilidade, vir a apresentar uma tendência gradualmente decrescente no futuro – aspecto que pode e deve ser tido em conta na análise prospectiva do papel das remessas no desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A última dimensão do transnacionalismo económico a que nos referiremos neste capítulo diz respeito às actividades empresariais transnacionais – prática mais frequente no caso da amostra em Portugal do que na sua congénere em França. Assim, enquanto 13% dos inquiridos em Portugal afirmam desenvolver algum tipo de actividade comercial ou empresarial por conta própria (70% dos quais dependem para o efeito de contactos com a Guiné-Bissau), entre os respondentes ao inquérito em França, são 8% os que afirmam desenvolver uma actividade empresarial ou comercial e, destes, apenas metade diz depender para o efeito de contactos com a Guiné-Bissau. Até certo ponto, esta diferença tem uma dimensão étnica: enquanto a amostra em Portugal abrangeu diversos indivíduos pertencentes ao grupo étnico fula, cuja tradição comercial e redes transnacionais possuem um longo historial, o mesmo praticamente não sucedeu no caso da amostra abrangida pelo inquérito em França (até porque a migração fula guineense para Portugal é bastante mais significativa do que para França).

Finalmente, é pertinente referir alguns aspectos relacionados com o chamado transnacionalismo político. Neste domínio, procurou-se indagar acerca do grau de participação política das comunidades de origem guineense nesses dois países, no que se refere aos processos políticos dos contextos de origem e de acolhimento, e ainda obter informação relativamente às percepções dos elementos desta comunidade sobre a importância dessa mesma participação política. Embora, naturalmente, a participação política não se limite aos actos eleitorais (até porque, no que se refere à possibilidade prática de voto para as eleições na Guiné-Bissau, estes têm estado vedados às comunidades na diáspora³⁴), utilizamos essa dimensão como especialmente indicativa do grau de envolvimento e como representativa das percepções relativamente ao processo político. Contudo, isso não obsta que tenhamos consciência da importância de outras formas de envolvimento na micro e macropolítica, nomeadamente através das estruturas associativas, de fóruns de debate presenciais ou virtuais, ou ainda da influência exercida à distância sobre os familiares no país de origem.

Em todo o caso, no que se refere a esta dimensão específica da participação política, os resultados obtidos em Portugal (Carreiro e Sangreman 2011) indicam um elevado grau de confiança no processo político: 62% dos respondentes consideram importante, ou muito importante, participar nos actos eleitorais do país de acolhimento, enquanto 89% consideram importante, ou muito importante, a participação nos actos eleitorais da Guiné-Bissau. Entre a amostra constituída por elementos da comunidade guineense residente em França, encontramos níveis de confiança e envolvimento semelhantes, ainda que caracterizados por uma diferença assinalável: em termos comparativos, os respondentes residentes em Portugal consideram, com mais frequência, ser importante, ou muito importante, a participação no processo político guineense, em comparação com o contexto de acolhimento (89% vs. 62%), enquanto no caso da comunidade em França se verifica o inverso (78% vs. 83%). Trata-se de mais um resultado que

³⁴ Com excepção de um único acto eleitoral, no caso da comunidade guineense em Portugal (Carreiro e Sangreman, 2011).

reforça a ideia de que uma boa parte da comunidade guineense em França, em virtude do carácter mais avançado do seu processo de assimilação formal (nomeadamente por via do vínculo de nacionalidade), se encontra, nalguns aspectos, já mais vinculada ao contexto de acolhimento do que ao contexto de origem.

A interpretação destes resultados fica mais clara quando temos em conta alguns resultados adicionais. No caso da amostra em Portugal, por exemplo, apenas um dos 77 respondentes afirmou pertencer a um partido político português – e apenas 9% afirmaram ter alguma vez exercido o seu direito de voto em eleições portuguesas (Carreiro e Sangreman 2011: 97-98). Já entre os inquiridos da comunidade guineense residente em França, 15% dos inquiridos afirmaram pertencer, ou já ter pertencido, a um partido político francês e 41% afirmam já ter votado em eleições francesas.³⁵ Adicionalmente, os respondentes em Portugal sustentam o elevado grau de importância atribuído à participação nos processos eleitorais na Guiné-Bissau em afirmações qualitativas que sugerem uma elevada confiança nesses processos e uma forte confiança na participação eleitoral dos migrantes como direito e dever (Carreiro e Sangreman 2011:96). Em França, pelo contrário, apesar de uma maioria considerar importante ou muito importante essa participação, o grau de importância relativamente mais baixo que lhe é atribuído surge associado, no caso de um número considerável de respondentes, à crença no carácter “tenso” e “falseado” dos processos eleitorais realizados no país de origem. Aliás, mesmo entre aqueles que consideram importante ou muito importante a participação eleitoral dos migrantes nas eleições guineenses, muitos justificam-no com a importância de contribuir para “consolidar a democracia”. As experiências directas menos positivas na relação com o Estado e com a administração guineenses vêm-se, assim, reflectidas na percepção relativamente ao processo político da Guiné-Bissau de uma forma mais geral.

Em conclusão, importa assinalar que as práticas transnacionais que unem estas duas comunidades na diáspora ao seu país de origem são, para todos os efeitos, muito intensas e significativas – tanto a nível social como económico ou político. Porém, as modalidades e a magnitude que assumem em cada um dos casos são intermediadas por duas variáveis fundamentais: as características dos processos de incorporação nas sociedades de acolhimento e a natureza dos vínculos ao país de origem. No caso da comunidade guineense em Portugal, a trajetória de inserção mais recente e precária constrange de forma mais intensa, em termos comparativos, a capacidade dos migrantes intervirem (deslocando-se ao país de origem ou enviando remessas, por exemplo), do que sucede no caso da mais consolidada comunidade guineense em França. Em contrapartida, a comunidade guineense em Portugal parece unida por vínculos de natureza mais multidimensional ao seu país de origem, do que sucede no caso da comunidade em França: para esta última, a Guiné-Bissau é muitas vezes o local de residência de familiares e o país que engloba o seu território referencial no plano mítico-cultural (o “chão manjaco”) – mas não necessariamente um espaço *nacional* no qual depositem muita confiança, ou para cujo processo de desenvolvimento geral se sintam muito motivados a contribuir.

3.3. Características do tecido associativo

A diáspora guineense, tanto em Portugal e França, como na generalidade dos contextos de acolhimento onde se encontra presente, é conhecida pela densidade e dinamismo do seu tecido associativo. No caso das duas comunidades específicas em apreço, dois indicadores disso mesmo são os números estimados das associações que lhe estão directamente relacionadas: 62 recenseadas, mas perto de 200 estimadas, no caso da comunidade guineense de França (GRDR 2010); 56 recenseadas (pela CIFAGP), mas certamente bastante mais do que isso segundo

³⁵ Ainda mais notável é o facto de 8,8% dos respondentes pertencentes à comunidade guineense em França afirmarem pertencer, ou já ter pertencido, a um partido político guineense – elevada percentagem que não pode deixar de ser lida à luz da forte relação histórica entre o movimento de libertação/partido político FLING e o grupo étnico manjaco (embora não tenham sido colocadas questões relativamente a qual o partido político em questão, nem seja lícito assumir esta correspondência simples no caso de todos os elementos da comunidade residente em França).

certos critérios (como veremos adiante), no caso da comunidade de origem guineense residente em Portugal.

Quadro 3.2: Caracterização do tecido associativo guineense em Portugal e França

	Portugal	França
Número de associações da comunidade	56 (recenseamento CIFAGP, 2011)	62 (recenseamento GRDR - 2010); cerca de 200 (estimativa total GRDR, 2010:7)
Percentagem estimada dos elementos da comunidade que afirma pertencer a associações da diáspora	64% (Carreiro e Sangreman, 2011)	92% (Inquérito à comunidade de origem guineense, 2012)
Principais áreas de concentração espacial das sedes (físicas, sociais e/ou para efeitos de correspondência)	Linha de Sintra (27%); Concelho de Lisboa (21%); Linha de Cascais (16%); Cintura Sul do Tejo (13%); Loures/Odivelas/Vila Franca de Xira (13%); Fora da Área Metropolitana de Lisboa (5%) [Fonte: recenseamento CIFAGP - 2011]	Paris-Ile de France (56%); Haute Normandie (31%); Provence Alpes Côte d'Azur (3%); Centre (2%); Midi Pyrenées (2%) [Fonte: recenseamento GRDR - 2010]
Principais organizações de carácter federativo	Federação das Associações Guineenses em Portugal (FAGP, em fase de instalação); União das Associações Baboque em Portugal – Federação (ABP)	Confédération des Associations Bissau-Guineennes de France (CAGF); Union des Associations Mandiakos en Europe (UAME); Fédération des Associations du Secteur de Calequisse (FASCAE); Fédération Babok de France

Fontes: Dados recolhidos pelos autores. Portugal: CIFAGP (2011), Carreiro e Sangreman (2011). França: GRDR (2010).

A dificuldade em avançar estimativas rigorosas do número total das associações destas duas comunidades guineenses tem a ver com a informalidade da maior parte das associações, em geral unidos por laços de parentesco, de linhagem ou de conterraneidade, com vista à prossecução de objectivos específicos. A título de exemplo, um dos entrevistados referiu o envolvimento da sua mãe, migrante em França, em sete iniciativas colectivas diferentes – incluindo, além da associação de terra natal (Calequisse), seis círculos informais de poupança com composições distintas: entre as mulheres de Calequisse; entre irmãos e irmãs; entre primas; no seio da família do lado da mãe; relativo à classe etária (*uran*, no caso dos indivíduos de origem manjaca); e entre as mulheres de origem guineense residentes em Rouen. Em cada um destes casos, a quotização – tipicamente mensal – destina-se à constituição de um fundo comum destinado a responder a situações de emergência, a necessidades individuais (de forma rotativa), a necessidades e objectivos específicos do grupo (e.g., construção de casa de família na Guiné-Bissau, organização de festas) ou, no caso das associações mais estruturadas e tipicamente baseadas na terra de origem, para implementação de iniciativas de apoio ao desenvolvimento e bem-estar comunitários na Guiné-Bissau.

Muitas destas iniciativas colectivas têm um carácter inteiramente informal, frequentemente intrafamiliar, não sentindo os participantes qualquer necessidade de as formalizar. Neste contexto, o processo de formalização de uma parte das organizações guineenses teve lugar sobretudo nas décadas mais recentes (a partir de 1990, tanto no caso francês como português) e correspondeu, nos casos em que assim sucedeu, à sua gradual transformação em ONG, com o

objetivo de dar uma resposta mais estruturada a necessidades diversas, tanto dos próprios associados, como de terceiros (principalmente as localidades de origem, no caso das associações de terra natal). Para aquelas que seguiram essa via, o processo de formalização foi encarado, não só como necessidade, mas como oportunidade: necessidade, na medida em que o crescimento do número de associados e o aumento da escala das actividades desenvolvidas exigiram mecanismos internos de funcionamento mais estruturados; oportunidade, no sentido em que a constituição formal das associações constituiu uma condição necessária para que estas tivessem acesso a apoios e recursos adicionais susceptíveis de facilitar a prossecução dos objectivos. No contexto português, um factor determinante foi a criação do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, à época ACIME) em 1996 – o qual, ao longo dos anos subsequentes, criou uma série de incentivos à formalização das associações de migrantes e à sua constituição como parceiras institucionais (incentivos esses que incluíram a disponibilização de fundos para diversos efeitos e actividades). É, em parte, por este motivo que a maioria das associações da comunidade guineense em Portugal foi formalmente constituída no início da década de 2000, apesar de, na maior parte dos casos, já existirem há vários anos (em certos casos, uma década ou mais) à data em que se formalizou.

Em ambos os contextos de acolhimento, esta tendência relativamente recente para a formalização fez-se acompanhar por esforços no sentido da constituição de estruturas federativas, com o objectivo de assegurar a coordenação de esforços e uma representação unificada junto dos interlocutores oficiais dos países de origem e acolhimento. Estas estruturas são essencialmente de dois tipos: federações que agrupam um número limitado de associações de base local, referentes a um mesmo sector administrativo na Guiné-Bissau (como a ABP, em Portugal, ou a FASCAE e a Fédération Babok, em França); e estruturas de âmbito nacional que agrupam e coordenam todas, ou quase todas, as organizações da diáspora guineense em cada um dos contextos nacionais de acolhimento (como a CAGF e a UAME, em França, ou a FACG, em Portugal – esta última ainda em fase de instalação).

Estas iniciativas federativas são louváveis a diversos níveis, na medida em que pretendem evitar redundâncias, alcançar ganhos de eficiência ao nível dos projectos desenvolvidos e aumentar a capacidade das comunidades fazerem ouvir a sua voz junto dos interlocutores oficiais. Porém, tanto em Portugal como em França têm-se deparado com alguns obstáculos que têm posto em causa o sucesso do esforço federativo: segundo numerosos entrevistados em ambos os países de acolhimento, os esforços de constituição e funcionamento das federações de âmbito nacional têm sido postos em causa por uma combinação de rivalidades pessoais, problemas de falta de confiança e receios de que o processo federativo envolva uma perda de autonomia por parte das associações – e isso tem atrasado e dificultado bastante o processo de constituição (em Portugal), bem como comprometido a eficácia da actuação das federações e/ou levado algumas associações federadas a afastarem-se (em França). Curiosamente, as estruturas federativas que melhor parecem ter conseguido evitar estes problemas e assegurar mecanismos harmoniosos de governança interna são as que articulam associações a uma escala mais limitada – como a ABP, em Portugal, ou a FASCAE, em França. O esforço de constituição e consolidação de estruturas federativas nacionais plenamente representativas encontra-se, assim, ainda incompleto em ambos os contextos de acolhimento – e, se não deixa de ser considerado um objectivo meritório e um passo necessário pela maior parte dos dirigentes entrevistados, as dificuldades inerentes a este processo não devem ser ignoradas ou minimizadas.

Verificamos, desta forma, que o tecido associativo das comunidades guineenses em Portugal e França é caracterizado por um *continuum* de formas organizativas, em que num extremo se encontram os círculos informais de poupança e solidariedade de base familiar, linhageira, ou conterrânea e, no outro extremo, as estruturas federativas de âmbito nacional. Entre os dois extremos, encontram-se aquelas que constituem a maioria das associações formalmente constituídas: as associações de terra natal (ATN), que representam 51% das 59 associações incluídas no recenseamento do GRDR (2010), em França, e uma percentagem igual das 56 associações incluídas na lista da CIFAGP, em Portugal. No contexto francês, dado o predomínio dos indivíduos de origem manjaca na comunidade, este universo de associações de

terra natal é uma realidade essencialmente referente a tabancas de origem na região Norte da Guiné-Bissau. Porém, o mesmo sucede também em Portugal, principalmente porque esta comunidade étnica tem uma maior tradição de práticas associativas. Este fenómeno tem provavelmente as suas origens na divisão da sociedade manjaca em classes etárias e na prática tradicional que consiste nos indivíduos pertencentes a cada uma dessas classes (“*uran*”) efectuarem, principalmente enquanto jovens, trabalhos agrícolas colectivos para terceiros em troca de uma remuneração que é, também ela, utilizada colectivamente (e.g., em festas ou para a compra de trajes para todos os elementos) – para além da solidariedade reforçada que advém da realização em comum de cerimónias iniciáticas por parte dos elementos dessas classes. Em contexto migratório, esta solidariedade e esta prática foram adaptadas no sentido da criação de mecanismos de apoio destinados a facilitar o processo de instalação dos migrantes recém-chegados e garantir uma rede de solidariedade mútua. São estes arranjos colectivos informais que estão na origem da maior parte do tecido associativo em contexto migrante – tendo, numa fase posterior (uma vez assegurada um mínimo de estabilidade para os “pioneiros” da tabanca), passado a direccionar uma parte mais substancial da sua atenção para o desenvolvimento de iniciativas nas localidades de origem. Mais recentemente, os migrantes oriundos de diversas tabancas da Guiné-Bissau, em que predominam os grupos étnicos islamizados, passaram também a adoptar crescentemente esta prática, ainda que, nesses casos, esta não tenha o mesmo tipo de enraizamento cultural “orgânico”.

Para além dos tipos de estruturas já referidos, os tecidos associativos das comunidades guineenses nestes dois países contam ainda com duas outras categorias principais: por um lado, associações de carácter nacional (de que é exemplo a Casa da Guiné, em Portugal); por outro lado, associações com base em afinidades e objectivos específicos de natureza religiosa, cultural ou socioprofissional (como a Association Kakanda e a Association des Entrepreneurs Bissau-Guinéens, em França; ou a Associação dos Estudantes Guineenses e a Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau, em Portugal). Estes dois tipos de associações são relativamente minoritários (face às associações de terra natal), mas desempenham um papel muito importante, tanto na prossecução dos interesses específicos dos seus membros, como pelo carácter mais transversal que assumem (o que exerce um efeito de reforço sobre a coesão da comunidade de uma forma mais geral). Em contrapartida, é menos frequente que se dediquem ao financiamento e implementação de iniciativas de promoção do desenvolvimento e bem-estar na Guiné-Bissau (domínio em que as associações de base local desempenham o papel principal).

No que se refere ao número de membros/associados, as associações da comunidade guineense caracterizam-se por uma considerável heterogeneidade. De uma forma geral, as estruturas de âmbito federativo tendem, obviamente, a apresentar um maior número de associados (como é o caso da FASCAE, em França, que conta com perto de 3.000 associados). Por sua vez, algumas associações ‘transversais’ têm também um número especialmente elevado de membros (muitos dos quais não são guineenses, na medida em que essas associações reúnem também pessoas de outras nacionalidades e origens que partilham interesses comuns, ou que decidem associar-se de forma solidária) – é o caso da Aguinenso, ou do Centro de Cultura Árabe e Pulaar Islâmico (em Portugal), ambas as quais contam com cerca de 3.000 associados. As associações de terra natal, como seria de esperar, têm uma dimensão média menor – mas mesmo dentro deste subconjunto verificamos uma heterogeneidade considerável (no caso português, 40% das associações de terra natal contam com entre 50 e 99 membros, mas cerca de 25% possuem 300 membros ou mais).

Um outro resultado relevante consiste no facto das associações de terra natal da comunidade guineense em Portugal apresentarem uma dimensão média francamente superior às suas congéneres francesas, no que toca ao número de associados: no contexto português, não são incomuns as associações que contam com 200, 300 ou 400 membros, enquanto a vasta maioria das ATN no contexto francês contam com menos de 100 associados. Não obstante, a quase totalidade dos dirigentes associativos entrevistados no contexto português afirmou que, nos últimos anos, as suas associações têm-se confrontado com uma redução significativa no número de membros em virtude da forte tendência para a reemigração no contexto da actual

recessão – facto que se tem revelado problemático para as associações, na medida em que tem implicado uma redução das receitas angariadas a título de quotizações³⁶.

A quase totalidade das associações recenseadas em Portugal e França depende principalmente das quotas pagas pelos associados (que, por norma, oscilam em redor dos 5 a 10 euros por mês) para assegurar o financiamento das suas actividades. Para muitas delas, o financiamento/implementação de projectos específicos, particularmente na Guiné-Bissau, dá também origem a recolhas extraordinárias de fundos. Porém, nalguns casos minoritários, o financiamento regular ou extraordinário por parte dos associados é complementado por receitas providas de outras fontes – a título de subvenções por parte de organismos do poder local (por regra a nível autárquico, em Portugal, e regional, em França), ou, no caso português, através das linhas de financiamento do ACIDI para a prossecução de actividades específicas (actividades de inserção profissional, promoção da cultura, etc.). Mais frequentes, tanto em Portugal como em França, são os apoios “em espécie” resultantes de acordos ou parcerias com diferentes tipos de organismos (juntas de freguesia, igrejas, institutos universitários), mediante os quais estes últimos cedem espaços ou equipamentos diversos para as associações realizarem reuniões e actividades. Ainda assim, só uma pequena minoria das associações entrevistadas (em ambos os contextos, mas sobretudo em França) é que conta com um espaço próprio permanente – cedido, arrendado, ou pertencente ao património da associação.

A inexistência de uma sede ou espaço próprio é especialmente problemático no caso das associações da comunidade guineense em Portugal, uma vez que estas últimas dedicam tendencialmente uma maior porção da sua atenção ao desenvolvimento de actividades no próprio contexto de acolhimento (por contraponto às actividades direccionadas para o país de origem, mais centrais no caso das associações em França). Esta diferença torna-se mais clara quando analisamos em maior detalhe a questão dos domínios de actuação das associações recenseadas. Em primeiro lugar, destaca-se desde logo o facto da maior parte das associações da comunidade guineense em Portugal privilegiar a intervenção no contexto de acolhimento: em quatro domínios de actuação no país de acolhimento (saúde, apoio em caso de falecimento, convívio e a categoria residual “outros apoios sociais”), a percentagem de associações intervenientes ronda ou ultrapassa os 50%. Em contraste, os dois domínios de actuação na Guiné-Bissau mais comuns (educação e saúde) dizem respeito a cerca de um terço de todas as associações entrevistadas – e, de uma forma geral, as percentagens de respostas afirmativas são bastante mais baixas nos diversos domínios.

Este facto não deve ser entendido como reflectindo uma menor ligação ao país de origem, ou uma menor disponibilidade para contribuir para o seu bem-estar e desenvolvimento – o que sucede é que a comunidade guineense em Portugal sofre ela própria de dificuldades e precariedades muito prementes (fruto das características do seu processo de incorporação, do menor nível de desenvolvimento do país quando comparado com França e do carácter menos abrangente e eficaz dos apoios sociais públicos), pelo que as associações tendem a procurar responder, primeiro que tudo, a essas mesmas necessidades. Com efeito, é isso mesmo que muitas destas associações fazem de uma forma notável: a diversidade de apoios que proporcionam e de actividades que realizam constitui, no caso de muitas delas, um autêntico sistema de providência paralelo que complementa os apoios sociais prestados pelo Estado português (aos quais os migrantes têm, aliás, especial dificuldade de acesso quando comparados com a população autóctone). Apoio monetário em caso de desemprego; financiamento de deslocações à Guiné-Bissau (em caso de doença considerada incurável pela medicina “ocidental”, para realizar cerimónias em nome de familiares falecidos, ou mesmo para jovens que se confrontem com problemas de toxicod dependência ou criminalidade); apoio e representação legal, por vezes mediante o recurso da associação a avenças com advogados;

³⁶ Ainda que, refira-se, não sejam incomuns as situações de reemigração, em que os associados continuam a pagar as quotas da sua associação em Portugal, especialmente se o projecto reemigratório for encarado como temporário (e.g., deixando a família a residir em Portugal) e se o migrante em causa não optar entretanto por aderir a uma outra associação no novo contexto de acolhimento. Em contrapartida, a actual situação económica tem exercido ainda um efeito negativo sobre as receitas das associações através de uma outra via: numerosos dirigentes associativos em Portugal referiram um aumento da incidência de atrasos ou faltas de pagamento das quotas, motivados por situações de desemprego e dificuldade económica.

iniciativas de alfabetização e formação profissional; grupos de danças tradicionais; almoços de convívio e festas anuais – em combinações variáveis e em maior ou menor grau, todas estas actividades constituem “serviços” frequentemente proporcionados aos membros pelas associações recenseadas. Algumas delas desenvolvem actividades na quase totalidade dos domínios de actuação atrás enumerados – sendo ainda notáveis pela sua natureza, ainda que menos frequentes, actividades como a distribuição de alimentos, as visitas prisionais regulares a reclusos guineenses (sem relação de parentesco ou conterraneidade), ou ainda o apoio a nível de alojamento e alimentação a migrantes vindos para Portugal ao abrigo de juntas médicas.

Sendo certo que, pelos motivos indicados, as actividades desenvolvidas em Portugal assumem um carácter prioritário, não deixa de ser verdade que 17 das 27 associações inquiridas a este respeito desenvolvem também, ou já desenvolveram, iniciativas para benefício do seu país de origem. Naturalmente, isso é especialmente verdade no caso das associações de terra natal, para as quais implementar logo que possível um projecto significativo de apoio à tabanca de origem constitui, por regra, um objectivo prioritário. Tendo em conta as dificuldades que muitos dos membros destas associações sentem nas suas vidas pessoais e familiares, a disponibilidade demonstrada para ajudar os seus conterrâneos na Guiné-Bissau não deixa de ser notável. Se não fazem mais, é muitas vezes porque não têm possibilidade, tal como afirmou um dos dirigentes entrevistados: *“em primeiro lugar temos de resolver os nossos próprios problemas e resolver a nossa situação, para então sermos capazes de ajudar melhor os que estão na Guiné”*. Como já foi referido, os domínios mais comuns de intervenção na Guiné-Bissau consistem na educação e na saúde, o que reflecte as necessidades mais prementes sentidas nas tabancas de origem. Porém, a lista completa dos projectos desenvolvidos no contexto de origem é muito variada, incluindo iniciativas tão diversas como, para referir apenas alguns exemplos, a construção e equipamento de escolas e centros de saúde; o envio de equipamentos desportivos; o financiamento da reparação de estradas; o pagamento de subsídios de deslocação a professores destacados para as tabancas em questão; o envio de viaturas para assegurar o transporte médico, ou de embarcações para transporte marítimo; a instalação de painéis solares; ou ainda a criação de prémios para os estudantes com melhor aproveitamento.

De uma forma geral, as associações que têm desenvolvido este tipo de projectos (na sua maioria, ATN) tendem a fazê-lo de formas relativamente estruturadas: tipicamente, através da constituição de uma associação congénere na Guiné-Bissau, a qual assume a responsabilidade de receber e gerir as verbas envolvidas e de supervisionar a implementação do projecto. Nalguns casos, estão ainda envolvidos actores colectivos adicionais: a maioria das ATN manjacas, em particular, possui associações congéneres em França e, segundo os respondentes, a cooperação entre as ‘filiais’ de cada um dos países, no contexto do co-financiamento e co-implementação de projectos na tabanca de origem, é uma prática muito comum. Assinale-se que apenas um dos entrevistados referiu a ocorrência de problemas a esse nível, decorrentes de desconfianças e desentendimentos entre os associados em Portugal e em França que acabaram por atrasar a execução de um projecto.

No que diz respeito ao tecido associativo em França, apesar de não dispormos de dados perfeitamente comparáveis, é certamente possível efectuar uma comparação indirecta. Um primeiro aspecto a assinalar consiste no facto de 23 das 59 organizações recenseadas pelo GRDR (2010) referirem o desenvolvimento de projectos, ou iniciativas na Guiné-Bissau. Relativamente à repartição dessas iniciativas por domínios de actividade, verificamos que, tal como sucede com as suas congéneres portuguesas, os domínios da educação e saúde são os que têm concentrado prioritariamente a atenção destas associações. Com efeito, as características das iniciativas desenvolvidas na Guiné-Bissau por parte das organizações da diáspora guineense em França não se distinguem significativamente do que sucede no caso da comunidade residente em Portugal. Tanto num contexto como no outro, o papel principal a este nível é desempenhado pelas associações de terra natal, tipicamente referentes a tabancas da região Norte da Guiné-Bissau. Na medida em que as prioridades de intervenção estão directamente relacionadas com as necessidades mais prementes sentidas nas tabancas e que estas são, em geral, objecto de um relativo consenso, os domínios de intervenção prioritários assemelham-se

bastante aos das associações em Portugal – e, como vimos, as próprias intervenções são muitas vezes implementadas em articulação com as congéneres neste outro contexto de acolhimento. Porém, um aspecto relevante muitas vezes referido pelos entrevistados em França – bastante mais do que em Portugal – diz respeito à necessidade sentida de acompanhar directamente a implementação das iniciativas no terreno, na sequência de algumas experiências mal sucedidas (deficiente execução de projectos, desvio de verbas). Este aspecto relaciona-se com uma característica específica das ATN no contexto francês que as distingue das suas congéneres portuguesas: enquanto a comunidade guineense em Portugal como um todo é, em média, mais qualificada do que em França, no caso específico das ATN parece verificar-se uma situação inversa, pois em Portugal elas foram constituídas, em grande parte, na sequência da migração predominantemente laboral e menos qualificada das décadas de 1980 e 1990, enquanto as origens mais antigas da migração guineense para França permitiram já o envolvimento nas ATN francesas de gerações mais novas, socializadas em França e mais qualificadas. A recente assunção de responsabilidades directivas por parte desta nova geração tem estado associada à manifestação de um vontade de transformação das práticas adoptadas, no sentido de uma maior formalização e “profissionalização” dos procedimentos.

Uma outra diferença entre os dois tecidos associativos, a que aliás fizemos já referência, diz respeito à ênfase nas actividades sociais desenvolvidas no contexto de acolhimento. Tanto os dados recolhidos no contexto do recenseamento promovido pelo GRDR (2010), como as informações obtidas nas entrevistas realizadas no contexto do presente estudo revelam que, ao contrário do que sucede no contexto português, as associações da comunidade guineense em França não têm sentido a necessidade de promover um tão abrangente “sistema de providência paralelo” – o que se explica pelo facto da situação socioeconómica da comunidade em França ser relativamente mais estável do que em Portugal e pelos apoios sociais mais robustos proporcionados pelo Estado francês. Consequentemente, os domínios de intervenção privilegiados pelas associações em França são de outro tipo, consistindo sobretudo na promoção e divulgação culturais (através do apoio ao funcionamento de grupos musicais e de dança, cursos de língua manjaca, jornadas culturais, edição de álbuns musicais e programas de rádio); organização de encontros e convívios (encontros regulares, festas anuais, concursos Miss Mandjak); promoção de actividades e encontros desportivos; e organização de debates e colóquios sobre temas políticos, sociais e culturais.

As únicas actividades de intervenção mais estritamente sociais indicadas com alguma frequência por estas associações são os cursos de alfabetização (referidos por três associações recenseadas) e, sobretudo, as caixas de solidariedade (referidas por cerca de um quarto das associações recenseadas pelo GRDR), que proporcionam um apoio monetário em caso de falecimento, bem como, menos comumente, em caso de doença ou casamento. Note-se, entretanto, que esta última função (poupança e solidariedade mútuas) é, como já referido, desempenhado também por uma miríade de estruturas informais de geometria variável, sendo habitual que um elemento da comunidade pertença a várias delas. Em todo o caso, fica claro que a intervenção das associações no contexto do acolhimento francês assume como prioridade típica o domínio sociocultural, enquanto no caso português as dificuldades mais prementes a que está sujeita a comunidade e o carácter mais recente do processo de incorporação direccionam mais a intervenção para os domínios socioeconómico, médico-sanitário e jurídico-legal.

3.4. A diáspora guineense altamente qualificada

A componente altamente qualificada da diáspora guineense é o resultado de três tipos de processos, ocorridos em diferentes proporções e em diferentes momentos: a emigração altamente qualificada a partir da Guiné-Bissau; a transição para o mercado de trabalho dos países de acolhimento por parte de estudantes guineenses emigrados; e a aquisição de qualificações e competências avançadas por parte de descendentes de migrantes. Portugal e

França, enquanto contextos de acolhimento, foram historicamente afectados por estes processos em proporções bastante distintas.

A emigração altamente qualificada a partir da Guiné-Bissau é um fenómeno recente e relativamente circunscrito, uma vez que a aquisição de qualificações de nível superior por parte da população guineense é, ela própria, bastante recente e, até há pouco tempo, de amplitude muito limitada. As três grandes vagas de saída de migrantes dotados de qualificações mais avançadas estiveram, todas elas, associadas a factores de carácter político. A primeira vaga teve lugar no período após a independência da Guiné-Bissau e enquadrou-se no fluxo, com destino a Portugal, dos chamados “lusoguineenses” (Machado, 1998) – tendo envolvido a saída de um contingente significativo de indivíduos com formações intermédias e técnicas (incluindo, segundo diversos relatos, um número significativo de enfermeiros). A segunda teve lugar no contexto do fluxo migratório acentuado em direcção a Cabo Verde que teve lugar na sequência do golpe de Estado de 1980 e que envolveu, em particular, a emigração de um número significativo de professores do ensino básico e secundário³⁷ (Có, 2012). Por sua vez, a terceira vaga ocorreu aquando do conflito de 1998-99 e correspondeu à fuga do país por parte de um número considerável de indivíduos – incluindo, em particular, bastantes médicos e quadros da administração pública – que, tirando partido das suas redes de conhecimentos e capacidade de mobilização de poupanças, procuraram refúgio noutros contextos (particularmente Portugal, mas também, em menor grau, outros países incluindo Cabo Verde e França), tendo alguns acabado por permanecer nesses países após o final da guerra.

A transição para o mercado de trabalho em contexto de emigração também diz respeito a Portugal como contexto de acolhimento. Ainda que diversos outros países (como os do antigo bloco de Leste, Cuba, Marrocos, Rússia, Brasil, entre outros) tenham acolhido contingentes significativos de estudantes universitários guineenses ao longo das últimas décadas, Portugal foi sempre o destino mais importante, em termos quantitativos, deste tipo de emigração, e aquele onde se verificou uma maior tendência para a permanência após a conclusão dos estudos. Para além da maior proximidade linguística e cultural e da existência das redes de apoio associadas à numerosa comunidade guineense em Portugal, para isso também contribuiu a maior facilidade de acesso ao mercado de trabalho português quando comparado com os restantes destinos. De facto, tanto assim é que, no caso dos migrantes com formações universitárias adquiridas em países do antigo bloco de Leste, ou em Cuba ao longo das últimas três décadas, a trajectória subsequente passou num grande número de casos por Portugal, talvez mais até do que pela própria Guiné-Bissau. Porém, com excepção de um ou outro sector, como o do pessoal médico, a incorporação no mercado de trabalho português nem sempre teve lugar de uma forma consentânea com as qualificações detidas pelos migrantes em causa. Pelo contrário, a tendência geral tem sido no sentido do desperdício de competências, com muitos casos de migrantes altamente qualificados que acabaram por ocupar segmentos do mercado de trabalho secundário distintos da sua área de formação (Có, 2012).

A terceira modalidade referida como contribuindo para a constituição de uma diáspora altamente qualificada (embora, em sentido estrito, não se trate de *migrantes* altamente qualificados) consiste na aquisição de qualificações avançadas por parte dos descendentes de migrantes guineenses nos contextos de acolhimento, particularmente nos casos em que a ligação efectiva à Guiné-Bissau continua a ser significativa. É fácil deduzir que esta modalidade dirá sobretudo respeito às comunidades guineenses em Portugal e França, mas na verdade há uma quase completa escassez de dados sobre esta questão, se exceptuarmos o tipo de informação indicativa obtida através de instrumentos como os utilizados no âmbito do presente estudo. Em todo o caso, tendo em conta as dificuldades de mobilidade social ascendente sentidas por estas duas comunidades, é bastante provável que se trate de um fenómeno limitado.

A partir desta enunciação das dinâmicas subjacentes à constituição da diáspora guineense altamente qualificada, é possível retirar desde logo algumas conclusões. Em primeiro lugar,

³⁷ Segundo a forma de operacionalização da “migração altamente qualificada” que é mais comumente utilizada, estas duas “vagas” não correspondem, em sentido estrito, ao conceito. Porém, assumiram à época uma grande importância dada a escassez de recursos humanos qualificados sentida na Guiné-Bissau nas áreas em questão.

Portugal é, certamente a grande distância, o mais importante pólo da diáspora qualificada guineense (ainda que, inquestionavelmente, seja possível encontrar guineenses em lugares de destaque nas mais diversas paragens).³⁸ Em segundo lugar, a diáspora guineense altamente qualificada tem uma dimensão relativamente limitada – estimada, ainda que somente nos países da OCDE e no que se refere aos *emigrantes* altamente qualificados, em 24,4% da população “nacional” total altamente qualificada (Marfouk e Abdeslam 2007, *cit. in* Có 2012: 93). Em terceiro lugar, salvo algumas excepções, esta diáspora não tem tido a trajectória de incorporação no mercado de trabalho mais consentânea com as suas qualificações – o que, entre outras repercussões, tem certamente obstado ao aproveitamento e potenciação das competências adquiridas.

No contexto português, o recente estudo seminal de Có (2012), que procede à compilação de dados de um conjunto alargado de fontes, recorre a dados desagregados dos Censos de 2001 (os de 2011 não foram disponibilizados) que indicam 792 cidadãos guineenses, de um total de 15.284 residentes em Portugal, detentores de níveis de qualificação entre o ensino médio e o doutoramento. Entre os indivíduos em causa, 103 são enfermeiros, 96 técnicos de investigação em física e química, 61 médicos e similares e 54 arquitectos, engenheiros e similares (*id, ibid*: 24). Refira-se, para que se possa ter um termo de comparação mais recente que permita detectar uma eventual alteração da ordem de magnitude destes valores, que o número dos médicos guineenses registados na Ordem dos Médicos portuguesa em Maio de 2012 era de 95³⁹.

Nos inquéritos às comunidades guineenses em Portugal e França em que temos baseado a maior parte da análise deste capítulo, os indivíduos com qualificações elevadas surgem com um peso relativamente reduzido e, em termos gerais, consentâneo com as indicações provenientes de outras fontes que temos vindo a referir. No inquérito subjacente ao estudo de Carreiro e Sangreman (2011), 12% dos inquiridos declararam possuir pelo menos um curso superior completo – valor que é algo superior aos cerca de 7% indicados pelos dados dos Censos de 2001, provavelmente, devido ao inevitável enviesamento de uma ou outra variável que resulta da constituição da amostra pelo método *snowballing*. No inquérito à comunidade guineense em França agora realizado, a percentagem equivalente foi de 7%. No que se refere a este último resultado, e pese embora o facto de se tratar de um subgrupo da amostra muito pequeno em termos absolutos, é interessante assinalar que apenas um dos indivíduos em questão nasceu na Guiné-Bissau, que nenhum possui nacionalidade guineense e que a média etária do subgrupo é relativamente jovem (41 anos), o que reforça a ideia que a componente qualificada da diáspora de origem guineense em França corresponde essencialmente a indivíduos que efectuaram os seus processos de socialização e aquisição de qualificações fora da Guiné-Bissau.

O outro instrumento utilizado que permite extrair alguma informação indicativa relativamente à componente qualificada da diáspora guineense – neste caso, em Portugal – consistiu num mini-inquérito *online* de preenchimento voluntário que divulgámos junto das associações contactadas. Tal como referido anteriormente, o número absoluto de respostas foi muito reduzido – e o facto deste mini-inquérito se ter destinado expressamente a indivíduos com qualificações de nível superior impede que se retirem quaisquer conclusões relativamente à dimensão relativa deste grupo (comparativamente à comunidade de uma forma geral). Porém, permite identificar algumas características desta mini-amostra de 18 indivíduos com qualificações de nível superior que, ao aderirem espontaneamente a esta iniciativa, deram nota da sua disponibilidade para participar num eventual futuro programa de transferência de competências. Assim, no seio deste grupo, a área de formação mais comum é, de longe, a engenharia (9/18), seguida pela economia/gestão/contabilidade (5/18) e medicina (2/18). 14 destes 18 respondentes realizaram a sua formação superior inicial em Portugal, tendo os

³⁸ Um conjunto de dados bem ilustrativo disso mesmo é a base publicada por Clemens e Petterson (2006), ainda que se refira exclusivamente a médicos e enfermeiros e esteja baseada no critério da nacionalidade. No ano em questão, Portugal concentrava, segundo esta fonte, 160 dos 251 médicos recenseados no total dos países da OCDE (75 estariam em França e 15 nos EUA), bem como 212 dos 262 enfermeiros (45 em França e 5 no Reino Unido). Note-se, entretanto, que o número de médicos indicado por esta fonte não é consistente com o número (61) indicado pelo INE com base na análise desagregada dos dados dos Censos de 2001 (Có, 2012:24). Os números em questão devem, por isso, ser considerados indicativos da ordem de magnitude e não plenamente fiáveis.

³⁹ Informação disponibilizada através de correspondência pela Ordem dos Médicos portuguesa.

restantes quatro efectuado essa formação em países do antigo bloco de Leste (Rússia, Polónia e Bielorrússia). Destes últimos quatro, porém, dois realizaram formações superiores de nível mais avançado (mestrado ou pós-graduação) em Portugal nalgum momento posterior.

Três das entrevistas realizadas em Portugal no contexto deste estudo permitiram a recolha de informação qualitativa especialmente relevante relativamente às percepções e preocupações dos elementos mais qualificados da diáspora: com o presidente da Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa, Edilson Santos; com o presidente da Associação Cultural e Recreativa dos Naturais e Amigos de Oio de República da Guiné-Bissau, Augusto Mansoa (médico de profissão); e com dois dirigentes da Associação Académica dos Quadros Guineenses, José Baldé e Ansumane Cassamá. A primeira das associações referidas congrega um grande número de estudantes guineenses residentes na área metropolitana de Lisboa, enquanto a Associação Académica dos Quadros Guineenses é uma de três associações cujo objecto incide particularmente sobre os segmentos mais qualificados da diáspora guineense (as outras duas são a Associação Bolanha e a Guinéaspora, que não foi possível entrevistar e que, segundo indicação de diversas fontes, se encontram actualmente numa fase de menor actividade). Esta última associação afirma congregar, entre os seus associados, cerca de 190 indivíduos de origem guineense com qualificações de nível superior.

No contexto destas entrevistas, uma das principais temáticas abordadas consistiu na questão do potencial de contribuição para o desenvolvimento da Guiné-Bissau por parte da diáspora altamente qualificada residente em Portugal. De uma forma geral, os entrevistados consideram que o caso específico dos médicos e restantes profissionais da saúde é bastante distinto, na medida em que, por regra, estes encontram-se bastante bem integrados na sua profissão. Para a generalidade dos restantes elementos altamente qualificados da diáspora, a situação é muitas vezes caracterizada por dificuldades diversas de incorporação no mercado de trabalho primário, que se devem, tanto a dificuldades ao nível do reconhecimento de qualificações (particularmente quando obtidas em países do antigo bloco de Leste), como a diversas formas de discriminação. Em consequência disso mesmo, são muitos os que optaram por estratégias alternativas de incorporação socioprofissional, que num grande número de casos passaram pelo sector da construção civil (seja enquanto trabalhadores ou subempregados).

A questão da mobilização das competências dos indivíduos em causa no contexto do processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau põe-se de forma distinta para cada um destes subgrupos: no caso do pessoal do sector da saúde, a dificuldade principal passa por assegurar, no contexto guineense, condições propícias ao retorno (temporário ou permanente), de uma forma que não ponha em causa as condições entretanto alcançadas no contexto português – o que levanta questões ao nível das remunerações, das condições técnicas para o exercício da profissão e do enquadramento do processo de retorno de modo a mitigar os problemas de relacionamento entre os quadros regressados e os quadros pré-existentes na Guiné-Bissau. Este último problema – as dificuldades de integração na função pública guineense – é também assiduamente mencionado pelos entrevistados quando se referem ao potencial de retorno temporário ou permanente dos restantes quadros qualificados, incluindo aqueles que têm sofrido problemas de desperdício de competências em resultado da dificuldade de incorporação no mercado de trabalho português. Em particular, a falta de uma cultura meritocrática, a ausência de concursos públicos para preenchimento da maior parte dos lugares e o ressentimento generalizado face aos quadros qualificados que regressam do exterior e procuram ocupar cargos elevados são, todos eles, obstáculos que numerosos quadros guineenses sofreram já na pele ao tentarem regressar no passado.

Em face de tudo isto, os entrevistados são unânimes em considerar que o aspecto-chave para que uma eventual iniciativa de mobilização da diáspora qualificada e transferência de competências possa ser bem-sucedido é a questão do seu enquadramento – no sentido da preparação cuidada das condições de incorporação na função pública (ou mercado de trabalho) guineense. Porém, assinalam também que há, provavelmente, problemas mais prementes a que urge dar resposta, nomeadamente no sentido de promover as condições de incorporação socioprofissional dos quadros qualificados no próprio contexto português, de modo a evitar o

desperdício de competências e a dotar os quadros em causa de condições mais estáveis e favoráveis,⁴⁰ que lhes permitam contribuir mais eficazmente e de diversas formas para o desenvolvimento do seu país de origem.

3.5. Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo, procurámos cruzar dados primários e secundários provenientes de um conjunto alargado de fontes, de modo a proporcionar uma caracterização fidedigna e actualizada das dinâmicas da diáspora guineense em Portugal e França e do seu contributo actual e potencial para o desenvolvimento do seu país de origem. A avaliação deste contributo teve lugar, principalmente, no que se refere à mobilização de três tipos principais de recursos: económicos, sociais (associativos) e humanos (qualificações e competências).

A primeira conclusão inescapável é que a diáspora guineense nestes dois países, apesar das dificuldades muito significativas por que passa em muitos casos (de forma especialmente aguda em Portugal, mas também em França⁴¹), *já contribui* de uma forma notável para o desenvolvimento e bem-estar das suas comunidades de origem e da Guiné-Bissau em geral: o envio regular de um volume substancial de remessas; as múltiplas iniciativas levadas a cabo pelas associações, tanto no país de origem (onde muitas vezes substituem a acção do Estado), como nos países de acolhimento (no plano da assistência social mútua no seio da própria comunidade, ou enquanto embaixadores culturais); ou o regresso já efectivado ao país de origem por parte de uma proporção razoável dos quadros altamente qualificados formados no estrangeiro (particularmente em Portugal). Estas são apenas três das mais visíveis modalidades de contribuição por parte de uma diáspora que, independentemente do sentimento generalizado de que a sua acção não tem sido facilitada pelo Estado guineense, mantém uma vinculação identitária e afectiva notável relativamente ao seu país de origem.

Vimos também que as diferentes histórias dos processos migratórios com destino a França e Portugal colocam, actualmente, as comunidades guineenses nestes dois países perante questões e desafios algo distintos. A comunidade em França, mais avançada no seu processo de assimilação e menos precária do ponto de vista socioeconómico, confronta-se, principalmente, com os desafios associados a uma transição geracional em que a manutenção dos mesmos tipos de laços e práticas para com o país de origem não está assegurada. Quanto à comunidade em Portugal, confronta-se, principalmente, com um conjunto de graves dificuldades nos planos socioeconómico e da inserção no mercado de trabalho (tanto para os mais qualificados como, de uma forma generalizada, para a vasta maioria que ocupa o segmento secundário do mercado de trabalho português) – dificuldades essas que têm sido muito agravadas pela actual situação económica portuguesa e que, não só obstam a uma contribuição mais efectiva para o bem-estar do seu país de origem, como, inclusivamente, têm estado na origem de uma vaga reemigratória muito numerosa, que pode vir a alterar o padrão de dispersão geográfica da diáspora guineense de uma forma permanente.

Resumindo algumas das principais conclusões relativamente a cada uma das dimensões acima referidas (económica, associativa e relativa às qualificações e competências), verificámos, em primeiro lugar, que a comunidade guineense em França, em virtude do carácter anterior e mais estabilizado do seu processo de incorporação socioeconómica, bem como do superior nível de vida no contexto de acolhimento, parece estar associada – em termos médios, se não mesmo agregados – a uma capacidade relativamente maior de mobilização de poupanças e envio de remessas. Porém, importa assinalar três ressalvas a este respeito: a sua elevada

⁴⁰ O mesmo sucedendo no caso dos estudantes deslocados, muitos dos quais se encontram em situações muito difíceis e precárias em resultado da necessidade de assegurarem várias necessidades em simultâneo: o estudo; um trabalho que permita auferir um rendimento susceptível de pagar as propinas e suportar os gastos quotidianos; e a manutenção de um estatuto legal regular (para a qual é necessário ter as propinas em dia, o que por sua vez exige normalmente que o estudante trabalhe).

⁴¹ Onde, por exemplo, a questão da delinquência e falta de oportunidades para os jovens continua a ser um problema relevante, apesar do grau mais avançado de assimilação formal da comunidade.

concentração regional no “chão manjaco”; a sua forte associação aos elementos mais velhos da comunidade, sugerindo um risco considerável de decréscimo no futuro; e a tendência para os fundos que são enviados a título de investimento, tipicamente no sector imobiliário, serem feitos no Senegal e não na Guiné-Bissau.⁴² Já no que se refere à comunidade guineense em Portugal, os riscos principais são os que decorrem das dificuldades económicas e laborais de grande parte da comunidade e da recomposição geográfica por via da reemigração actualmente em curso.

No que se refere aos recursos relacionais da diáspora, que encontram a sua expressão mais acabada no tecido associativo de ambas as comunidades, concluímos que a diáspora guineense se caracteriza pela existência de dinâmicas associativas de uma enorme riqueza e densidade – e que o trabalho levado a cabo por estas associações tem desempenhado um papel essencial, pelo menos a três níveis: na manutenção e renovação dos laços identitários que unem as comunidades migrantes entre si e ao país de origem; na prestação de assistência mútua num conjunto de domínios fundamentais; e no financiamento e implementação de iniciativas de promoção e de bem-estar das comunidades de origem e, de uma forma mais geral, da Guiné-Bissau. A este respeito, as diferenças principais entre as comunidades nos dois países referem-se, sobretudo, às suas prioridades de intervenção nos países de acolhimento, uma vez que as intervenções no país de origem, não só têm em geral um carácter análogo (ainda que, no caso francês, mais concentradas na região Norte da Guiné-Bissau), como são muitas vezes implementadas de forma conjunta, ou em parceria, por associações congéneres em Portugal e França.

Finalmente, no que diz respeito aos recursos humanos (qualificações e competências) das comunidades guineenses no exterior, verificámos que a diáspora mais qualificada, em virtude da espacialidade dos processos históricos que lhe deram origem, se encontra sobrerrepresentada no seio da comunidade guineense em Portugal. O retorno à Guiné-Bissau de quadros e indivíduos com formação superior é, há muito, uma realidade – ainda que contrabalançada, em diversas ocasiões, por fluxos de saída. Neste contexto, o problema da ‘fuga de cérebros’ tem dito respeito, sobretudo, aos médicos, enfermeiros e restante pessoal do sector – área em que os recursos humanos guineenses no exterior excedem, provavelmente, aqueles com que o país conta no presente. Na generalidade das restantes áreas de especialização, os principais problemas têm a ver com o aproveitamento das competências já existentes na diáspora: tanto nos contextos de acolhimento, onde grassam as situações de desperdício de competências, como aquando das trajectórias de retorno não enquadrado, frequentemente confrontadas com dificuldades de diversa ordem ao nível da inserção no mercado de trabalho, ou na função pública.

Os migrantes, dirigentes associativos e outros informantes privilegiados sobre estas duas comunidades apresentam um grau de convergência muito elevado, quando interrogados acerca de quais devem ser as prioridades em termos de actuação política para a diáspora. Em primeiro lugar, é necessário reconstruir a confiança entre o Estado e a diáspora – confiança que foi minada por décadas de desconfianças mútuas – através de passos simples, mas sólidos, que revelem uma vontade consistente de encarar a diáspora como parceira. Em segundo lugar, é necessário reforçar o fluxo de informação – disponibilizando informação junto da diáspora, através de diferentes canais, relativamente aos procedimentos a adoptar para diversos efeitos na Guiné-Bissau e criando mecanismos de auscultação regular e abrangente da comunidade (através de representações consulares dotadas de meios reforçados e utilizando as associações como parceiras e interlocutoras privilegiadas). Em terceiro lugar, é fundamental garantir a previsibilidade e transparência dos procedimentos administrativos relativamente às diversas actividades e iniciativas desenvolvidas pela diáspora na Guiné-Bissau, reduzir a arbitrariedade e garantir a efectividade dos direitos de propriedade, de modo a encorajar o investimento. Em quarto lugar, a simplificação administrativa do processo de travessia da alfândega com contentores e bens provindos do exterior seria uma medida importante e muito bem recebida pela diáspora – permitindo a redução da arbitrariedade e dos tempos de espera e, idealmente,

⁴² O que se deve principalmente, segundo os entrevistados, à maior transparência e previsibilidade dos procedimentos e garantias legais neste país.

isentando a diáspora do pagamento de taxas alfandegárias sempre que os bens não se destinem a fins comerciais. Em quinto lugar, a concretização efectiva do direito de voto das comunidades no exterior constituiria, não só um passo simbólico muito importante, como reforçaria os laços entre a diáspora e o país de origem e potenciaria, certamente, as dinâmicas de diversos tipos a que temos vindo a fazer referência.

Para além destes domínios, a diáspora avança com sugestões em numerosas outras áreas – tais como o desenvolvimento de esforços políticos com vista à redução dos preços das viagens de avião e das chamadas telefónicas para a Guiné-Bissau (e ainda no sentido da criação de voos directos de e para França); o anúncio público, tanto na Guiné-Bissau como junto da diáspora, dos concursos para a função pública guineense – e a selecção meritocrática dos candidatos; ou o enquadramento adequado dos processos de retorno de quadros qualificados, no sentido da garantia de um conjunto de condições mínimas e de preparação das equipas e serviços que acolherão o migrante regressado. Porém, as cinco grandes linhas de acção indicadas acima permanecem, do ponto de vista da diáspora em Portugal e França, o cerne da questão e os domínios de acção prioritários. Uma nova política para a diáspora que alcance avanços significativos em cada um desses cinco domínios estará, desde logo, a dar resposta aos seus principais anseios na sua relação com o Estado e a sociedade guineenses.

4. Migrações internacionais e desenvolvimento humano na Guiné-Bissau: uma análise comparativa de 45 tabancas

A pesquisa desenvolvida na Guiné-Bissau teve como objectivo identificar os efeitos da migração no desenvolvimento das *tabancas* de origem dos migrantes e o seu contributo para o desenvolvimento regional e global da Guiné-Bissau. Foram estudadas 45 *tabancas*, distribuídas por todas as regiões continentais da Guiné-Bissau – Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali – em articulação com a análise de dados secundários constantes em documentos de referência, particularmente o Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (MEPIR, 2011), o Inquérito Nacional à População (INEC, 2009), e o Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza (ILAP, 2010), entre outros.

Os dados obtidos revelam que a dimensão do fenómeno migratório, bem como o grau de envolvimento e as estratégias de intervenção dos migrantes em prol do desenvolvimento do seu país, variam significativamente de região para região. O grau de antiguidade do processo migratório e os países de destino predominantes são elementos explicativos importantes para a heterogeneidade verificada, assim como a pertença étnica e o grau de organização dos próprios migrantes. Verificou-se ainda que existem outros actores de desenvolvimento, particularmente o Estado e as ONG, cuja intervenção afecta significativamente as dinâmicas de desenvolvimento local e que, neste cenário complexo, a relevância da migração para o bem-estar das populações é relativa, variando em função das prioridades definidas e da medida em que complementam, ou não, outras intervenções existentes. Apesar da heterogeneidade da realidade analisada, os dados obtidos permitem concluir que a migração guineense afecta substantivamente o bem-estar das populações beneficiadas e que contribui para o desenvolvimento global do país, sendo mesmo fundamental em aspectos-chave como saúde, educação e segurança alimentar.

4.1. A dinâmica migratória nas regiões continentais e seus efeitos no desenvolvimento das tabancas de origem

A informação obtida através dos 45 *grupos-focais* realizados incidiu sobre (i) características da tabanca (localização, número de habitantes, principais actividades económicas, projectos de desenvolvimento em curso, infra-estruturas de saúde, educação, água e energia existentes e o seu grau de funcionamento); (ii) padrões, destinos e grau de organização da respectiva diáspora; (iii) acções realizadas pelos migrantes (tanto a título individual, como colectivo) na tabanca de origem, quer na vertente social, quer em actividades geradoras de rendimento; (iv) percepções das populações locais sobre a importância relativa do contributo dos migrantes para o desenvolvimento local e nacional, por comparação com o papel de outros actores, nomeadamente o Estado e as ONG.

Região de Bafatá

As tabancas analisadas na região de Bafatá apresentam uma taxa média de emigração de 16%. O início do processo migratório é situado no período pós-independência, embora em 3 das tabancas inquiridas seja referida a década de 1960. É uma realidade heterogénea: alguns dos

grupos-focais afirmaram que a migração tem vindo a diminuir nos últimos anos, enquanto outros destacaram o seu aumento progressivo, apesar da crescente dificuldade do processo. Portugal é o destino europeu mais referenciado, seguido pela França. Outros países como Espanha, Reino Unido, Holanda, Alemanha e Itália também foram destacados, bem como, mais aleatoriamente, Austrália, Brasil, Canada e Estados Unidos. No entanto, os países vizinhos permanecem como os destinos mais antigos e mais relevantes, nomeadamente o Senegal e a Gâmbia, seguidos de Cabo Verde. Angola foi referido como um destino recente, que tem atraído um número crescente de migrantes nos últimos anos.

As tabancas de Kamsamba, Djabicunda, Amedalai e Bangacia possuem associações de migrantes radicados em Portugal, França, Espanha, Senegal e Cabo Verde. A escola primária de Kamsamba foi reabilitada pela associação de migrantes e os salários dos professores locais também são pagos pela associação. O mesmo se verificou em Bangacia, onde os salários dos professores foram pagos pelos migrantes durante sete anos. A vila de Bambadinca recebeu um donativo de material escolar. Um furo de água potável, construído por uma ONG, obteve a contrapartida local a partir do contributo dos migrantes.

Em 4 das 7 tabancas analisadas, os *grupos-focais* realizados confirmaram o envio de medicamentos, lençóis e fraldas para os centros de saúde locais. Uma ambulância foi doada pelos migrantes ao centro de saúde de Bambadinca, que serve também as tabancas circundantes. Em todas as tabancas, os entrevistados enfatizaram a importância do apoio fornecido pelos migrantes para garantir que as famílias tenham melhor acesso a saúde, educação, alimentação e capacidade para lidar com doenças graves e infortúnios.

Constatou-se um elevado número de habitações construídas, ou reabilitadas, pelos migrantes nas tabancas analisadas nesta região. Djabicunda apresenta um aspecto único no universo considerado, sendo a única tabanca das 45 onde se verificou que mais de 90% das habitações existentes são de construção definitiva, com telhados de zinco e com muros de tijolo a delimitar cada uma das residências. As associações de migrantes desta tabanca planeiam agora reabilitar a escola local e construir um centro de saúde. No geral, as actividades agrícolas são apoiadas pelos migrantes e, em 3 das tabancas estudadas, a compra de terras e a aquisição de gado e utensílios de lavoura foram referidos como práticas comuns.

Nas 7 tabancas analisadas nesta região, o apoio às cerimónias religiosas foi frequentemente referido, e sempre que possível também contam com a presença dos próprios migrantes. É frequente o envio de parentes dos migrantes para Meca e em Djabicunda, uma parte da mesquita local foi construída com o apoio da associação de migrantes locais.

Globalmente, as tabancas analisadas na região de Bafatá apresentam sinais relevantes do impacto da migração e os laços simbólicos mantidos pelos migrantes são relevantes e expressos pelo seu apoio e participação frequentes nas cerimónias religiosas e tradicionais. O aspecto das tabancas é marcado pela influência dos migrantes e todos os *grupos-focais* destacaram a importância do apoio recebido para o bem-estar das populações locais. Em 6 das 7 tabancas analisadas, os *grupos-focais* consideraram que são os migrantes que mais contribuí para o desenvolvimento local, seguidos pelas ONG, enquanto o contributo do Estado surge unanimemente como o menos relevante dos três.

Região de Biombo

A taxa média de emigração nesta região ronda os 5% e a Europa não é o principal destino. Embora existam referências a emigração com destino a Portugal, França e Espanha, a maioria dos emigrantes nas tabancas analisadas encontram-se nos países vizinhos, particularmente no Senegal e em Cabo Verde, com uma minoria residente na Guiné-Conacri e na Maurítania. Angola foi referenciada como um destino recente e todavia significativo. A emigração é vista como um fenómeno recente na região: embora existam algumas referências que situam o início do movimento emigratório na década de 1970, o Conflito de 1998 é indicado como o momento de viragem na quantidade dos contingentes e na diversificação dos destinos. A percepção das

populações é que a emigração tem vindo a aumentar em tempos recentes. Apesar das dificuldades acrescidas, a falta de perspectivas, a redução da produção local de arroz e a melhoria potencial da qualidade de vida em outros países constituem as principais causas para esse aumento.

Nenhuma das tabancas analisadas possui associação de migrantes na diáspora. A natureza predominantemente individualista do grupo étnico maioritário nesta região – os papéis – foi apontada como principal justificação para a falta de organização e contribuição sistemática da sua diáspora. Os apoios efectivamente enviados pelos emigrantes decorrem ao nível estritamente familiar e são tidos como irregulares e pouco significativos para o bem-estar da comunidade como um todo. A natureza recente desta emigração, as dificuldades dos próprios emigrantes, e o facto de a maioria residir noutros países africanos constituem as razões apontadas para a diminuta participação dos migrantes nos processos de desenvolvimento local. As principais fontes de rendimento das populações locais são a colheita do caju, a pesca e a tecelagem tradicional.

Não foi identificado nenhum projecto de desenvolvimento – em educação, saúde, água e saneamento ou infra-estruturas de base – nem nenhuma actividade geradora de rendimento promovida pelos emigrantes. Apenas em Bissauzinho foi identificado o apoio de um migrante que a título individual, doou o equipamento para o clube de futebol local. Em caso de uma emergência familiar, é possível que o emigrante apoie a sua família, mas esta é considerada uma prática pouco frequente em qualquer uma das 6 tabancas analisadas.

Neste cenário, as populações inquiridas consideram que são as ONG, logo seguidas pelo Estado guineense, quem mais contribui para o seu bem-estar. O apoio dos migrantes é tido como irrelevante e estes não são considerados como um actor significativo para o desenvolvimento local. Interessantemente, em 2 das tabancas analisadas (Sidja e Bissa), as populações inquiridas consideraram que quem mais apoia a respectiva tabanca é a própria associação local.

Globalmente, a dinâmica migratória na região de Biombo é de pequena dimensão, caracterizada pela baixa intensidade de práticas transnacionais e orientada predominantemente para outros países africanos. Os impactos da migração nesta região são praticamente inexistentes – o pouco investimento realizado é esporádico e centrado ao nível da família, sem nenhum benefício para o colectivo, quer através de projectos sociais, quer através de actividades produtivas. A paisagem da tabanca é marcada pela construção tradicional e as poucas casas com telhado de zinco identificadas pertencem a habitantes locais ligados à produção de caju.

Região de Cacheu

As tabancas inquiridas na região de Cacheu apresentam os contingentes mais significativos de migrantes de qualquer uma das regiões analisadas. Em todas as tabancas analisadas e na Ilha de Jeta, o número de migrantes ronda os 50% do total da população. Em alguns *grupos-focais* foi referido que o número de migrantes era superior ao de não-migrantes. Esta é também a região que apresenta a dinâmica migratória mais antiga. Em 4 das 7 tabancas estudadas, os inquiridos situaram o início do processo migratório no final do séc. XIX, com destino a França, embora fossem feitas referências ainda mais antigas, que referem a natureza sazonal da migração para o Senegal, no contexto da colheita de amendoim.

Até aos dias de hoje, o principal destino dos migrantes das tabancas analisadas nesta região é a França, seguido de Portugal, embora o Senegal permaneça igualmente um destino de referência. No entanto, assiste-se a uma crescente diversificação dos fluxos migratórios, com países como Espanha e Reino Unido a emergirem como significativos, juntamente com o Luxemburgo, Suíça e Itália. Apesar de ser cada vez mais difícil, a migração tem vindo a aumentar na maioria das tabancas analisadas. O progressivo empobrecimento da Guiné-Bissau, a recorrente instabilidade política e as fortes redes estabelecidas pelos migrantes mais antigos –

que frequentemente encorajam e apoiam a migração dos seus parentes e amigos mais jovens – constituem as principais razões para a manutenção da dinâmica migratória.

A ligação destes migrantes com as suas comunidades de origem é significativa, pois todas as tabancas estudadas apresentavam associações de migrantes em França, Portugal, Espanha, Reino Unido e Senegal, entre outros países de destino. Em 4 das 6 tabancas, a escola primária local foi construída ou reabilitada pelas associações de migrantes. Em Jeta, o projecto de reabilitação da escola, inicialmente desenvolvido pelos migrantes, foi concluído pela cooperação americana, que também equipou a escola. Nesta sequência, a escola beneficia agora de apoios de outros parceiros internacionais. Todas as tabancas referiram ter recebido apoio neste domínio, através da disponibilização de equipamento e material escolar. Em Tame e Calequisse, as associações de migrantes asseguram o pagamento de um subsídio aos professores, garantindo assim a não interrupção das aulas nos frequentes períodos de greve da função pública. Em Binhante, foram enviados painéis solares para escola local pelos migrantes residentes em França. Adicionalmente, os entrevistados foram unânimes em destacar a importância das remessas para assegurar as condições necessárias para que as crianças frequentem a escola regularmente.

A saúde também tem sido um domínio fortemente apoiado pelas associações de migrantes. Na tabanca de Calequisse, o centro de saúde local foi construído pela associação de migrantes residente em França, tendo sido o centro posteriormente equipado por uma ONG francesa. Também na Ilha de Jeta, o Centro de Saúde local foi construído pelos migrantes em França e Portugal, tendo a associação em Portugal obtido um apoio da Fundação Calouste Gulbenkian para equipar o centro com painéis solares e abastecê-lo regularmente com medicamentos. No Pelundo, está projectada a construção de um centro de saúde, com o apoio dos migrantes residentes em França e em Portugal. Todos os entrevistados referiram o envio de medicamentos, bem como o apoio disponibilizado em caso de doença, incluindo casos de evacuação médica para Portugal ou para o Senegal.

Também ao nível das infra-estruturas rodoviárias o investimento realizado pelos migrantes tem sido significativo. Tanto a estrada que liga Tame a Canhobe, como a que liga Pelundo à estrada principal de Canchungo foram reabilitadas com o apoio das associações de migrantes. São também frequentes as referências a veículos destinados a transporte público enviados pelos migrantes para as suas famílias. Na ilha de Jeta, os migrantes enviaram lanchas a motor para substituir as canoas a remos que asseguravam a ligação ao continente, particularmente ao Hospital de Caió. Foram ainda feitas referências a furos de água e fontanários construídos com o apoio financeiro dos migrantes.

Nas 7 tabancas analisadas, foram ainda identificadas actividades geradoras de rendimento promovidas pelos migrantes, pelos seus familiares, ou por antigos migrantes. Máquinas para descascar arroz, geradores, cuja energia é vendida aos vizinhos, mercearias, discotecas, pequenas pensões e casas de passagem, sendo também referidos com frequência investimentos na aquisição de terra, gado ou equipamentos de lavoura.

O número de habitações de construção definitiva é relevante e muitas têm telhados de zinco. Foram também identificados pequenos prédios até três andares em algumas das tabancas, todos com cobertura telefónica integral por parte das três operadoras existentes. Num deles, Calequisse, está a ser criada uma filial da Western Union. Apenas a Ilha de Jeta apresenta uma paisagem predominantemente tradicional, com poucas casas com telhados de zinco.

Globalmente, a relação das associações e dos migrantes com os seus familiares e com a comunidade no seu conjunto é forte e regular. As principais actividades e cerimónias tradicionais são realizadas com o apoio dos migrantes e algumas contam mesmo com a sua presença. Identificaram-se ainda casos de migrantes que, já reformados, regressaram para assumir posições de liderança na comunidade (como o régulo de Calequisse, por exemplo, emigrado em França durante 20 anos), ou também os que visitam a tabanca com frequência e nela residem uma parte do ano. Nesta região, os entrevistados consideraram que são os

migrantes quem mais contribui para o desenvolvimento local, com as ONG e o Estado a disputarem *ex equo* a segunda posição.

Região de Gabu

A taxa de emigração nas tabancas analisadas na região de Gabu ronda os 8% e os dados obtidos espelham uma realidade heterogénea. Enquanto em algumas das tabancas a migração teve início logo após a independência, noutras é referido como tendo iniciado apenas na década de 1990. O destino europeu mais referenciado é Portugal, seguido da França, Espanha, Reino Unido e Alemanha, embora numa das tabancas – Dembube – não existisse nenhuma referência a migração para a Europa. Os países vizinhos são referenciados como os destinos mais antigos e mais significativos, particularmente o Senegal, e em menor escala Cabo Verde, Gâmbia e Mauritânia. Angola é um destino recente, mas tido como relevante em 5 das 7 tabancas analisadas. Enquanto a migração para a Europa, mais recente, está directamente relacionada com o aumento percebido da pobreza na Guiné-Bissau, a migração para os países vizinhos faz parte de uma tradição antiga de mobilidade transfronteiriça, suportada por laços familiares e pelo envolvimento frequente das populações locais nas rotas comerciais da sub-região.

Nenhuma das tabancas analisadas referenciou a existência de associações de migrantes. Deste conjunto, apenas a vila de Sonaco destacou a doação de uma ambulância ao hospital local e nenhuma das restantes apresenta projectos de desenvolvimento promovidos pelos migrantes visando a comunidade enquanto tal. Nesta região, o contributo dos migrantes é notado sobretudo ao nível simbólico. Foi destacado o apoio que fornecem às cerimónias religiosas, em particular, o Ramadão e o Gamo, bem como o financiamento da deslocação de familiares a Meca. Em Cumpanghor, a mesquita local foi construída com o apoio financeiro dos migrantes residentes em Angola.

No entanto, o apoio fornecido pelos migrantes ao nível familiar é considerado como extremamente importante pelo conjunto das tabancas desta região, particularmente em situações de doença, ou de insegurança alimentar. Em 2 das tabancas estudadas – Oco Maunde e Dara – foi referido o apoio dos migrantes à aquisição de utensílios agrícolas, sementes e gado. Em Nemataba, acresce ainda a aquisição de terra para a prática da lavoura. Outras actividades geradoras de rendimento, como pequenas mercearias e comércio ambulante (de roupa, entre outros) foram destacadas como sendo apoiadas pelos migrantes, embora não se concretizem ao nível da tabanca e sim na capital da região, Gabu. É também nesta cidade que se localiza a maioria dos investimentos dos migrantes na aquisição ou construção de habitação, algo que acontece de forma pouco significativa ao nível das tabancas.

Efectivamente, é na cidade de Gabu que se concentram os principais investimentos promovidos pelos migrantes. Ao contrário da maioria das cidades da Guiné-Bissau, Gabu possui um sistema de electrificação funcional, garantido por uma empresa local, propriedade de um antigo emigrante que residiu na Holanda durante 20 anos. A maior empresa de construção civil da cidade, que chega a empregar mais de 50 pessoas, foi criada por um migrante que ainda reside em Portugal, enquanto a única fábrica de gelo em toda a região é propriedade de um antigo migrante que viveu em Portugal cerca de 30 anos. A cidade combina a clássica traça colonial com prédios de estilo europeu contemporâneo, alguns com três andares.

Globalmente, os efeitos da migração na região de Gabu são bastantes difusos. Ao nível das tabancas analisadas expressam-se sobretudo ao nível familiar e no apoio fornecido a infra-estruturas e a práticas religiosas. Aqui, as casas apresentam uma construção de tipo tradicional (adobe e palha, pontualmente com construção definitiva e telhado de zinco) e é sobretudo na capital da região que se verificam efeitos significativos resultantes da dinâmica migratória, expressos, tanto ao nível das empresas e pequenos negócios existentes, como no tipo de construção visível na cidade. Também a percepção das populações inquiridas sobre o contributo

dos diferentes actores do desenvolvimento local é heterogénea: enquanto algumas valorizam o papel do Estado (4 das inquiridas), 2 dão a primazia às ONG e apenas uma considera os migrantes como o actor que mais se destaca.

Região de Oio

Na região de Oio, a taxa de emigração média nas 6 tabancas analisadas ronda os 7%. Os entrevistados situam o início da dinâmica migratória para a Europa nos anos de 1960, com um aumento significativo no pós-independência e ao longo dos anos de 1980. Confirmam-se a tendência de aumento da pressão migratória em anos mais recentes, na sequência do agravamento do subdesenvolvimento da Guiné-Bissau e do aumento das expectativas de vida, sobretudo entre os jovens.

Portugal é o país de destino mais relevante na Europa, seguido da Espanha e França. Outros destinos europeus, como o Reino Unido, Itália, Bélgica e Alemanha também foram referidos. No entanto, e à semelhança das outras regiões, são os países africanos, nomeadamente o Senegal e a Gâmbia, que se destacam como os destinos mais relevantes para os migrantes desta região, juntamente com Cabo Verde, Mauritânia e Costa do Marfim, ainda que em menor grau.

Quatro dos seis *grupos-focais* realizados confirmam a existência de associações de migrantes em Portugal, Espanha, França, Senegal e Gâmbia. Apesar de possuir uma diáspora aparentemente bem organizada, nesta região não se identificaram projectos de desenvolvimento promovidos pelos migrantes ao nível da comunidade. Somente numa das seis vilas analisadas – Farim – foi reportada a doação de material hospitalar. No entanto, os entrevistados foram unânimes em destacar a relevância das remessas para a melhoria das condições de vida das populações locais. O apoio fornecido ao nível familiar é o garante de um acesso acrescido a educação, saúde, alimentação e a uma maior capacidade para superar momentos de crise e infortúnio.

Para além das remessas, também foi reportado o envio de material escolar. Em 2 das 6 tabancas estudadas, referiu-se o envio de veículos pelos migrantes, que são ali utilizados com o transportes públicos. Ao nível das actividades geradoras de rendimento, foi mencionada a aquisição de terra e de utensílios agrícolas, para aumento e diversificação da produção agrícola local. Em Farim, foi referido o financiamento para aquisição de canoas e motores que atravessam o rio que liga a cidade à estrada, bem como o envio de roupas de Portugal para venda local. Embora tenham sido referidas e observadas casas de construção definitiva, a maior parte das tabancas apresenta ainda uma maioria de casas de construção tradicional.

O apoio fornecido pelos migrantes às cerimónias tradicionais e religiosas foi referenciado em todos os *grupos-focais*, e mesmo a sua participação directa, o que é frequente para aqueles que residem nos países vizinhos.

Globalmente, a região de Oio apresenta uma expressão migratória pouco dinâmica. Os seus efeitos são pouco visíveis, quer ao nível das infra-estruturas existentes, quer em termos de projectos de desenvolvimento que visem o benefício de toda a comunidade. A percepção dos inquiridos sobre o papel dos diferentes actores para o desenvolvimento local confirma a pouca relevância dos migrantes, que surgem em último lugar, enquanto o Estado e as ONG se destacam, ao mesmo nível, com os que mais contribuem para o bem-estar das populações locais.

Região de Quinara

Esta região apresenta uma taxa de emigração praticamente marginal, que não ultrapassa os 4% nas 6 tabancas analisadas. Uma das tabancas – Buba Tumbum – reportou a inexistência de migrantes. Nas restantes, o fenómeno migratório teve início antes da independência, tendo como

principal destino o Senegal, preferência que se mantém até hoje. Cabo Verde surge também como um destino significativo e numa das tabancas, N'Tunghane, foi mesmo destacado como o país mais importante. Apenas duas das tabancas – Samba-Sabali e Uane – referiram um contingente significativo de migrantes na Europa, nomeadamente em Portugal. Referências menores foram ainda feitas a Espanha, Holanda, Itália e Alemanha. A pressão migratória aparenta ser heterogénea, com metade das tabancas inquiridas a referirem uma diminuição e as restantes um aumento. A falta de perspectivas de futuro, que incentiva a saída, concorre com o receio do percurso, tido como perigoso devido à sua natureza crescentemente irregular.

Não foi identificada nenhuma associação de migrantes nas 6 tabancas analisadas e não foi reportada qualquer iniciativa com vista ao desenvolvimento da comunidade. A este nível, apenas 2 das tabancas inquiridas, N'Tunghane e Batambali, referiram a contribuição dos migrantes para equipar a mesquita local, bem como o seu apoio à realização das festividades religiosas. O contributo dos poucos migrantes existentes concretiza-se ao nível familiar, e mesmo este é tido como irregular, estando sobretudo associado a emergências familiares. No entanto, este apoio é considerado como muito importante tendo em conta as limitações dos serviços básicos nacionais.

Em 2 das 5 tabancas com migrantes, foi destacado o seu apoio a pequenas actividades geradoras de rendimento, nomeadamente, a aquisição de terras para lavoura e plantações de caju, máquinas de descascar arroz e carros para transporte público. Em 3 destas, os entrevistados referiram que os migrantes reabilitaram, ou construíram casas, para si ou para as suas famílias, mas em tão pequeno número que não afectam o aspecto geral da paisagem. E assim, globalmente, as tabancas analisadas são caracterizadas por casas de construção tradicional, com poucos telhados de zinco.

De uma forma geral, esta região caracteriza-se por uma fraca expressão migratória e pela irrelevância dos seus efeitos para o desenvolvimento da tabanca e das infra-estruturas existentes. Segundo os entrevistados, a migração não faz parte das estratégias de vida típicas para os grupos étnicos residentes – maioritariamente beafadas e, em menor escala, balantas – e os défices de desenvolvimento observados são o resultado da Guerra Colonial, que penalizou severamente a zona sul do país. São as ONG – seguidas de longe pelo Estado guineense – que mais contribuem, na opinião dos inquiridos, para o bem-estar das populações: 5 das 6 escolas das tabancas analisadas foram construídas ou reabilitadas por ONG internacionais ou locais e todos os pontos de água existentes foram construídos por ONG. Os migrantes não são considerados actores de desenvolvimento em 3 das 6 tabancas analisadas e nas restantes têm pouca relevância, quando comparados com o Estado e sobretudo com as ONG.

Região de Tombali

As 6 tabancas analisadas na região de Tombali apresentam uma taxa de emigração média de 5%. Portugal é claramente o destino europeu mais significativo, mas existem também referências a França, Espanha, Reino Unido e Itália, entre outros. Novamente, são os países vizinhos que reúnem o maior número de emigrantes, com referências significativas ao Senegal, mas também a Cabo Verde, Guiné-Conacri, Gâmbia e Mauritânia. Angola é um destino recente, mas um dos mais apetecidos. Na maioria dos casos, a migração teve início após a independência, e em 4 das 6 tabancas analisadas foi destacado o seu aumento, enquanto para 2 foi destacada a sua diminuição. Generalizadamente, o subdesenvolvimento do país face às expectativas acrescidas, sobretudo dos jovens, contribuem para o aumento da pressão migratória, o que compete com a percepção da crise, que leva outros a desvalorizar a opção migratória, sobretudo considerando as dificuldades inerentes ao processo no caso da Europa.

Em nenhuma das tabancas analisadas os *grupos-focais* referenciaram a existência de associações de migrantes.⁴³ No entanto, grupos de migrantes ou migrantes a título individual têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da sua tabanca de origem. Em

⁴³ No entanto, em Portugal foi identificada a Associação de Migrantes de Mampata Forea.

Mampata Forea, os migrantes reabilitaram o centro de saúde local, para o qual enviaram também equipamento hospitalar e medicamentos. Nesta mesma tabanca, os migrantes contribuíram para um projecto de electrificação e fornecimento de água potável promovido por uma ONG internacional. Em Colibuia, os migrantes doaram um veículo que é utilizado como ambulância, também por outras tabancas vizinhas. Em Háfia, os migrantes doaram equipamento e material escolar. No entanto, nas 2 tabancas analisadas mais a sul nesta região – já no sector de Catió, onde as populações são predominantemente da etnia balanta e onde o isolamento das comunidades é elevado, sobretudo na época das chuvas – não foi identificado nenhum projecto em prol da comunidade.

Em Sintchã-Sambel, um migrante residente em Espanha doou um gerador que tem capacidade para servir toda a comunidade, 2 tractores para apoiar as actividades agrícolas e um camião que permite escoar a produção local de caju para os mercados regionais. O mesmo foi realizado por um emigrante em Colibuia. Nestas 2 tabancas foram também enviadas máquinas de descascar arroz e doados carros que são utilizados como transporte público. O rendimento gerado por estas actividades reverte para as populações locais. Novamente, nas 2 tabancas do sector de Catió – Mato Farroba e Ilhéu Infanda – não foi identificada nenhuma actividade geradora de rendimento promovida pelos emigrantes.

Em 4 das tabancas estudadas, foi reportado o envio de remessas e destacada a importância desse recurso financeiro para o bem-estar das famílias, sobretudo nos momentos de crise, em que o apoio dos migrantes é expressamente solicitado e, sempre que possível, facultado. Nestas 4 tabancas, os migrantes apoiam ainda as cerimónias tradicionais ou religiosas e em Colibuia, a mesquita local foi construída e equipada com o apoio dos migrantes.

Globalmente, a região de Tombali apresenta um perfil migratório heterogéneo e os efeitos associados ao processo são díspares. Enquanto nas 4 tabancas a norte da região, situadas no sector de Quebo, foram observados alguns investimentos, que se notam também ao nível da paisagem da tabanca, com um elevado número de casas reabilitadas ou construídas (notavelmente em Háfia), nas tabancas a sul, situadas no sector de Catió, os efeitos da migração são praticamente inexistentes. A percepção das populações locais corresponde aos dados obtidos: nas tabancas a norte da região, os principais actores de desenvolvimento são as ONG e os migrantes. Nas tabancas a sul, as ONG têm todo o protagonismo, com o Estado a surgir em segundo lugar e com os migrantes a serem considerados irrelevantes enquanto actores de desenvolvimento.

4.2. Comparação regional das grandes tendências migratórias identificadas e dos seus efeitos nas comunidades de origem

Os dados obtidos nesta investigação sugerem que a dinâmica migratória na Guiné-Bissau é significativa. A taxa média global de emigração ronda os 14%, bastante acima da média oficial nacional de 8% (Banco Mundial, 2010), um dado expectável tendo em conta que os resultados incluem os migrantes guineenses no espaço CEDEAO e aqueles que se encontram na Europa em situação irregular. No entanto, o fenómeno migratório não é uma realidade homogénea em todo o território nacional, variando de região para região e em cada uma, em função do grupo étnico.

Efectivamente, são as tabancas de populações maioritariamente manjacas que apresentam uma elevada taxa de emigração, bem como um retorno significativo dessa migração para a tabanca de origem. As populações fulas, logo seguidas pelas mandingas, apresentam valores significativamente inferiores. No entanto, ambos os grupos apresentam taxas elevadas de investimento na sua tabanca de origem, particularmente ao nível de actividades geradoras de rendimento. Por outro lado, são exactamente as tabancas maioritariamente papeis, balantas e beafadas que registam, não só uma baixa dinâmica migratória, mas também um baixo (ou

nenhum) retorno da migração. Verifica-se, igualmente, que a organização administrativa do território não coincide integralmente com a distribuição populacional dos diferentes grupos étnicos.⁴⁴

Quadro 4.1: Migrantes e iniciativas promovidas por migrantes, por grupo étnico

	Balantas	Beafadas	Fulas	Mandingas	Manjacos	Papéis
Região	Quinara, Tombali	Quinara	Gabu, Bafata, Oio, Tombali, Quinara	Gabu, Bafata, Oio	Cacheu	Biombo
Taxa média de migração	4%	0,8%	10%	7%	50%	5%
Relevância das remessas	Pouco importantes em 100% das tabancas	Pouco importantes em 100% das tabancas	Muito importantes em 87% das tabancas	Muito importantes em 80% das tabancas	Muito importantes em 100% das tabancas	Pouco importantes em 100% das tabancas
Projectos de desenvolvimento comunitário	0/3 (0%)	0/3 (0%)	9/16 (56%)	2/5 (40%)	7/7 (100%)	0/6 (0%)

Fonte: Inquérito colectivo realizado em 45 tabancas da Guiné-Bissau, 2012.

Apesar da impossibilidade de traçar conclusões generalizadas, tendo em conta a dimensão do universo considerado, os resultados actuais, juntamente com estudos já realizados (Carreiro, 2007; Carreiro e Sangreman, 2011), sugerem: (i) que a migração não é uma ambição uniforme, ou seja, não é considerada uma estratégia de vida privilegiada por todos os grupos étnicos; (ii) que a migração verifica-se com maior intensidade quando ela está associada a um ritual de passagem, como no caso dos manjacos, ou a uma prática profissional que implica mobilidade, como o comércio, no caso dos fulas e dos mandingas (Carreiro, 2007; Carreiro e Sangreman 2011); (iii) que, nos contextos em que a migração não é colectivamente percebida como uma estratégia de vida preferencial, então, ela verifica-se em menor escala, tendo em conta que o investimento financeiro associado ao processo migratório (para a Europa) é significativo e que o migrante rural, pouco escolarizado, dificilmente terá capacidade de o encetar sozinho; (iv) o que confirma que o investimento na migração internacional é, tendencialmente, uma decisão e um investimento familiares (e até mesmo comunitários) e que há uma expectativa de retorno semelhante, o que, em grande parte, justifica os diferentes tipos de investimentos realizados pelos migrantes em prol das suas famílias e das suas comunidades de origem.

A variedade de expectativas e comportamentos migratórios identificados reflectem-se na heterogeneidade dos resultados nos vários domínios analisados neste estudo. Desde logo, nos países de destino preferenciais, que variam de região para região. No entanto, os dados obtidos são contundentes num aspecto-chave: África é o principal destino da migração guineense, uma realidade transversal a todas as regiões analisadas. Neste contexto, o Senegal surge como o principal destino e das 45 tabancas consideradas, apenas duas afirmaram não possuir nenhum migrante neste país. Há ainda outros destinos africanos igualmente significativos.

Além de ser o destino mais referido, o Senegal foi também considerado o mais importante para 51% das tabancas inquiridas, sendo significativo em todas as regiões. Também Cabo Verde

⁴⁴ De facto, apenas em Biombo há uma coerência quase integral entre a região e o grupo étnico (AEDES, 2009). Em Oio, uma boa parte da população é balanta (AEDES, 2009), mas as tabancas incluídas neste estudo são predominantemente mandingas. A maioria da população de Cacheu é manjaca, tal como as tabancas apresentadas neste estudo. Já Gabu e Bafatá possuem populações predominantemente fulas e mandingas (AEDES, 2009), que possuem comportamentos migratórios semelhantes e que se encontram igualmente representadas nos resultados recolhidos. Da mesma forma, também as populações maioritariamente balantas e beafadas de Tombali e Quinara revelam padrões migratórios idênticos, mas nestas regiões foram também analisadas tabancas predominantemente fulas pelo que, para evitar a perda desta especificidade na análise regional destas 2 regiões, as duas zonas serão distinguidas entre si.

se destaca como o destino mais importante para os migrantes de Biombo e, todavia, um dos menos relevantes para Cacheu. De referir ainda a Gâmbia, mencionada por 36 das 45 tabancas inquiridas, mas cujos contingentes são extremamente pequenos nas regiões de Tombali e Biombo. Angola é um destino extremamente recente e sempre com contingentes pouco significativos, mas foi referido por mais de 55% das tabancas analisadas – nenhuma destas na região de Cacheu, onde prevalece o Senegal como o destino africano mais significativo – emergindo destacadamente, segundo a percepção das populações, como o melhor destino para onde migrar actualmente.

Quadro 4.2: Países africanos de destino dos migrantes guineenses, por região

	Número de referências a países de destino africanos						
	Senegal	Gâmbia	Cabo Verde	Mauritânia	Angola	Outros	Total
Bafatá	7/7	6/7	7/7	2/7	3/7	6/7	7/7
Biombo	5/6	3/6	6/6	3/6	6/7	1/6	6/6
Cacheu	7/7	7/7	2/7	3/7	0/7	1/7	7/7
Gabu	7/7	3/7	3/7	4/7	4/7	1/7	7/7
Oio	7/7	7/7	4/7	4/7	2/7	3/7	7/7
Quinara (beafada)	3/4	2/4	3/4	0/4	1/4	0/4	3/4
Quinara (fula)	2/2	2/2	2/2	1/2	1/2	2/2	2/2
Tombali (fula)	3/4	4/4	3/4	1/4	4/4	3/4	4/4
Tombali (balanta)	2/2	2/2	2/2	0/2	0/2	2/2	2/2
Total	43/45	36/45	32/45	18/45	21/45	19/45	44/45

Fonte: Inquérito colectivo realizado em 45 tabancas da Guiné-Bissau, 2012.

Comparativamente, a Europa é um destino pouco expressivo. Apesar das referências serem frequentes, os contingentes são globalmente pouco significativos, com excepção da região de Cacheu e em muito menor grau, Bafatá. Portugal é o destino europeu mais citado, mas é importante para apenas 24% das tabancas analisadas, a maior parte da região de Bafatá e em menor grau, nas zonas fulas de Tombali. Apesar de ser o segundo país europeu mais referido, Espanha é um destino relevante para apenas 3 das tabancas, sendo que, para as restantes, os contingentes para este país são muito baixos. França foi referida como um destino muito importante para a região de Cacheu e, em menor grau, Bafatá. No entanto, os seus contingentes migratórios são praticamente irrelevantes nas tabancas das regiões de Tombali, Quinara e Biombo. Outros países europeus foram citados, mas destes apenas o Reino Unido emerge como um destino interessante, referido por 44% das tabancas, ainda que sempre com contingentes pouco numerosos. Observou-se também uma crescente diversificação dos destinos, com países como Luxemburgo, Alemanha, Holanda a serem mencionados, bem como destinos não europeus, particularmente o Brasil, mas todos estes com contingentes praticamente marginais.

As remessas também se encontram distribuídas de forma desigual ao longo do território nacional. Na impossibilidade de se quantificar os montantes recebidos, tendo em conta a metodologia utilizada, avaliou-se o peso relativo das remessas para o bem-estar das populações em comparação com os dados disponibilizados pelo projecto SISA (AEDES, 2009), para as regiões consideradas.⁴⁵

⁴⁵ Esta fonte não contempla as remessas que são canalizadas para investimentos produtivos, ou para projectos sociais, nem as recebidas pontualmente em situações de emergência médica e alimentar, e que foram referidas por 98% das tabancas inquiridas.

Os dados obtidos sugerem que os montantes recebidos nas tabancas inquiridas têm montantes e importância superiores à sugerida pelos montantes oficiais nas regiões de Bafatá, Oio, Quinara (fula) e Tombali (fula), mas sobretudo Cacheu. A discrepância significativa observada nesta última região é, em grande medida, justificada pela sua composição étnica, constituída por duas realidades bastante diferenciadas. A norte do Rio Cacheu, a população é maioritariamente felupe e balanta (AEDES, 2009), dois grupos étnicos orientados para a agricultura e sem tradição migratória (Carreiro e Sangreman, 2011). É sobretudo a sul do rio Cacheu que se localizam as populações manjacas, com uma antiga e forte tradição migratória, cujos contingentes e efeitos foram exemplificados neste estudo. Em conjunto, as duas realidades colocam o peso médio das remessas para o rendimento dos agregados familiares em torno de uns modestos 10% (AEDES, 2009). Por outro lado, revela o apoio significativo que as tabancas inquiridas nesta investigação recebem, o que as coloca numa situação vantajosa relativamente às restantes.

Quadro 4.3: Países europeus de destino dos migrantes guineenses, por região

	Número de referências a países de destino europeus						
	Portugal	França	Espanha	Reino Unido	Itália	Outros	Total
Bafatá	7/7	6/7	5/7	4/7	2/7	5/7	7/7
Biombo	4/6	3/6	4/6	1/6	2/7	2/6	6/6
Cacheu	7/7	7/7	7/7	5/7	2/7	2/7	7/7
Gabu	5/7	2/7	5/7	2/7	0/7	3/7	6/7
Oio	6/6	5/6	6/6	4/6	1/6	3/6	7/7
Quinara (beafada)	2/4	0/4	2/4	0/4	1/4	2/4	2/4
Quinara (fula)	2/2	1/2	1/2	0/6	0/2	1/2	2/2
Tombali (fula)	4/4	1/4	3/4	2/4	1/4	2/2	4/4
Tombali (balanta)	2/2	0/2	1/2	0/2	1/2	0/2	2/2
Total	39/45	25/45	34/45	18/45	10/45	20/45	43/45

Fonte: Inquérito colectivo realizado em 45 tabancas da Guiné-Bissau, 2012.

Gabu, a região mais beneficiada pelas remessas, segundo os dados oficiais, apresenta uma especificidade interessante. De facto, é a região onde se verificaram os mais substanciais investimentos produtivos, mas concentrados na capital da região, em detrimento da tabanca de origem. Este fenómeno justifica a falta de unanimidade na importância atribuída às remessas para o bem-estar das famílias, provavelmente porque uma parte desse rendimento potencial ao nível familiar estará a ser canalizado para a criação de actividades geradoras de rendimento. No entanto, também nas tabancas inquiridas nesta região, os resultados foram contundentes no que diz respeito à disponibilidade de apoio financeiro em situações pontuais de emergência familiar.

Em Bafatá, os dados oficiais colocam esta região ligeiramente atrás de Gabu e Cacheu, com 9,6% do rendimento familiar atribuído à migração (AEDES, 2009). No entanto, os contingentes migratórios e os investimentos identificados neste estudo para esta região são superiores aos oficiais, o que revela que as tabancas analisadas se encontram acima da média regional apresentada.

Oio apresenta igualmente características interessantes. Apesar dos dados obtidos darem um peso significativo à importância das remessas em 5 dos 6 casos analisados, a fonte referida situa o peso relativo das remessas nesta região abaixo de 1%. Importa referir que as tabancas analisadas em Oio eram de população maioritariamente mandinga, embora a região no seu conjunto conte com um contingente substancial de população balanta, sobretudo nos sectores de

Nhacra e Bissorã (AEDES, 2009), que esta investigação não abrangeu. As tabancas analisadas afirmam-se, assim, claramente acima da média regional, dispondo de uma capacidade financeira adicional relativamente às tabancas que não se encontram inseridas em circuitos migratórios, ou que não beneficiam deste, e que serão a grande maioria, tendo em conta o baixo valor de remessas ao nível regional.

Quadro 4.4: Peso das remessas no bem-estar das populações e percentagem de agregados rurais que recebem remessas

	Peso atribuído às remessas para o bem-estar das populações, segundo as tabancas inquiridas				Percentagem dos agregados rurais que recebem remessas dos emigrantes (AEDES 2009)
	Irrelevantes (não recebe)	Relevantes	Muito importantes	% de migrantes	
Bafata	0/7	0/7	7/7	14	9,6
Biombo	0/6	6/6	0/6	5	0,0
Cacheu	0/7	0/7	7/7	50	10,2
Gabu	1/7	1/7	5/7	8	11,7
Oio	0/6	1/6	5/6	7	0,8
Quinara (beafada)	1/4	3/4	0/4	0,8	0,0
Quinara (fula)	0/2	0/2	2/2	5,5	
Tombali (fula)	0/4	0/4	4/4	7	4,4
Tombali (balanta)	0/2	2/2	0/2	3,5	
Total	2/45	13/45	30/45	14	–

Fonte: Inquérito colectivo realizado em 45 tabancas da Guiné-Bissau, 2012. AEDES, 2009.

Na região de Tombali, esta investigação observou diferenças significativas no investimento feito pelos migrantes nas diferentes tabancas analisadas, um aspecto que revela diferenças significativas entre as zonas de população fula e as zonas de população balanta, pelas razões já referidas. A predominância de populações balantas justificará o valor de 4% (AEDES, 2009) que as remessas têm para o rendimento das famílias na região, ao mesmo tempo que é revelado o rendimento acrescido de que as tabancas fulas beneficiam, contrariamente às restantes.

Já nas regiões de Biombo e Quinara, ambas referidas como não recebendo remessas (0%), é interessante notar que as tabancas inquiridas referiram a sua existência, ainda que de uma forma pontual e frequentemente ligada a situações de emergência familiar. Assim, constata-se que, também neste caso, as tabancas analisadas se encontram favorecidas relativamente às restantes, dispondo de apoios adicionais em caso de necessidade.

Globalmente, constata-se que são as regiões com maior número de migrantes e, dentro destas, as que se encontram mais ligadas aos circuitos migratórios europeus – sobretudo Cacheu e em menor grau Bafatá, Gabu, Oio e as zonas fulas de Quinara e Tombali – as que mais beneficiam de remessas. No entanto, os investimentos sociais promovidos pelos migrantes não seguem a mesma tendência em todas as regiões consideradas.

Verifica-se que são as tabancas da região de Cacheu que se destacam, com a totalidade das inquiridas a receber pelo menos um apoio social, sendo este de 100% no domínio da educação. Segue-se Bafatá, com 5 das 7 tabancas analisadas a beneficiarem de pelo menos uma iniciativa e com uma distribuição equilibrada dos investimentos nas três áreas sociais consideradas. Também as tabancas fulas de Tombali apresentam investimentos, com destaque para o sector da saúde. Para Gabu e Oio, apenas 2 das tabancas analisadas nas duas regiões receberam algum

apoio, e ambas no domínio da saúde. Já em Biombo, Quinara e zonas balantas de Tombali, os migrantes não promoveram qualquer projecto de desenvolvimento dos serviços básicos.

Globalmente, 38% das tabancas consideradas receberam algum tipo de apoio social. A educação, com 44% do total das intervenções, é o sector mais apoiado, seguido da saúde, que reúne 36% dos investimentos realizados. O sector da água centrou 20% do total das intervenções realizadas.

Quadro 4.5: Projectos de desenvolvimento comunitário com contribuição dos migrantes, por região

	Número de iniciativas por tabanca			
	Saúde	Educação	Água	Total
Bafatá	3/7	3/7	2/7	5/7
Biombo	0/6	0/6	0/6	0/6
Cacheu	3/7	7/7	2/7	7/7
Gabu	1/7	0/7	0/7	1/7
Oio	1/6	0/6	0/6	1/6
Quinara (beafada)	0/4	0/4	0/4	0/4
Quinara (fula)	0/2	0/2	0/2	0/2
Tombali (fula)	2/4	1/4	1/4	3/4
Tombali (balanta)	0/2	0/2	0/2	0/2
Total	9/45	11/45	5/45	17/45

Fonte: Inquérito colectivo realizado em 45 tabancas da Guiné-Bissau, 2012.

Relativamente às actividades geradoras de rendimento promovidas pelos migrantes, os resultados obtidos seguem um padrão ligeiramente diferente do observado para os projectos de desenvolvimento social. Neste domínio, mantém-se igualmente o destaque nas regiões de Bafatá, Cacheu e zonas fulas de Tombali, enquanto beneficiárias de actividades geradoras de rendimento promovidas pelos migrantes. Mas, ao contrário do domínio anterior, também Gabu, Oio e zonas fulas de Quinara revelam iniciativas deste género, substantivas tendo em conta o universo considerado. Apenas Biombo e as zonas beafadas e balantas não referem nenhuma iniciativa, com excepção da construção de habitações.

Quadro 4.6: Actividades geradoras de rendimento promovidas pelos migrantes, por região

	Percentagem de tabancas analisadas por região				
	Habitação	Agricultura	Comércio	Outros	Total
Bafatá	7/7	6/7	3/7	1/7	7/7
Biombo	2/7	0/7	0/7	0/7	2/7
Cacheu	7/7	4/7	2/7	3/7	7/7
Gabu	6/7	4/7	1/7	1/7	6/7
Oio	4/6	0/6	1/6	2/6	4/6
Quinara (beafada)	¼	0/4	0/4	0/4	1/4
Quinara (fula)	2/2	2/2	2/2	2/2	2/2
Tombali (fula)	4/4	4/4	2/4	3/4	4/4

Tombali (balanta)	0/2	0/2	0/2	0/2	0/2
Total	33/45	20/45	9/45	12/45	33/45

Fonte: Inquérito colectivo realizado em 45 tabancas da Guiné-Bissau, 2012.

Globalmente, as iniciativas mais numerosas são na construção de habitações, com 33 das tabancas a reportarem acções promovidas pelos migrantes neste domínio. A agricultura surge também em destaque, correspondendo a 60% do total de iniciativas realizadas, particularmente nas zonas fulas do sul e Bafatá e, em menor grau, em Cacheu e Gabu. O pequeno comércio representa 36% do total de iniciativas realizadas (dos quais se destaca o envio de carros para transporte público).

A percepção das populações sobre quem mais contribui para o desenvolvimento local reflecte largamente o grau de investimento feito pelos migrantes em cada uma das regiões e permite ponderar os efeitos das suas intervenções para o bem-estar das populações locais. A análise da percepção das populações é reveladora da relação entre as intervenções dos emigrantes e o bem-estar das populações. Efectivamente, em todas as regiões onde os migrantes apoiaram mais significativamente as suas tabancas de origem em termos de equipamentos sociais – Cacheu, Bafatá e zonas fulas de Tombali – as respectivas populações consideraram os seus migrantes como os principais actores do desenvolvimento local, em detrimento de qualquer outro. Interessantemente, mesmo nas regiões onde os migrantes são os menos importantes dos três actores considerados – Biombo, Gabu e Oio – e que registam poucas ou nenhuma intervenções sociais, o seu apoio é ainda assim reconhecido, o que sugere a valorização de outro tipo de contributos, como remessas, ou iniciativas geradoras de rendimento, aliás significativas nas duas regiões do leste. Apenas na zona beafada de Quinara os migrantes são tidos como irrelevantes enquanto actores de desenvolvimento, um dado expectável, tendo em conta que não se identificaram actividades geradoras de rendimento nem projectos sociais.

Quadro 4.7: Percepção das populações sobre o contributo relativo dos diferentes actores para o desenvolvimento das tabancas

	Percepção com base numa pontuação atribuída numa escala pré-definida (0 a 3)				
	Estado (%)	ONG (%)	Migrantes (%)	Número de projectos sociais desenvolvidos pelos migrantes	Número de actividades geradoras de rendimento
Bafatá	17	35	47	8	17
Biombo	38	41	20	0	2
Cacheu	23	28	47	12	16
Gabu	38	38	22	1	12
Oio	38	38	22	1	7
Quinara (beafada)	45	50	5	0	1
Quinara (fula)	25	50	25	0	8
Tombali (fula)	16	45	38	4	13
Tombali (balanta)	25	75	0	0	0
Total (média)	30	40	30	26	73

Fonte: Inquérito colectivo realizado em 45 tabancas da Guiné-Bissau, 2012.

Por outro lado, o Estado é particularmente valorizado nas zonas beafadas de Quinara, embora em nenhuma das restantes regiões seja considerado como o actor mais importante, com excepção de Oio e Gabu onde surge em primeiro lugar *ex equo* com as ONG. No entanto, o Estado surge em terceiro lugar em três das regiões consideradas. São as ONG que recolhem o reconhecimento mais unânime e mais veemente, ocupando o lugar cimeiro nas regiões de Biombo, Gabu, Oio, Quinara e Tombali, e o segundo lugar em todas as outras.

Globalmente, verifica-se que os migrantes são particularmente valorizados nas zonas onde realizaram equipamentos sociais que beneficiaram o conjunto da comunidade. Mas, quando comparadas com as iniciativas geradoras de rendimento, os projectos sociais são muito menos numerosos, tendo em conta que exigem um maior investimento e, consequentemente, uma maior concertação entre os migrantes, para além de que não geram qualquer retorno financeiro. Por outro lado, as iniciativas geradoras de rendimento têm tendencialmente um carácter privado e, apesar de a curto médio prazo contribuírem para a redução sustentável da pobreza, não afectam directamente o colectivo da comunidade e são por isso percebidos como menos relevantes para o desenvolvimento das comunidades locais.

A comparação entre os resultados obtidos nas tabancas analisadas em cada região com os dados oficiais disponíveis para indicadores-chave de desenvolvimento em cada região (INEC, 2009)⁴⁶ revela uma realidade díspar e confirma a multiplicidade de factores e actores que afectam os processos de desenvolvimento.

Quadro 4.8: Indicadores médios de serviços básicos, por região

	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali
Centros de saúde por habitante	1/2.114	1/7.156	1/2.011	1/2.477	1/2.625	1/1.321	1/1.282
Escolas por criança	1/170	1/498	1/236	1/244	1/250	1/188	1/198
Furos de água por habitante	1/447	1/1.979	1/911	1/584	1/828	1/613	1/690

Fonte: INEC, 2009.

Em matéria de educação, é a região de Bafatá que apresenta os melhores indicadores, contando com intervenções dos migrantes neste sector, mas também de numerosas ONG, das quais se destaca a Plan Internacional. Seguem-se as regiões de Quinara e Tombali, e depois Gabu, Cacheu e Oio, por esta ordem, com uma média de 1 escola para cada 200 crianças. É pertinente notar que Cacheu, apesar dos investimentos dos seus migrantes neste domínio, apresenta valores medianos. Biombo destaca-se pela negativa, com um indicador que revela a média de 1 escola para cada 498 crianças.

Também no domínio de saúde, a região de Biombo surge como a menos desenvolvida, com 1 centro de saúde para cada 7.156 habitantes, muito longe da média da região mais beneficiada, Tombali, logo seguida por Quinara, com 1/1.321 habitantes. As restantes regiões assemelham-se com Cacheu, Bafatá, Gabu e Oio (por esta ordem), apresentando uma média de 1 centro de saúde para cada 2.300 habitantes. São portanto as duas regiões do Sul que apresentam as melhores condições neste sector de desenvolvimento.

No que diz respeito ao acesso à água, é Bafatá a região que apresenta melhores condições, logo seguida por Gabu. Interessantemente, em Bafatá identificaram-se iniciativas comunitárias dos migrantes neste domínio, pese embora a intervenção bem mais substantiva das ONG, como a Plan Internacional e a TESE. Seguem-se as regiões de Quinara, Tombali e Oio. Cacheu tem

⁴⁶ Com as devidas ressalvas sobre a fiabilidade desta fonte.

apenas um furo de água para cada 911 habitantes. No entanto, é novamente Biombo que apresenta o valor mais crítico, com 1 furo para cada 1.979 habitantes, pelas mesmas razões apontadas no ponto anterior.

Globalmente, constata-se que não existe uma relação directa entre os níveis de desenvolvimento regional e o número e tipo de intervenção dos migrantes na sua tabanca de origem. É o Sul que apresenta resultados mais positivos na agregação dos três domínios considerados, uma zona onde a intervenção das ONG é extremamente destacada e os migrantes pouco ou nada considerados.

A contribuição dos migrantes poderá ser significativa em Bafatá, que também apresenta resultados positivos, mas também as ONG são consideradas como um actor muito importante nesta região e o seu impacto deverá ser considerado. Apesar de Cacheu ser uma região particularmente beneficiada pela migração, a disparidade da dinâmica migratória existente entre as margens norte e sul do rio tenderá a diluir a sua potencial contribuição positiva para os indicadores regionais. Esta região apresenta, assim, resultados medianos, ao mesmo nível de regiões com contingentes migratórios muito inferiores, como Gabu e Oio.

Por contraponto, Biombo, que recolhe poucos apoios de ONG e nenhum dos seus poucos migrantes, surge com valores recorrentemente críticos em todos os domínios e é claramente a mais frágil de todas as regiões consideradas.

Conclui-se que o processo de desenvolvimento na Guiné-Bissau se concretiza de forma heterogénea nas diferentes regiões do país. Essa variedade resulta de vários factores, nos quais se incluem as prioridades e os investimentos do próprio Estado, o tipo de actividades económicas desenvolvidas pelas populações e a intervenção dos diferentes agentes, como as ONG e as organizações internacionais (União Europeia, Banco Mundial, Nações Unidas), entre outros. Todavia, e tal como esta investigação revela, os migrantes também são actores nos processos de desenvolvimento local e a sua intervenção, nas diferentes formas e efeitos que assume, constituiu igualmente um contributo para o desenvolvimento regional.

4.3. O apoio dos migrantes às famílias e comunidades de origem e seu impacto sobre o desenvolvimento da Guiné-Bissau

A agregação regional dos efeitos da migração observados ao nível das tabancas oferece elementos interessantes para apreciar o contributo dos migrantes para o desenvolvimento global da Guiné-Bissau. A análise nacional será realizada a partir de uma grelha de indicadores de educação; saúde; água, saneamento e energia; economia; e governação e direitos humanos, numa adaptação livre da tipologia proposta pelo Observatório ACP da Migração (2012).

Educação

Ao nível nacional, os indicadores básicos da educação na Guiné-Bissau encontram-se abaixo da média dos Países Menos Desenvolvidos do mundo (PNUD, 2011). Com uma taxa de analfabetismo de cerca de 46%, um rácio de 1 professor para cada 61 alunos, 1 sala de aula para cada 44, uma taxa de abandono escolar que roça os 10% e um terço dos professores em exercício não formado para o efeito (RESEN, 2009), o país conta ainda com crónicas dificuldades de governação, que levam a greves frequentes da função pública e ao encurtamento recorrente, ou mesmo anulação de anos lectivos. Neste cenário, os efeitos dos investimentos que os migrantes realizam no sector da educação são significativos. Em 18% das tabancas analisadas ao nível nacional, verificou-se a construção e/ou reabilitação de infra-estruturas escolares. A questão da reabilitação das infra-estruturas é particularmente pertinente no contexto da Guiné-Bissau, onde 32% das escolas se encontram degradadas (Banco Mundial, 2010), situação agravada pelas

condições climáticas do país, com uma estação de chuvas copiosa que cobre um terço do ano lectivo, período durante o qual as escolas de construção não definitiva (barraca), ou as que estão em situação precária, não podem funcionar.

Os anos lectivos que decorreram entre o final do conflito político-militar de 1998 e a relativa estabilização das finanças públicas, a partir de 2009, foram caracterizados por atrasos recorrentes no pagamento de salários da função pública – em alguns casos até seis meses – e, conseqüentemente, em greves frequentes dos professores (Banco Mundial, 2010). Em 25% das tabancas analisadas neste estudo, os migrantes disponibilizaram um apoio financeiro para assegurar a manutenção do salário dos professores, que garantiu a continuidade do processo educativo sem interrupções, ao contrário do que se verificou na generalidade das escolas que não beneficiaram deste apoio.

Em 2011, a Direcção Regional de Educação de Cacheu realizou uma campanha de sensibilização com vista à diminuição do abandono escolar e à promoção da escolarização das raparigas, através das seis rádios comunitárias existentes na região. Para garantir o sucesso da campanha, a Direcção regional solicitou a colaboração de migrantes residentes em Portugal, que gravaram mensagens de apoio à educação das crianças, posteriormente transmitidas via rádio (SNV, 2011).

Relativamente à qualidade da educação, em particular, a questão da formação dos professores, o efeito do apoio dos migrantes é menos evidente. Devido à falta de coordenação das suas acções com as instituições públicas e à fraca capacidade do Estado Guineense, é frequente que uma escola construída pelos migrantes permaneça inoperacional devido à falta de professores. Nestes casos, uma solução frequentemente avançada pelas próprias comunidades é a escolha do seu membro mais capaz para assumir o papel de professor, ainda que este não possua qualquer formação para o efeito. O fenómeno destas escolas chamadas comunitárias é uma realidade significativa na Guiné-Bissau, onde correspondem a 20% do total de escolas primárias existentes (Banco Mundial, 2010). Uma ONG portuguesa que intervém na Guiné-Bissau desde 2001, a Fundação Evangelização e Culturas (FEC), tem-se centrado no apoio e formação dos professores destas escolas comunitárias. Na região de Cacheu, a totalidade das escolas que, em 2009, beneficiava da sua intervenção eram escolas reabilitadas ou construídas pelos migrantes e cujos professores eram parcial ou totalmente financiados pelas associações de migrantes. E, assim, se constata que a região de Cacheu é a única das regiões consideradas com um rácio professor/aluno melhor do que a média nacional, de 1/55.

Tendo em conta as intervenções efectivamente realizadas pelos migrantes, as suas doações e o seu reconhecimento expresso à importância da educação, considera-se que o impacto da migração no desenvolvimento das condições educativas ao nível do país será significativo. Verifica-se, ainda, que os investimentos dos migrantes tendem a atrair o apoio de outras ONG, que em vários dos casos estudados complementaram, ou ampliaram, os impactos das suas intervenções. Adicionalmente, considera-se como positivo o efeito das remessas ao nível dos agregados familiares beneficiados, cujas crianças têm maior capacidade de frequentar e concluir a escola. Combinados, os efeitos das intervenções dos migrantes nestas várias frentes contribuem para combater alguns dos principais obstáculos à escolarização primária universal na Guiné-Bissau: a pobreza (e conseqüentemente, o trabalho infantil⁴⁷), a falta de professores, de infra-estruturas e materiais educativos, e a pouca relevância dada à escolarização, particularmente das raparigas (e conseqüentemente, o casamento precoce).

Saúde

Tal como no indicador de desenvolvimento humano precedente, também o estado da saúde na Guiné-Bissau revela uma situação crítica. A esperança média de vida não chega aos 48 anos (PNUD, 2011), a segunda mais baixa de todo o mundo; 1 em cada 10 crianças morre antes de atingir um ano de idade (MEPIR, 2011). Apesar de ter sido declarada ilegal em 2012, 50% da

⁴⁷ Que envolve 65% das crianças em meio rural na Guiné-Bissau (MICS, 2010)

população feminina sofreu alguma forma de mutilação genital (MICS, 2010). Devido à fragilidade do sistema de saúde, desconhecimento, distância e falta de meios financeiros, em 2010, apenas 38% (e 9% nas camadas mais pobres) da população tinha acesso a cuidados de saúde (Banco Mundial, 2010). Existe 1 médico para cada 10.000 habitantes e um enfermeiro para cada 5.000 (Banco Mundial, 2010). Cirurgias mais elaboradas não são realizadas no país e apenas os que têm capacidade financeira para uma viagem internacional, ou os que conseguem aceder aos protocolos internacionais de evacuação médica têm acesso a esse tipo de tratamento.

É neste contexto que se inscrevem as intervenções dos migrantes no domínio da saúde. A construção, ou reabilitação, de infra-estruturas de saúde foi identificada em apenas 3 do total de tabancas analisadas, sendo pouco significativas quando comparadas com as intervenções das ONG e da Igreja Católica neste domínio, responsáveis pela construção e reabilitação de Centros de Saúde em 13 das tabancas estudadas. Ainda assim, o Centro de Saúde de Calequise, construído pelos emigrantes, e que serve pelo menos 3 das tabancas circundantes, beneficia um universo de cerca de 5.000 pessoas. O mesmo se verificou no Centro de Saúde de Jeta, onde o único centro de saúde para os 1.700 habitantes da ilha (que se localiza a seis horas de distância do Hospital mais próximo) foi construído, equipado e é regularmente abastecido com medicamentos enviados pelos emigrantes, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian. Em 13% das tabancas estudadas, foi ainda referida a doação de meios de transporte que são utilizados como “ambulâncias”. Mas verificou-se que, do total de Centros de Saúde⁴⁸ identificados neste estudo, 32% não funcionam, quer devido à falta de recursos humanos qualificados, quer devido à falta de materiais e equipamentos.

Quanto à qualidade dos recursos humanos neste sector, a investigação realizada confirma que os migrantes não exercem nenhum papel nessa matéria. Não foi igualmente reportado o pagamento de salários de médicos e enfermeiros através dos migrantes e das suas associações. Foi reiterada a atractividade das iniciativas dos migrantes junto de outros actores de desenvolvimento – a ONG francesa que completou o centro de saúde de Calequise, ou ao apoio da Fundação Calouste Gulbenkian ao centro de saúde da Ilha de Jeta, na sequência de contactos desenvolvidos pela associação de migrantes em Portugal – mas nenhum dos projectos identificados se traduziu expressamente na capacitação dos recursos humanos existentes, pelo que a qualidade do sector não terá sido afectada, mesmo que indirectamente, pelas iniciativas dos migrantes.

Embora possua um sistema público de saúde, a Guiné-Bissau é dependente em 86% de financiamentos de parceiros internacionais para o funcionamento do sector e, portanto, profundamente instável (Banco Mundial, 2010). O Estado não compartilha medicamentos, dependendo da capacidade do agregado familiar o acesso – ou não – aos cuidados necessários. Neste país, apenas 51% das crianças têm acesso a tratamentos antipalúdicos, a principal causa de mortalidade infantil no país (Banco Mundial, 2010) e que afecta 69% da população (ILAP, 2010). A investigação realizada revelou o envio de medicamentos em 31% das tabancas analisadas, ainda que a sua utilização não se concretizasse em alguns dos casos considerados.

É claramente ao nível familiar que, por via das remessas, se verificam os principais efeitos da migração na melhoria da situação de saúde dos não migrantes. Em todas as tabancas analisadas – inclusive naquelas onde foi reportada uma baixa ligação dos migrantes às suas comunidades de origem – foi referido o apoio fornecido pelos migrantes em caso de doença. Mesmo um apoio de natureza pontual tem, no cenário em causa, uma importância significativa para garantir o acesso a cuidados médicos e a medicamentos e, nos casos de doenças graves, para possibilitar a evacuação do doente para o Senegal, ou até mesmo para Portugal.

Ao contrário do que se verificou no sector da educação – onde foi recorrentemente reportado o apoio dos migrantes à escolarização das crianças e, consequentemente, uma influência na percepção do valor da escola – a influência dos migrantes nas práticas de saúde é bastante ambígua. Persiste a valorização da medicina tradicional para o tratamento de muitas doenças, o que é reforçado pelo comportamento dos próprios migrantes, que se deslocam à

⁴⁸ O termo utilizado na Guiné Bissau é Unidade de Saúde de Base (USB)

tabanca expressamente para tratar de doenças que não podem ser curadas através da medicina convencional (Info Pelundo, 2007). O seu contributo tem, assim, uma natureza sobretudo paliativa e não preventiva.

Considerando o retrato global do sector da saúde na Guiné-Bissau e as iniciativas que os migrantes desenvolvem neste âmbito, verifica-se que os efeitos da migração neste domínio são positivos, mas complexos. Por um lado, os migrantes apoiam significativamente os seus familiares em matéria de saúde, garantindo-lhes um maior acesso a cuidados médicos e a medicamentos, o que contribuirá para impactos positivos em indicadores como a esperança média de vida, a taxa de mortalidade infantil e a reincidência de doenças como a malária e a tifoide. No entanto, a natureza das suas intervenções não contribui para ultrapassar outros constrangimentos existentes neste sector, exactamente os que o mantêm cronicamente subdesenvolvido: a falta de recursos humanos, a baixa qualificação dos recursos existentes e sobretudo as percepções e práticas de saúde das populações locais, que determinam que, ainda hoje, cerca de 40% das mulheres sejam *a favor* da mutilação genital feminina (MICS, 2010).

Água, saneamento e energia

Os indicadores base de água e saneamento apresentam valores preocupantes na Guiné-Bissau. Em meio rural, o acesso a água potável está limitado a pouco mais de 53% da população, enquanto somente 5% das pessoas tem acesso a estruturas melhoradas de saneamento (MICS, 2010). Este elemento, juntamente com a falta de informação, leva a que cerca de 48% da população pratique a defecação ao ar livre, um dos maiores vectores de doenças na Guiné-Bissau, sobretudo da cólera (MICS, 2010). Não existe abastecimento público de energia eléctrica nas zonas rurais, onde apenas 10% da população tem acesso a alguma fonte de energia, devido a projectos de ONG, ou ao seu próprio investimento privado (Banco Mundial, 2011).

Os investimentos dos migrantes neste domínio são globalmente pouco significativos. Apenas em 5 das 45 tabancas estudadas foram identificadas iniciativas promovidas pelos migrantes no domínio da água: construção de poços, doação de electrobombas ou co-financiamentos a projectos promovidos por outros actores. Quanto ao abastecimento de energia, foram identificados 5 projectos: a doação de painéis solares para escolas e centros de saúde e a doação de geradores de grande capacidade, para abastecimento de energia à tabanca. Pela sua inovação, grau de funcionalidade e cobertura de grande escala, destacamos novamente a iniciativa do emigrante na Holanda da cidade de Gabu. Não foi identificada uma única iniciativa em matéria de saneamento, quer ao nível de construção ou reabilitação de infra-estruturas, quer ao nível do envolvimento dos migrantes em campanhas de informação ou sensibilização para a mudança de comportamentos. Não é possível, todavia, aferir em que medida os migrantes têm influenciado directamente (através da partilha de informação e práticas) e indirectamente (através das instalações sanitárias das casas que constroem para si e/ou para os seus parentes) as condições de saneamento nas suas tabancas de origem.

Globalmente, verifica-se que as práticas dos migrantes não influenciam significativamente os indicadores-chave considerados neste domínio. Intervenções em matéria de água e energia não são comuns e os seus impactos poderiam ser considerados marginais se não fosse a grande e significativa excepção da cidade de Gabu e dos seus 41.612 habitantes. Por outro lado, iniciativas comunitárias em matéria de saneamento são praticamente inexistentes, mas os dados recolhidos sugerem que, também aqui, os migrantes podem estar a ter efeitos que o âmbito desta investigação e a metodologia utilizada não permitem identificar cabalmente.

Economia

Neste domínio, a Guiné-Bissau também apresenta indicadores-chave extremamente baixos, ainda que estes tenham vindo a melhorar sensivelmente nos últimos 3 anos. O PIB *per capita* era o 4º mais baixo do conjunto de países considerados no Índice de Desenvolvimento Humano

de 2010. Já em 2011, cerca de 48% da população vivia ainda com menos de 1,25 dólares EUA (PNUD, 2011) por dia e a subnutrição afectava 31% da população (PNUD, 2010). Mais de 40% da população considera que não tem alimentos suficientes durante todo o ano (AEDES, 2009).

Esta investigação não se propôs a quantificar os montantes das remessas, nem a precisar as formas como estas são utilizadas pelas famílias beneficiadas. Mas os dados obtidos revelam que, em 98% das tabancas, as remessas são utilizadas prioritariamente em alimentação, saúde e educação, por esta ordem. Também são consideradas como um fundo de emergência, mobilizável em caso de acidente, ou qualquer outra fatalidade. A título de exemplo, cerca de 32% dos *grupos-focais* destacaram a importância das remessas no apoio às populações durante o conflito político-militar de 1998. Uma vez satisfeitas as necessidades básicas, as tendências tendem a divergir. Nalguns casos podem servir para criar, ou ampliar actividades geradoras de rendimento, enquanto em outras, as remessas servem para adquirir bens de consumo, como televisões, telemóveis, ou roupas. Em qualquer um dos casos, destaca-se o efeito multiplicador que estas remessas têm para as economias locais, considerando-se que o aumento do poder de compra aumenta a aquisição de bens e serviços locais. A este nível, importa destacar a construção de habitações – referida em 73% das tabancas e em algumas delas em grande escala, como no caso de Djabicunda – e os efeitos que têm, quer na empregabilidade da mão-de-obra local, quer na aquisição dos materiais e equipamentos necessários.

Em 22% das tabancas foi destacado o investimento dos migrantes na aquisição de terra, quer para fins de horticultura, quer para a produção de caju. Também foi referida a aquisição de gado. Tal como no caso da compra de insumos e equipamentos agrícolas, estes são investimentos que permitem às famílias diversificar e aumentar as suas fontes de rendimento. Em menor número, foram também identificados investimentos na aquisição de máquinas e descascar arroz, tractores e camiões para escoar produtos agrícolas para os mercados regionais e sub-regionais, nomeadamente o caju. Especificamente neste caso, os efeitos do investimento dos migrantes são ambíguos. Por um lado, contribuem para aumentar significativamente o rendimento das famílias, uma vez que o caju contribui, em média, com 66% do rendimento global dos agregados rurais (AEDES, 2009). Mas, por outro lado, concorrem para aumentar a lógica da monocultura do caju que se tem vindo a impor na Guiné-Bissau nos últimos anos e, em última análise, para diminuir a segurança e a soberania alimentares, colocando o país numa situação de vulnerabilidade e dependência acrescidas perante as flutuações dos preços nos mercados internacionais.

Foram, ainda, identificadas outras actividades geradoras de rendimento resultantes dos investimentos dos migrantes. Pequenas mercearias, restaurantes, discotecas, *boutiques* e carros para transporte público foram reportadas em 26% das tabancas analisadas. Foram já referidos os investimentos realizados na cidade de Gabu, na construção civil e abastecimento eléctrico, estas de maior dimensão e com maiores impactos no tecido produtivo na criação de emprego.

Globalmente, os efeitos da migração na economia guineense são considerados como extremamente positivos. As remessas são uma fonte de rendimento muito importante para as famílias beneficiadas e, ainda que sejam prioritariamente utilizadas na satisfação de necessidades básicas, têm efeitos directos no PIB, contribuindo com 8% para a produção nacional (World Bank, 2011a). A migração também contribui para o dinamismo das economias locais, quer por via dos efeitos multiplicadores das remessas, quer através dos investimentos produtivos realizados pelos migrantes, que contribuem positivamente para estimular a produção, o rendimento e o emprego no seu país.

Governança e direitos humanos

A este nível, são considerados dois tipos de indicadores, ambos de natureza qualitativa. O primeiro pretende aferir o grau e a natureza da influência dos migrantes no comportamento político dos não migrantes. O segundo prende-se com a capacidade que a diáspora tem – ou não – de exercer pressão sobre os decisores políticos, através de campanhas, manifestações e projecção mediática de questões ligadas à governança e aos direitos humanos.

No colectivo das tabancas analisadas, mais de 45% referiram que os migrantes tendem a influenciar os seus familiares e amigos no momento das eleições, sugerindo-lhes em quem votar. Nas restantes tabancas, os inquiridos afirmaram que os migrantes não procuram influenciar o sentido de voto. No entanto, e porque abrange cerca de metade do universo analisado, a influência dos migrantes pode ser considerada como significativa neste domínio e tendencialmente positiva, tendo em conta que a sua vivência nos países de destino lhes permite conhecer formas de governo e de cidadania potencialmente mais desenvolvidas.

Quanto à pressão directa dos migrantes em prol da melhoria da governação e da protecção dos direitos humanos, o caso do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 pode ser considerado exemplar. Num contexto em que, tanto o Chefe de Estado, como o Governo foram inconstitucionalmente retirados de funções e em que as manifestações populares foram reprimidas, a diáspora guineense assumiu um papel de destaque. Nos principais países de destino dos migrantes – Portugal, França, Cabo Verde – a diáspora organizou manifestações de apoio à reposição da ordem constitucional. Também em países como os Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido foram organizadas manifestações com o mesmo fim. Em alguns dos casos, as manifestações foram acompanhadas por acções de *advocacy* efectivas, com a entrega de cartas formais junto de instituições-chave da comunidade internacional, como as Nações Unidas em Cabo Verde e a CPLP em Portugal.

Considerando estes dois indicadores, constata-se que a influência dos migrantes não só é significativa como é claramente positiva, e a sua acção tende a melhorar os indicadores-chave de governação considerados.

4.4. Síntese conclusiva

De uma forma geral, os investimentos realizados pelos migrantes em prol das suas comunidades de origem *são uma contribuição modesta, mas efectiva*, para os impactos agregados de desenvolvimento na Guiné-Bissau, apesar da sua aleatoriedade, pequena dimensão e frequente desarticulação. Por vezes, as iniciativas dos migrantes não atingem o efeito desejado – como as máquinas de descascar arroz que carecem de energia para funcionar, os medicamentos obtidos sem critério (ou fora de prazo), ou os manuais escolares que não são utilizáveis. Outras tantas vezes, os investimentos realizados pelos migrantes não têm qualquer impacto, porque carecem dos recursos humanos necessários para os fazer funcionar – os professores, os médicos e enfermeiros – e um edifício que se destinava a um centro de saúde, ou uma escola, não chega efectivamente a funcionar como tal. Noutras situações, as prioridades dos migrantes – que frequentemente vão de encontro àquelas expressas pelas comunidades – focam-se em aspectos mais simbólicos, ou religiosos, como ritos de passagem (fanados), funerais, ou a construção de mesquitas, mas não se traduzem numa melhoria palpável das condições de vida das populações, apesar de significativos do ponto de vista financeiro e expressivos relativamente à importância dos laços simbólicos e religiosos mantidos pelos migrantes com as suas comunidades de origem. No entanto, tendo em conta a severidade dos défices de desenvolvimento que o país enfrenta, as iniciativas promovidas pelos migrantes *são reveladoras do seu empenho no bem-estar do país e do seu potencial enquanto actores de desenvolvimento*. Os seus esforços, sobretudo quando conjugados com os de outros actores, constituem uma contribuição efectiva que não é negligenciável.

Efectivamente, a investigação confirma que nas situações onde *as intervenções dos migrantes complementam, ou são complementadas pelo Estado ou pelas ONG, a sua relevância é considerável*. É o caso de Calequisse, Canhobe ou Tame, onde as escolas construídas/reabilitadas pelos migrantes funcionam efectivamente, graças à formação dos professores facultada por uma ONG. Também em Calequisse, os esforços dos migrantes para a construção de um liceu local foram complementados pela Missão Católica, que garantiu os professores e os equipamentos necessários. O mesmo se verificou com os Centros de Saúde de

Jeta e Calequisse e com os projectos de abastecimento de água no sul, em Mato-Forrea, onde os migrantes co-financiaram a iniciativa da União Europeia.

Devido ao uso de canais informais de transferência, é extremamente difícil estimar os montantes enviados pelos migrantes para as suas famílias. No entanto, a dimensão dos contingentes migratórios e a ligação que os migrantes mantêm com as famílias de origem, sugerem que as remessas beneficiam mais de 70% das famílias da Guiné-Bissau (Carreiro e Sangreman, 2011). O seu uso será certamente variado, mas os dados são contundentes no que diz respeito à sua utilização prioritária em alimentação, saúde e educação e, portanto, a estes níveis, *as remessas têm uma importância incontornável*. É de destacar, também, o efeito multiplicador que as remessas têm para as economias locais, podendo, em conjunto com os investimentos de natureza produtiva dos migrantes, traduzir-se igualmente em impactos positivos sobre os indicadores económicos do país, pese embora os desafios referidos.

Da mesma forma, *não será negligenciável o efeito dos migrantes nas práticas e percepções das populações locais* nos diferentes domínios. São pessoas que habitaram durante dezenas de anos noutros contextos, tendo aprendido e incorporado novas perspectivas em matéria de educação, saúde, participação política e cidadania. A forma como estas pessoas influenciam as práticas e percepções locais sugere um sincretismo cultural, que combina elementos de modernidade (prioridade à educação, lógicas de investimento a médio longo prazo, maior capacidade crítica em termos políticos) com elementos tradicionais, como o recurso à medicina tradicional e a manutenção de cerimónias de passagem, religiosas ou fúnebres. Em qualquer um dos casos, a sua influência é potencialmente significativa, graças ao seu estatuto e legitimidade acrescidos.

Globalmente, verificou-se que *há um aumento da pressão migratória*, ainda que não de forma uniforme e apesar das dificuldades acrescidas do processo. Neste cenário, *é importante ponderar estratégias que permitam tirar o maior partido possível da dinâmica migratória existente e potencial*. Embora este estudo não se debruce especificamente sobre o assunto, os *grupos-focais* fizeram referências frequentes à migração por canais irregulares e aos migrantes que vivem em situação irregular. Este foi considerado como um dos principais problemas associados à migração e os *grupos-focais* foram unânimes em *solicitar a atenção do Governo guineense para a questão*. Para além da vulnerabilidade dos próprios migrantes, os que se encontram nesta situação têm menos capacidade para apoiar as suas famílias na origem, ou para promover qualquer espécie de iniciativa de desenvolvimento local.

Global e unanimemente, os inquiridos consideraram que *um dos principais obstáculos ao aumento dos benefícios da migração é a falta de apoio do Estado guineense à sua diáspora*. Em 89% dos *grupos-focais*, foi referida a necessidade de melhorar o funcionamento dos serviços consulares guineenses para garantir a informação e a protecção necessária aos cidadãos residentes no estrangeiro. Foi igualmente sugerido um reforço das iniciativas diplomáticas do Estado junto dos países que acolhem migrantes guineenses, particularmente Portugal, sobretudo no contexto da CPLP e da União Europeia. Na mesma linha, também foi frequentemente referida a necessidade de *reestruturar o Instituto de Apoio ao Emigrante*, não só para encorajar e facilitar o investimento dos migrantes no seu país de origem, mas também para informar migrantes potenciais sobre a melhor forma de iniciar um processo migratório.

Estes aspectos legais, institucionais e políticos devem decorrer de um *reconhecimento formal e efectivo do contributo dos migrantes* para o desenvolvimento do seu país de origem. E este reconhecimento também deve ser traduzido noutras acções concretas, nomeadamente, a criação de taxas favoráveis na alfândega para os bens importados pelos migrantes, não só para os que têm um fim produtivo mas também e sobretudo para os que têm um carácter social. As taxas alfandegárias foram recorrentemente consideradas como o aspecto que mais desencoraja os migrantes de doarem, ou investirem no seu país de origem, ao contrário do que se verifica em Cabo Verde, um exemplo de boas práticas recorrentemente mencionado.

Finalmente, a fraca qualidade da governação e a instabilidade política constituem *elementos que desencorajam o investimento mas, também, e sobretudo, o retorno*. A este respeito foram mencionados os numerosos quadros qualificados existentes na diáspora, que tendem a adiar ou cancelar o seu regresso ao país, sobretudo por não identificarem oportunidades de emprego

(percebido como estando disponível apenas para uma pequena elite), ou por receio da instabilidade do país. A *melhoria da transparência, da igualdade de oportunidades e do respeito pela ordem constitucional* são elementos fundamentais para atrair e/ou desenvolver mecanismos de cooperação com a diáspora, considerada em 100% dos *grupos-focais* como uma componente fundamental para o desenvolvimento sustentável do país.

5. Conclusões e recomendações

5.1. Conclusões gerais

Este estudo foi desenvolvido ao longo de três capítulos, através de uma articulação de níveis de investigação e de análise, procurando combinar os resultados da leitura do percurso de desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau, e dos seus constrangimentos, com os resultados dos estudos de campo realizados junto das comunidades da diáspora em Portugal e França e junto de 45 tabancas distribuídas por todas as regiões continentais do país. O objectivo principal era a construção de informação contextualizada sobre a diáspora guineense em Portugal e França e o seu potencial para apoiar o desenvolvimento da Guiné-Bissau, com a finalidade de suportar a elaboração de um plano de acção que permita ao Estado capitalizar esse potencial e aumentar a capacidade de interacção dos actores em presença para uma acção mais dinâmica em prol do desenvolvimento e progresso da sociedade guineense no seu todo.

O primeiro capítulo permitiu verificar que a Guiné-Bissau apresenta um conjunto de indicadores económicos e sociais que revelam um nível de desenvolvimento muito baixo, em particular, quando comparado com a África Subsariana e o conjunto de países de rendimento-baixo. Após um período em que o percurso da Guiné-Bissau revelava alguma convergência com a média dos países da África Subsariana, depois de 1998, o país entrou em clara divergência com ambos os conjuntos de países referidos. E esta divergência reflecte a enorme incapacidade que a Guiné-Bissau revela em gerar um processo de transformação produtiva capaz de proporcionar modificações essenciais em factores decisivos do crescimento e desenvolvimento económico, como o crescimento da produtividade da economia, a criação de vantagens comparativas no comércio internacional e, sobretudo, o aumento da capacidade de absorção produtiva do trabalho. Nestas condições, o país acaba por viver numa situação de permanente reprodução, e mesmo aprofundamento, da pobreza e do baixo desenvolvimento humano.

O quadro de instabilidade política, institucional e económica que se estabeleceu no país gerou uma situação fortemente constrangedora do desenvolvimento da economia da Guiné-Bissau e por várias razões: primeiro, porque impediu que o país pudesse dispor de uma situação institucional estável, previsível e gerador de confiança, indispensável para o funcionamento da economia de mercado e para a atracção do investimento produtivo. Em segundo lugar, a instabilidade política e institucional limitou o Estado no desenvolvimento das suas funções, nomeadamente, a capacidade para desenhar, promover e apoiar um processo desenvolvimentista da economia e da sociedade. Numa economia com o nível de desenvolvimento da Guiné-Bissau, a experiência histórica mostra que o activismo desenvolvimentista do Estado é indispensável para a árdua tarefa de “construir” o desenvolvimento económico e social e o progresso do bem-estar colectivo.

Os diversos constrangimentos que impedem o desenvolvimento da Guiné-Bissau traduziram-se, desde a sua independência, em sucessivas vagas de emigração, com um crescimento do número de migrantes, mas também de motivações, de proveniência regional e de destinos. Migração de motivação essencialmente política na primeira década após a independência, ela foi de origem essencialmente urbana, oriunda da “sociedade crioula” e relativamente qualificada, enquanto nas décadas de 1980 e 1990 se assistiu a um *boom* migratório, com origem étnica e regional diversificada, de natureza essencialmente laboral (motivação económica) e não qualificada. Mais recentemente, e com as sucessivas crises político-militares, as motivações combinaram-se e ganhou espaço uma nova vaga com a migração de estudantes, que optam por transitar dos estudos para os mercados de trabalho dos países de acolhimento. As correntes migratórias também evoluíram dos destinos tradicionais para novos países de acolhimento, observando-se na última década uma dispersão por novos destinos europeus e africanos.

Os resultados do Capítulo 3 permitiram algumas conclusões relevantes no que concerne à caracterização, fidedigna e atualizada, das dinâmicas das comunidades guineenses em Portugal e França e do seu contributo actual e potencial para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Em termos globais, foi possível concluir que aquelas duas comunidades já contribuem de forma significativa para o desenvolvimento e bem-estar das suas comunidades de origem e do país em geral, nomeadamente, através: do envio regular de um volume substancial de remessas; de múltiplas iniciativas levadas a cabo pelas associações da diáspora, tanto no país de origem como nos países de acolhimento; e do regresso ao país de origem de uma proporção razoável dos quadros altamente qualificados formados no estrangeiro (particularmente em Portugal). São três das mais visíveis modalidades de contribuição por parte de uma diáspora que, independentemente do sentimento de que a sua acção não tem sido facilitada pelo Estado guineense, mantém uma vinculação identitária e afectiva extraordinária relativamente ao seu país de origem.

A avaliação dos contributos da diáspora teve por base três dimensões principais: económica, social (associativa) e humana (qualificações e competências). Em relação à primeira, verifica-se que as comunidades em França revelam maior capacidade de mobilização de poupanças e de envio de remessas do que as radicadas em Portugal, muito embora essa maior capacidade esteja fortemente orientada para o “chão manjaco” na Guiné-Bissau. Em ambos os casos, o envio de remessas defronta alguns riscos significativos: o elevado peso das gerações mais velhas nas comunidades em França e alguma tendência que revelam para investir no imobiliário no Senegal; e, nas comunidades residentes em Portugal, os riscos que decorrem das dificuldades económicas e laborais actuais, bem como da recomposição geográfica através da reemigração em curso. Em relação à dimensão social, pudemos concluir que a diáspora guineense se caracteriza pela existência de dinâmicas associativas de uma enorme riqueza e densidade e que as associações têm desempenhado um papel essencial, pelo menos a três níveis: manutenção e renovação dos laços identitários que unem as comunidades migrantes entre si e ao país de origem; prestação de assistência mútua num conjunto de dimensões fundamentais; financiamento e execução de iniciativas de promoção do bem-estar das comunidades de origem e da Guiné-Bissau em geral. E em relação à dimensão humana, verificámos que a diáspora mais qualificada se encontra sobrerrepresentada no seio da comunidade guineense em Portugal. O retorno de quadros e indivíduos com formação superior à Guiné-Bissau é há muito uma realidade, ainda que contrabalançada, em diversas ocasiões, por fluxos de saída. Neste contexto, o problema da “fuga de cérebros” diz respeito sobretudo aos médicos, enfermeiros e restante pessoal do sector – área em que os recursos humanos guineenses no exterior excedem, provavelmente, aqueles com que o país conta no presente. Na generalidade das restantes áreas de especialização, os principais problemas têm a ver com o aproveitamento das competências já existentes na diáspora: tanto nos contextos de acolhimento, onde grassam as situações de desperdício de competências, como aquando das trajectórias de retorno não enquadrado, frequentemente confrontadas com dificuldades de diversa ordem ao nível da inserção no mercado de trabalho, ou função pública.

A pesquisa desenvolvida na Guiné-Bissau, cujos resultados dão corpo ao Capítulo 4, teve como objectivo identificar os efeitos da migração no desenvolvimento das *tabancas* de origem dos migrantes e o seu contributo para o desenvolvimento regional e global da Guiné-Bissau. Foram estudadas 45 tabancas distribuídas por todas as regiões continentais da Guiné-Bissau, em articulação com a análise de dados secundários constantes em documentos de referência. Os resultados obtidos revelam que a dimensão do fenómeno migratório, bem como o grau de envolvimento e as estratégias de intervenção dos migrantes em prol do desenvolvimento do seu país variam significativamente de região para região. Mas, apesar dessa heterogeneidade, podemos concluir que a migração guineense afecta substantivamente o bem-estar das populações beneficiadas e que contribui para o desenvolvimento global do país, sendo mesmo fundamental em aspectos-chave como saúde, educação e segurança alimentar.

Devido ao uso de canais informais, é extremamente difícil estimar os montantes enviados pelos migrantes para as suas famílias. No entanto, a dimensão dos contingentes migratórios e a

ligação que os migrantes mantêm com as famílias de origem, sugerem que as remessas beneficiam mais de 70% das famílias da Guiné-Bissau. A sua utilização é variada, mas os resultados obtidos mostram uma utilização prioritária, como se disse acima, em alimentação, saúde e educação, níveis em que as remessas têm uma importância incontornável. Ao nível do investimento, a sua contribuição para o desenvolvimento global do país é modesta, mas efectiva, apesar da sua aleatoriedade, pequena dimensão e frequente desarticulação. A investigação mostrou que nas situações em que os esforços de investimento dos migrantes completam, ou são completados pela acção de outros actores do desenvolvimento, como o Estado e as ONG, a relevância desses investimentos é considerável. São vários os casos em que migrantes guineenses investiram em parceria com outros actores e com resultados interessantes, como na construção e reabilitação de escolas, construção de centros de saúde, ou em projectos de abastecimento de água.

Os resultados dos trabalhos de campo na Guiné-Bissau mostram a opinião global e unânime de que um dos principais obstáculos ao aumento dos benefícios da migração é a falta de apoio do Estado guineense à sua diáspora. Esta opinião está conforme com os resultados dos trabalhos realizados junto das comunidades guineenses em Portugal e França. Os migrantes, dirigentes associativos e outros informantes privilegiados da diáspora, bem como as suas famílias residentes na Guiné-Bissau apresentaram um elevado grau de convergência quando interrogados acerca de quais devem ser as prioridades em termos de actuação política do Governo para a diáspora. Algumas das sugestões mais importantes são as seguintes:

- Reconstruir a confiança entre o Estado e a diáspora, envolvendo instituições guineenses com algum prestígio e organizando um espaço de diálogo e aconselhamento entre a sociedade civil da diáspora e o Estado.
- Melhorar o funcionamento dos serviços consulares guineenses e disponibilizar informação junto da diáspora, através de diferentes canais, criando mecanismos de auscultação regular e abrangente das comunidades e utilizando as associações como parceiras e interlocutoras.
- Garantir a previsibilidade e transparência dos procedimentos administrativos relativamente às diversas actividades e iniciativas desenvolvidas pela diáspora na Guiné-Bissau, reduzindo a arbitrariedade e garantindo a efectividade dos direitos de propriedade, de modo a encorajar o investimento.
- Reestruturar o Instituto de Apoio ao Emigrante, não só para encorajar e facilitar o investimento dos migrantes no seu país de origem, mas também para informar migrantes potenciais sobre a melhor forma de iniciar um processo migratório.
- Simplificar o processo administrativo de travessia da alfândega com bens providos do exterior, reduzindo a arbitrariedade e os tempos de espera e, idealmente, isentando a diáspora do pagamento de taxas alfandegárias sempre que os bens não tenham fins comerciais.
- Concretizar o direito de voto das comunidades, o que constituiria um passo simbólico muito importante, como permitiria reforçar os laços entre a diáspora guineense e o seu país de origem e potenciar os diversos tipos de dinâmica analisados ao longo deste estudo.

Finalmente, a fraca qualidade da governação e a instabilidade política constituem elementos que desencorajam o investimento, mas também, e sobretudo, o retorno. A este respeito, foram mencionados os numerosos quadros qualificados existentes na diáspora que tendem a adiar, ou cancelar, o seu regresso ao país, sobretudo, por não identificarem oportunidades de emprego (percebido como estando disponível apenas para uma pequena elite), ou por receio da instabilidade do país. A melhoria da transparência, da igualdade de oportunidades e do respeito pela ordem constitucional são elementos fundamentais para atrair a diáspora e para desenvolver mecanismos eficazes de cooperação entre as comunidades emigradas e outros actores no terreno, com benefícios evidentes para o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

5.2. Sugestões e recomendações para uma política nacional da diáspora

A investigação realizada permitiu concluir que a diáspora guineense constrói, permanentemente, um espaço transnacional que une a Guiné-Bissau a Portugal e à França, suportado pelos laços regulares e sustentados que os migrantes guineenses mantêm com o seu país de origem nos domínios social, cultural, económico e político. Esta relação dinâmica influencia, claramente, as condições de vida dos migrantes e das suas famílias, mas dada a sua escala e natureza, ela também tem impactos significativos sobre o desenvolvimento global da Guiné-Bissau. Mas essa relação é constringida por dificuldades e obstáculos que não têm permitido um aumento sustentado dos benefícios da migração guineense. A sua identificação constitui um passo importante para a concepção de uma política nacional da diáspora.

Esta secção apresenta um conjunto de recomendações e de sugestões construídas como um contributo para a concepção de uma Política Governamental de Apoio à Diáspora (PGAD), dirigida, naturalmente, à totalidade da diáspora e não apenas àquela que vive nos dois países do estudo. A sua implementação exigirá, na generalidade dos casos, uma liderança política com credibilidade junto da diáspora, dos familiares e outros habitantes das povoações de origem na Guiné Bissau e, também, das entidades internacionais que podem apoiar financeira e politicamente as medidas necessárias. Um Plano de Acção baseado nestas recomendações, e com sugestões de calendários e de prioridades, será apresentado ao Governo guineense quando a situação no país estiver normalizada.

5.2.1. Recomendações de carácter político e estruturante

As recomendações aqui consideradas compreendem dimensões estruturantes importantes, como a necessidade de o Estado guineense aprofundar o seu conhecimento em relação à diáspora, edificar e sustentar uma política de confiança mútua, reforçar a capacidade institucional nacional, definir uma estratégia em relação à diáspora e desenvolver as relações entre a Guiné-Bissau e a sua diáspora, tendo em conta os diferentes domínios considerados neste estudo e que foram salientados por diversos intervenientes no decurso da investigação.

Conhecer a diáspora

A definição de uma PGAD pressupõe que o Governo conheça as diferentes capacidades financeiras, saberes técnicos, disponibilidades e motivações da diáspora, e que esta também se conheça a si própria. Como o conhecimento é evolutivo, a criação de um instrumento como uma página Web,⁴⁹ com a biografia e os contactos dos profissionais da diáspora, torna-se importante⁵⁰ enquanto “ponte de informação” entre os vários intervenientes. Uma página que tenha *ligações* nas páginas das embaixadas e dos ministérios, mas que deverá alojado no *site* do INEP,⁵¹ de forma a garantir que se mantém *on-line*, seja qual for o funcionamento do Governo. A página dedicada à diáspora deverá, também, ter ligações para os *blogs*, ou *sites*, das associações da diáspora. Igualmente, esse conhecimento implica a realização de estudos, com metodologia similar à utilizada nesta investigação, em países como Cabo Verde, Gâmbia, Senegal e Espanha, onde também estão referenciados comunidades importantes da diáspora guineense. E deve, ainda, procurar compreender os movimentos dessas comunidades, detectando quais os países onde a sua presença cresce, ou decresce, como os exemplos da Espanha ou Itália.

⁴⁹ Veja-se o *site* do projecto MIDA para a região dos Grandes Lagos como um dos bons exemplos. Disponível em <http://www.rwandandiaspora.gov.rw/>

⁵⁰ Como demonstraram outros projectos, nomeadamente, o *Who Is Who in BiH*” *Diaspora Project*, do Departamento para a Diáspora da Bosnia-Herzegovina.

⁵¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Bissau é uma das poucas instituições guineenses reconhecidas internacionalmente, com publicações e investigação própria desde 1984. Tem a única biblioteca e arquivo do país em boas condições de funcionamento, que apoia a Universidade Amílcar Cabral. O seu director actual é o Prof. Mamadu Jao e o primeiro director foi o Prof. Carlos Lopes, actualmente, Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para a África.

Definir uma estratégia

A definição de uma estratégia na relação com a diáspora é essencial para a construção de políticas e identificação das principais medidas que deverão ser tomadas. Em geral, os principais objectivos de uma estratégia governamental podem incluir: *i)* a promoção da participação da diáspora no desenvolvimento do país; *ii)* estabelecimento de acções e prioridades governamentais para as diferentes áreas em que os migrantes se relacionam com o país: educação, saúde, remessas (financeiras e de bens), investimento directo e simbólico, etc.; *iii)* facilitação de processos legais consulares e definição de benefícios fiscais para os emigrantes; *iv)* estabelecimento de protocolos com os países de destino que facilitem a saída temporária de emigrantes para participar directamente em actividades previamente definidas, numa filosofia similar à da migração circular; *v)* promoção dos direitos de cidadania dos migrantes, tanto no país de destino, como na Guiné-Bissau. Estes são alguns dos muitos aspectos considerados neste estudo, que proporcionam ao Governo guineense uma diversidade de elementos para suportar as decisões políticas necessárias à elaboração de uma estratégia.

Construir uma política de confiança

Uma política consistente para a diáspora, que crie confiança entre os seus membros e o Estado, qualquer que seja o Governo em funções, exigirá a aprovação e a divulgação junto das comunidades da diáspora de medidas estruturais que facilitem a actuação dos migrantes, individualmente e nas suas associações, na promoção da confiança mútua. De uma confiança muito abalada por erros, mal-entendidos do passado e pela evolução política e social recente do país. Nas respostas obtidas, as promessas não cumpridas foram sistematicamente apontadas como um elemento que enfraquece a credibilidade dos governantes junto da diáspora. A presente investigação indica que o estabelecimento de uma confiança mútua tem de incluir medidas como:

- i)* a criação de mecanismos sistemáticos e regulares de auscultação da diáspora pelas representações consulares, através, por exemplo, de um inquérito anual sobre satisfação individual;
- ii)* a divulgação pelas embaixadas das oportunidades de emprego na Guiné-Bissau, em especial nas organizações internacionais com representação em Bissau;
- iii)* a aprovação de celebrações anuais do Dia do Emigrante, tanto nos países de destino, como na Guiné Bissau, incluídas nas funções normais das embaixadas e da Secretaria de Estado da tutela;
- iv)* a aprovação de regulamentos para recrutamento de pessoal técnico para a Administração Pública guineense, que sejam transparentes e abertos à candidatura de emigrantes, sem que estes tenham de se deslocar à Guiné Bissau para o efeito;
- v)* a criação de um conselho consultivo da diáspora, por país de destino e com membros eleitos pelas associações, podendo completar as reuniões presenciais na Guiné-Bissau com a participação através das tecnologias de informação e comunicação;
- vi)* a implementação da legislação já existente relativa à capacidade de voto dos guineenses da diáspora;
- vii)* a implementação de medidas de apoio aos migrantes que não possuem documentação legal de residência nos países de acolhimento.

Reforçar a capacidade institucional nacional estatal

Não existe um modelo de arquitectura institucional que possa ser considerado como ideal em todos os países. Fundações em Marrocos e Coreia do Sul; fundos públicos ou semipúblicos

no Paquistão, Filipinas e Tailândia; institutos públicos com estatuto próprio, ou integrados num Ministério, ou Secretaria de Estado no México, Índia e Mali; comissariados com o estatuto de instituições não-governamentais, como em Portugal, são exemplos diferentes com sucessos também diferentes, mas sem nenhuma correlação entre modelos e sucessos. A Guiné-Bissau teve um Instituto de Apoio ao Emigrante, que não alcançou nenhum sucesso significativo, e tem hoje uma Direcção Geral na Secretaria de Estado das Comunidades com as mesmas funções. Não nos parece exequível a criação de uma instituição específica para apoio à diáspora, como existe em muitos países, dada a situação actual de fragilidade institucional que o país vive. É desejável que a política em relação à diáspora funcione em rede, englobando a instituição central no país – Ministério dos Negócios Estrangeiros / Secretaria de Estado – um técnico que tenha responsabilidades de relacionamento com a diáspora em cada embaixada onde se justifique (Portugal, França, Senegal e Cabo Verde, pelo menos), as associações de emigrantes, os emigrantes individuais e as famílias na Guiné Bissau. Isso é possível com uma articulação de instrumentos mais formais do Estado, como fóruns *on-line* de participação permanente, um Encontro Anual de Diásporas⁵² e com a elaboração e implementação de legislação que favoreça e motive a relação entre a diáspora e o país.

Desenvolver a relação entre a diáspora e a Guiné - Bissau

As áreas que aqui se contemplam são as que nos parecem adequadas à situação social da diáspora guineense e das suas práticas de participação no desenvolvimento do país, até ao presente, como analisada neste estudo, bem como à capacidade do Estado guineense. Noutros países é possível desenvolver outras políticas (por exemplo, a nível de investimentos financeiros, através de produtos específicos promovidas pela banca, ou a nível de comparticipação governamental em projectos, como no programa mexicano 3×1), mas, como vimos em capítulos anteriores, a realidade da Guiné-Bissau e a capacidade e estabilidade da sua governação indicam-nos que a diáspora guineense deve ser o ponto de partida para propostas que, acreditamos, poderão ter resultados positivos.

Remessas

Durante o processo de investigação, verificámos que as remessas são um assunto considerado da esfera privada das famílias, sobre as quais não dão senão informações muito gerais. Numa situação de diminuição da actividade económica nos países de destino, sobretudo na Europa e nos EUA, é de esperar alguma redução dos fluxos de remessas, bem como de um período de deslocamento das suas origens, como parece acontecer entre Portugal e Espanha quando as pessoas se deslocam à procura de trabalho para outro país, que não o destino inicial da sua migração. Actualmente, as remessas em numerário circulam por canais formais de transferência, como a banca e a Western Union, ou informais, “de mão em mão”, podendo mesmo reproduzir a metodologia daquela última instituição, mas entre privados.

Tal como a experiência de outros países demonstra, o Governo guineense não tem vantagens nenhuma em tentar controlar esses fluxos de forma rígida. A informação à diáspora sobre as vantagens e desvantagens de utilizar os diferentes canais, sem fazer a apologia de qualquer um deles, e o tratamento desses fluxos como recursos correntes das famílias são o melhor serviço que o Estado pode prestar, para que a diáspora ganhe confiança nas instituições formais. Essa informação deve estar disponível na Internet, mas também em papel nas associações da diáspora e nas embaixadas, dado o número significativo de emigrantes que não tem, ou não usa a Internet. O mesmo se aplica em relação às remessas de bens para consumo, ou pequena venda. Além da informação sobre o modo de efectuar esses envios, o Governo deve aprovar um regime de isenção fiscal alfandegário a partir da emissão de cartões de emigrante, mas tendo sempre em conta que podem ser uma via fácil para tráfico ilícito.

⁵² Os respondentes a esta investigação referiram uma promessa de se realizar um “Congresso” da diáspora. Dada alguma conotação partidária do termo, sugerimos a denominação de “Encontro”.

Investimento directo da diáspora

Como pudemos verificar nesta investigação, o investimento directo da diáspora guineense existe e nalgumas regiões é significativo para o bem-estar das populações. Gabu é um caso particular, a única cidade onde este tipo de investimento atinge toda a população.

O mau funcionamento da justiça para a solução de conflitos, a cobrança de receitas fiscais ao migrante que o Estado não cobra aos residentes e a visão dos migrantes como fonte global de rendimento, são dificuldades que impedem que o investimento dos migrantes saia da esfera puramente familiar, ou de círculos de amigos, e possa ter um contributo maior para o desenvolvimento do país. Este investimento pode ter dimensões muito variáveis, que vão desde a companhia de electricidade do Gabu, ao gerador que permite vender electricidade aos vizinhos, ao táxi em Bissau ou carrinha de transporte público, ao capital para pequenas lojas e bancas de mercado, até descascadeiras de arroz e equipamentos agrícolas menores, ou mesmo sementes e gado nas zonas rurais.

A recomendação mais evidente é a disponibilização de informação *on-line*, dirigida a potenciais investidores da diáspora, sabendo que têm níveis de instrução muito diferentes e que podem ter ou não prática de investir. Uma outra recomendação é a inclusão nas celebrações do Dia da Diáspora de um evento direccionado para o investimento dos migrantes. A construção de uma rede de técnicos e empresários em actividade, incluindo guineenses e outros que tenham interesses no país, para difusão de informação e estabelecimento de contactos, é uma realização importante e que outros países se revelou de muita utilidade. A carga fiscal sobre o investimento deve ser reduzida, nomeadamente, para a construção de escolas, postos de saúde e outros equipamentos sociais. A introdução de um período de graça para outros investimentos, através de um instrumento fiável, é uma medida que também deve ser considerada. Para estes efeitos, poderá ser útil a análise do que foi o “cartão de emigrante”, que existiu até 1990, segundo informação recolhida.

Outra dimensão desta subárea é a do apoio ao emigrante nos países de acolhimento, com programas que vão desde o microcrédito até às candidaturas para investimento na Guiné-Bissau a partir de crédito bancário obtido no país de acolhimento.⁵³ Note-se que o investimento em projectos relacionados com a diáspora, mas de concretização nos países de acolhimento, também podem ser objecto de políticas do Governo de origem, em geral, resumindo-se a linhas de crédito para empreendimentos de emigrantes que tenham actividade relacionada com a produção do país de origem. Mas os países de destino tendem a olhar tais programas como de favorecimento em ambiente de concorrência.

Capacitação institucional por transferência de recursos

Esta subárea pode ser o centro das políticas do Governo guineense dirigidas aos profissionais altamente qualificados. Corresponde ao que também tem sido designado por “retorno de cérebros”, “banco de cérebros” “circulação de cérebros”, etc.. Os recursos são, em geral, entendidos como recursos humanos, mas a experiência doutros países indica-nos que na maior parte dos casos de sucesso também se verificam transferências de recursos físicos, como equipamento hospitalar, ou agrícola. Implica algumas condições que a experiência diz serem necessárias, mas não suficientes para que as actividades corram bem:

- i) Que no país de destino esteja claro o processo de ausência temporária de um emigrante que quer ir apoiar o seu país de origem, por um pequeno período, e depois voltar, mas sem perder direitos de trabalho que entretanto tenha conseguido adquirir.⁵⁴
- ii) Que seja tomado em consideração que nem sempre os emigrantes são capazes de lidar com as limitações que encontram nos países de origem (sobretudo os mais qualificados e os que

⁵³ Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, “Promoção do Empreendedorismo Imigrante”, em www.acidi.gov.pt/es-imigrante/informacao/promocao-do-empreendedorismo-imigrante. Outro exemplo é o guia para investimento da diáspora do Burundi, em <http://pt.scribd.com/doc/21836481/BURUNDI-GUIDE-dinvestissement>.

⁵⁴ A legislação portuguesa e europeia sobre migração circular pode servir como exemplo. Ver SEF, 2010.

estão fora há mais tempo), revelando surpreendentes faltas de adaptação se não tiverem informações prévias suficientes.

- iii) Que os níveis de remuneração para essas actividades de curta duração sejam definidos de acordo com os níveis locais, de forma que a colaboração dos profissionais residentes seja assegurada.⁵⁵
- iv) Que as instituições locais de acolhimento sejam envolvidas no processo desde o seu início, para não originar tensões entre os “que ficaram” e os “que saíram”, como aconteceu noutros países (Libéria, Serra Leoa, Sudão do Sul, etc.).
- v) Que se evite a tendência para este tipo de projecto só ter a participação das elites da diáspora, atendendo em especial à diferença de qualificações detectada entre a diáspora guineense em Portugal e França.

Note-se que o envolvimento da diáspora também pode ter uma componente digital, que não obrigue a deslocações, como o ensino tutorial, ou cursos curtos à distância, e que em contrapartida possa ser muito mais alargado, mas tendo sempre em consideração que o acesso e a capacidade de funcionar com a Internet não é ainda uma realidade universal, nem na diáspora guineense, nem na população de origem.

Esta componente de políticas é vista como tendo por *leitmotiv* a capacitação de instituições públicas, ou privadas, por preenchimento temporário de especialidades de recursos humanos no país de origem com profissionais emigrantes capacitados para o fazer. Em geral, tal significa que áreas como a medicina, enfermagem especializada, docência universitária e formação profissional (os profissionais guineenses existentes nos municípios geminados podem ser uma mais-valia) são prioritárias e conseguem cumprir os objectivos melhor do que outras. Com a metodologia do “retorno virtual”, é evidente que as possibilidades se alargam, indo desde o apoio tutorial técnico a estudantes ou professores até à realização de estudos especializados que podem ser elaborados num período mais alargado a partir de uma deslocação curta ao país.⁵⁶

A implementação desta política tem de ser feita com um processo misto de candidaturas individuais para actividades onde existem muitos profissionais guineenses (como pessoal de saúde em Portugal, com 95 elementos inscritos na Ordem dos Médicos, segundo informação em Junho de 2012) e de contacto directo por convite individual, a partir de uma estrutura dinamizadora central. A pouca adesão ao instrumento piloto da base de dados, criado no âmbito desta investigação, faz-nos concluir pela necessidade de algum trabalho para ganhar a confiança dos migrantes.

Filantropia, ou investimento em capital social

Nesta subárea, incluem-se as actividades no país de destino, ou de origem, com participação de recursos fornecidos por migrantes e sem finalidade de lucro. São actividades, como as seguintes, e que contribuem para o prestígio social de quem as pratica: apoio à peregrinação a Meca, doações à igreja ou mesquita, escolas (construção, mobiliário, material didáctico e pagamento ao professor), postos de saúde (construção, mobiliário específico, medicamentos, ambulâncias e salário de enfermagem), “bolsas de estudo” (em propinas, livros, material didáctico, mochilas, sapatos e batas), promoção de encontros e debates, apoio a cerimónias de casamento, ramadão, iniciação social (*fanado*), funerais (*toca tchor*), saneamento, poços e bombas de água, electricidade, melhoria de acessos e arranjos nas ruas, casas e tabancas (o mais comum são telhados em chapa de zinco que substituem a palha tradicional) ou edifícios

⁵⁵ Em vários países, estes programas são realizados com base no voluntarismo altruísta. Julgamos que, numa primeira fase, isso será difícil para a Guiné Bissau.

⁵⁶ Não se considera que a participação como investigadores, ou como consultores, em projectos de investigação seja uma actividade abrangida por estas recomendações, dado situar-se a um nível de escolha e contactos pessoais que não permitem a adopção de processos de generalização. E a Guiné não tem investigadores suficientes concentrados num único país de destino, nem credibilidade institucional nacional, para poder justificar junto de financiadores internacionais um programa de apoio a projectos sobre o país, excepto os dirigidos a partir de Bissau pelo INEP.

de vilas e cidades da zona de origem, apoio a grupos de dança, desportivos e musicais ou a artistas individuais.

O padrão típico de políticas consiste no apoio financeiro do Estado a iniciativas tomadas pelos migrantes (México Programa 3×1). Contudo, não nos parece que na Guiné-Bissau o Estado esteja em condições de assumir nenhum compromisso deste tipo. Julgamos, assim, que é desejável conceber uma metodologia de execução de projectos que também faça apelo aos emigrantes para apoio, mas com objectivos muito bem definidos: uma escola numa tabanca; medicamentos para o posto de saúde de um bairro, etc. Mas em que o Estado, ou instituições privadas nacionais, também possam garantir algum apoio, caso a caso.

Apoio ao retorno definitivo

Nas entrevistas, não se encontram indicações significativas sobre intenções de retorno definitivo à Guiné-Bissau. O que a investigação mostra é que as pessoas que regressam ao país, afirmam sempre que voltarão a emigrar se tiverem nova oportunidade. Os emigrantes inquiridos em Portugal e França, em geral, afirmam que voltarão um dia, mas colocam esta acção de forma longínqua, surgindo mais como uma manifestação de que não repudiam o país onde nasceram, do que uma real intenção de voltar. Apesar da análise dos dados nos sugerir (Capítulo 3) que, nas idades de reforma, o retorno é mais frequente do que seria de esperar e dos exemplos daqueles que voltam depois de terem uma reforma e que optam por exercer actividades socialmente notórias, como se refere no Capítulo 4. O Governo pode aprovar, com a participação de emigrantes, políticas de apoio ao retorno definitivo decorrentes das sugestões apresentadas neste trabalho, mas parece-nos mais lógico que esse debate tenha lugar nos próximos anos, depois se alterar a relação entre a diáspora e o Governo através de acções concretas.

5.2.2. Recomendações ao nível de programas e projectos

Nesta secção, sugerimos ao Governo guineense uma arquitectura organizacional para uma política de relação com a diáspora, que nos parece exequível, e que procura atender à situação financeira de poucos recursos do país e à fragilidade das suas instituições, bem como à existência na diáspora de profissionais que poderão colmatar necessidades nacionais existentes em diferentes sectores, se a política aprovada e aplicada conseguir ganhar a sua confiança. Mas estas sugestões pressupõem uma situação de normalidade no funcionamento da Administração, do Governo e das embaixadas, sem a qual não acreditamos que possam ser implementadas. E a situação actual não é nada favorável, dado o quadro vigente em que a situação política e militar não favorece a credibilidade nacional e internacional do país.

Arquitectura institucional para execução de programas e projectos

Podemos considerar um eixo de organização, onde se sugere a assunção de um compromisso de estabilidade da estrutura de relação do Governo com a diáspora, através de uma concepção que tenha elementos independentes dos ciclos e das crises políticas. Sugere-se que exista apenas um programa, subdividido em projectos, com a designação de Programa de Relação com a Diáspora (PRODIGB). Esse programa tem como actores centrais a Secretaria de Estado de tutela, ou seu equivalente em futuros governos, as embaixadas e um Conselho Consultivo da Diáspora (CCDIGB), que tenha existência jurídica legalizada no país de destino, de forma a poder receber financiamentos públicos para projectos. A Secretaria de Estado terá a responsabilidade de execução de projectos e de estabelecer o relacionamento com os outros dois actores.

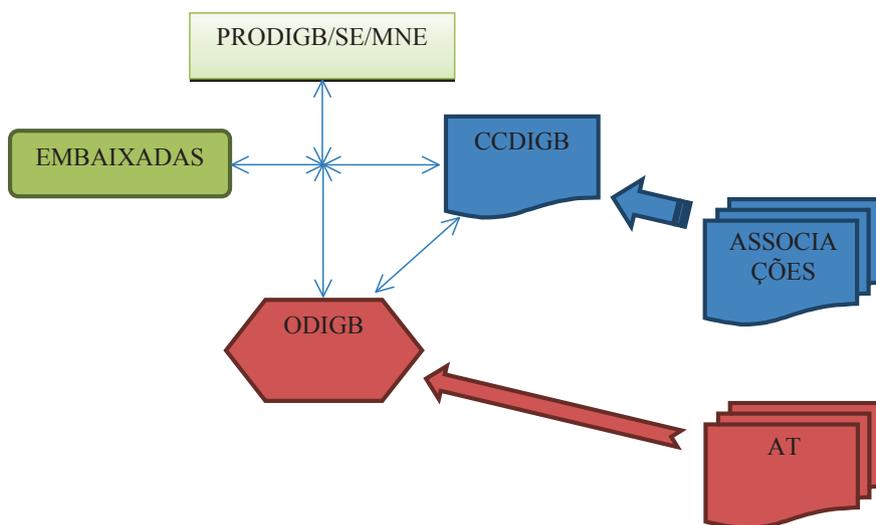
Em paralelo, existirá um programa concebido como um parceiro nacional, mas não dependente do PRODIGB – o Observatório da Diáspora da Guiné Bissau (ODIGB), sediado no INEP, com funções de elaboração de estudos, recolha de dados e propostas de projectos de

linhas de financiamento internacionais. O observatório terá assistência técnica directa (AT) da OIM.

O Conselho Consultivo da Diáspora (CCDIGB) será eleito pelas associações legalizadas no país de acolhimento e terá como funções participar na definição de políticas, nos estudos a elaborar e em projectos e, sobretudo, terá um papel central na política de confiança.

As entidades – PRODIGB, CCDIGB e ODIGB – terão em conjunto com as embaixadas responsabilidades definidas caso a caso para cada projecto comum. O eixo Observatório + Associações dá alguma estabilidade independentemente das alterações e crises governamentais.

Gráfico 5.1: Arquitectura institucional para execução de programas e projectos



Os projectos

Independentemente de quais sejam os projectos, podemos considerar dois eixos de financiamento a que o país poderá recorrer, uma vez que o Orçamento Geral do Estado não tem capacidade para assegurar as verbas necessárias:

O eixo da política nacional. Na actual fase de um orçamento nacional muito deficitário, este eixo basicamente atribuirá funções dentro dos projectos que adiante se sugerem a funcionários públicos e instalações já existentes.

O eixo das linhas internacionais de financiamento da Cooperação. Elaboração de projectos a incluir nos programas de cooperação com parceiros bilaterais, a exemplo do que já sucede com países como a Bélgica, ou o Canadá, para as diásporas de outras origens, ou organizações internacionais como o Banco Mundial, União Europeia e sobretudo a OIM, atendendo ao facto da Guiné-Bissau ser um Estado reconhecidamente em situação de fragilidade.

As reuniões com as autoridades guineenses em Bissau, no âmbito desta investigação, levam-nos a crer que estão conscientes da existência de programas dirigidos para as diásporas, em diferentes países, ou em organizações internacionais, que poderão permitir a organização de candidaturas de associações da diáspora a linhas de financiamento para a execução de projectos concretos nas zonas de origem, seja na óptica da cooperação bilateral, seja na óptica

multilateral. A diáspora guineense tem uma grande variedade de competências, umas mais qualificadas, outras menos, podendo candidatar-se a programas/projectos transversais a todos os domínios relativos à cooperação como, por exemplo, aqueles que são elegíveis nas linhas de financiamento da União Europeia. Em Portugal, para se candidatarem a esses financiamentos, as associações têm de ser reconhecidas pelo ACIDI, tornarem-se ONGD reconhecidas pelo Camões IP⁵⁷ e procurarem, nos primeiros anos, alianças com outros actores não-governamentais e governamentais para as candidaturas, dadas a exigência de 3 anos de intervenção. Note-se que existem várias ONG na Guiné Bissau que podem ser, com facilidade, parte nacional de projectos, se não existirem estruturas nacionais nas zonas/regiões/tabancas onde os migrantes queiram intervir. Como vimos no Capítulo 4, essas ONG, tal como as internacionais, gozam de um capital social positivo, em geral, superior ao do Estado (Ver Capítulo 4).

Numa fase piloto, sugere-se que o PRODIGB seja composto de dois projectos – “Confiar” e “Desenvolvimento” – e o ODIGB de um projecto – “Conhecer”. A partir de uma execução que satisfaça os intervenientes e os financiadores, poder-se-ão conceber novos projectos numa segunda fase, individualizando as actividades do “Desenvolvimento”.

Projecto Confiar

Instituições implicadas: PRODIGB, Embaixadas e CCDIGB

Resultados pretendidos:

- i) Organização, em conjunto com o CCDIGB, de um conselho consultivo da diáspora, por país de destino, com membros eleitos pelas associações, participação permanente com o país através da Internet e uma reunião anual com o Governo guineense.
- ii) Inquérito anual permanente sobre satisfação individual da diáspora, em articulação com a embaixada respectiva.
- iii) Folha mensal de divulgação, pelas embaixadas, das oportunidades de emprego na Guiné-Bissau, incluindo nas organizações internacionais com representação em Bissau, tendo como fonte mínima os jornais da cidade.
- iv) Organização do Dia da Diáspora, ou do Emigrante, realizado anualmente nos países de destino e na Guiné-Bissau.
- v) Aprovação pelo Governo de regulamentos para o recrutamento de pessoal técnico para a Administração Pública guineense, que sejam transparentes e abertos à candidatura de emigrantes, sem que estes tenham de se deslocar à Guiné Bissau para o efeito.
- vi) Implementação da legislação já existente relativa à capacidade de voto dos guineenses da diáspora, permitindo que, pelo menos nos países com maiores contingentes, seja possível votar.

Projecto Desenvolvimento

Instituições implicadas: PRODIGB e CCDIGB

Resultados pretendidos:

Em geral, a elaboração e distribuição, pelas associações da diáspora e pelas embaixadas, de um manual da diáspora que contenha informação importante, detalhada e escrita com preocupações de apoiar todos os passos necessários aos diferentes actos que a diáspora pratica. Há vários países com manuais deste tipo, que podem servir de inspiração para a elaboração de um manual adaptado às necessidades da diáspora guineense.

⁵⁷ O actual Camões Instituto da Língua e da Cooperação, IP (Camões IP) resultou da fusão do antigo Instituto Camões (IC) com o antigo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), passando, o novo instituto, a reunir a política de promoção da língua e cultura portuguesas com a política de cooperação internacional.

a) Remessas (PRODIGB)

- i) Disponibilizar a informação do manual através da Internet, mas também em papel, nas associações da diáspora, embaixadas e na Guiné Bissau.
- ii) Aprovação de um regime de isenção ou redução fiscal alfandegário, a partir da emissão de um cartão de migrante.

b) Investimento directo (PRODIGB e CCDIGB)

- i) Incluir nas celebrações do Dia da Diáspora um evento direccionado para o investimento.
- ii) Definir um período de graça para investimentos, através de um instrumento legal fiável, concebido, eventualmente, a partir da análise do antigo “cartão de emigrante” que existiu até 1990, segundo informação recolhida.
- iii) Propor a entidades bancárias dos países de destino a criação de linhas de crédito direccionadas para imigrantes guineenses, para apoio ao investimento na Guiné Bissau.

c) Retorno temporário (PRODIGB e CCDIGB)

- i) Organização, com as entidades locais da Guiné-Bissau, de um número previamente determinado de deslocações de membros da diáspora qualificada, por períodos curtos (um a três meses) e a partir de acordos de definição de necessidades, com planificação anual divulgada.
- ii) Assegurar com os países de acolhimento que o seu quadro legal não prejudica os imigrantes nessas saídas temporárias.

O bom funcionamento do programa poderá permitir um alargamento da presença temporária, mas repetida ao longo do ano, de professores e investigadores que acumulem a investigação com o apoio à docência, ou orientação de teses, na Universidade Amílcar Cabral ou instituições privadas.

d) Investimento social (PRODIGB e CCDIGB)

- i) Procurar fundos para apoiar uma metodologia de execução de projectos de emigrantes, mas com objectivos muito bem definidos e um processo de candidatura aberto e transparente.
- ii) Reduzir a carga fiscal sobre os investimentos para construção de escolas, postos de saúde e outros equipamentos sociais, incluindo estradas.

Projecto Conhecer

Instituições parceiras implicadas: ODIGB e CCDIGB

Resultados pretendidos:

- i) Concepção de uma página Web da diáspora a incluir no *site* do INEP.
- ii) Definição de conteúdos e de trabalho correspondente para a manutenção da página, com inclusão permanente de informações.
- iii) Elaboração de um estudo similar ao presente para o Senegal, Cabo Verde e Espanha.
- iv) Estudo de um programa de apoio aos migrantes sem documentação legal de residência nos países de acolhimento, para apresentar ao Governo da Guiné-Bissau.

Tal como no caso anterior, o bom funcionamento do programa poderá permitir um alargamento da presença temporária, mas repetida ao longo do ano, de professores e investigadores que acumulem a investigação com o apoio à docência, ou orientação de teses, na Universidade Amílcar Cabral ou instituições privadas

Referências bibliográficas

- Abreu, Alexandre
2011 *The Political Economy of Migration and Development in Contemporary Guinea-Bissau*. PhD thesis, School of Oriental and African Studies, University of London, mimeo.
- Abreu, Alexandre; George, Edward and Gibert, Marie
2012 “Guinea-Bissau. Recent History”. In: *Europa World* [on-line]. London, Routledge, Freelance Europa World editors. Disponível em <http://www.europaworld.com/entry/gw.hi>.
- ACP Observatory
2012 *Indicators of the Impact of Migration on Development*, Brussels, ACP Observatory.
- AEDES
2009 *Rapport de Mission D'Assistance Technique - Analyse de Données de L'enquête agricole*. Brussels, Project SISA, Agence Européenne pour le Développement et la Santé.
- AHWO
2009 *Perfil dos Recursos Humanos em Saúde para a Guiné-Bissau*. Março.
- Alexandre, Valentim e Dias, Jill (Coord.)
1998 *O Império Africano: 1825-1890*. Lisboa, Editorial Estampa (Nova História da Expansão Portuguesa).
- Amado, Leopoldo
2011 *Guerra Colonial & Guerra de Libertação Nacional, 1950-1974: O Caso da Guiné-Bissau*. Lisboa, IPAD.
- Andrade, Mário Pinto
1997 *Origens do Nacionalismo Africano – Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Banco de Portugal
2011 *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010-2011*. Lisboa, Banco de Portugal. Disponível em www.bportugal.pt.
- Banco Mundial
2010 *Republica da Guine-Bissau: Revisão dos Sectores Sociais*. Documento No. 444427 – GW.
- Barros, Miguel
2010 *Associativismo Juvenil enquanto Estratégia de Integração Social: O Caso da Guiné-Bissau*. Lisboa, 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, ISCTE.
2012 “Civil Society in the Process of Democratization and Development in Guinea-Bissau (1991-2011)”. In: Olagboye, B. (Ed.), *Civil Society and Development in West Africa*, Gana, WACSI.
- Braudel, Fernand
1995 *A History of Civilizations*, New York, Penguin Books.
- Cardoso, Leonardo
2002 “Subsídios para o Estudo dos Movimentos Migratórios na Guiné-Bissau”. *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, Nova Série (3) 2002: 29-50.
- Carreiro, Maria João e Sangreman, Carlos
2011 *Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono – A Diáspora Guineense em Portugal*. Lisboa, Fundação Portugal África.

- Carreiro, Maria João
2007 *Contributos para o Estudo do Transnacionalismo Migrante: O Caso das Associações de Migrantes Guineenses em Portugal*. Dissertação Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Chenery, Hollis
1979 *Structural Change and Development Policy*. New York, Oxford University Press.
- CIDAC
2008, *Relatório do Projecto Baboque "Por uma intervenção Coordenada das Associações de Migrantes na Guiné-Bissau"*. Lisboa, CIDAC.
- Clemens, Michael and Petterson, Gunilla
2006 *A New Database of Health Professional Emigration from Africa*. Working Paper 95, Washington, DC: Center for Global Development.
- Có, João
2012 *A Mobilidade Internacional dos Quadros Africanos: Diáspora Qualificada, Profissionais de Área da Saúde e Redes Transnacionais de Desenvolvimento na Guiné-Bissau*. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, mimeo.
- Davidson, Basil
1978 *A History of West Africa: 1000-1800*. London, Longman
1981a *A Descoberta do Passado de África*. Lisboa, Sá da Costa Editora
1981b *Os Africanos: Uma Introdução à sua História Cultural*. Lisboa, Edições 70.
1981c *Mãe Negra – África: Os Anos de Provação*. Ministério da Educação da República Popular de Angola, Sá da Costa Editora.
1994 *The Search For Africa: History, Culture, Politics*. Times Books, Random House.
- Diop, Amadou
1996 *Société Manjak et Migration*. Édition de l'auteur.
- Evans, Peter
1995 *Embedded Autonomy*. Princeton, Princeton University Press.
- Faist, Thomas
2000 *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*. Oxford: Oxford University Press.
- Ferreira, Armindo
2012 "As Crises Político-Militares na Guiné-Bissau: Causas, Problemas e Soluções". *Jornal Expresso das Ilha*, nº 546 – Especial Guiné-Bissau, 16 de Maio.
- FMI
2011 *Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. Relatório do FMI nº 11/353, Dezembro. Disponível em <http://www.imf.org>.
- Galli, Rosemary and Jones, Jocelyn
1987 *Guinea-Bissau: Politics, Economy and Society*. London: Frances Pinter.
- GRDR
2010 *Étude Diagnostic: Répertoire des Associations de Migrants de Guinée-Bissau*. Montreuil, Groupe de Recherche et Réalisations pour le Développement Rurale.
- ILAP
2010 *Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza*. Bissau, INEC.
- Imbali, Faustino (coord.)

- 1993 *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos Efeitos Socio-económicos*. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- IMF
- 1999a *Guinea-Bissau. Statistical Annex*. IMF Staff Country Report No. 99/123, October.
- 1999b *Guinea-Bissau. Statistical Appendix*. IMF Country Report No. 02/152, July.
- 2006 *Guinea-Bissau: Selected Issues and Statistical Appendix*. IMF Country Report No. 06/313, August. Disponível em <http://www.imf.org>.
- INEC
- 2009 *Recenseamento Geral da População e Habitação da Guiné-Bissau*. Bissau, INEC.
- International Crisis Group
- 2012 *Para Além dos Compromissos: As Perspectivas de Reforma na Guiné-Bissau*. Relatório África nº183, 23 Janeiro.
- Ki-Zerbo, Joseph
- 1972 *História da África Negra*. 2ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América (2 volumes).
- KOUDAWO, Fanfali
- 2001 *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*. Bissau, INEP.
- Lin, Justin
- 2010 *A New Structural Economics. A Framework for Rethinking Development*. World Bank, Policy Research Working Paper 5197. Disponível em <http://econ.worldbank.org>.
- Lopes, Carlos
- 1999 *Kaabundé – Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamança Pré-Coloniais*. Porto, Afrontamento.
- Lopes Catarina
- 2010 *Recortes da História da Guiné Bissau*. Lisboa, FEC.
- Lopes, José Vicente
- 2012 *Aristides Pereira. Minha Vida, nossa História*. Praia, Spleen edições.
- Machado, Fernando
- 1998 “Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-Guineenses e Imigrantes”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 26, pp. 9-56.
- 2002 *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras, Celta.
- M’Bokolo, Elikia
- 1995 *Afrique Noir. Histoire et Civilisations*. Tomo I: Jusqu’au XVIII^e siècle. Paris, Hatier - Aupelf.
- MICS
- 2010 *Multiple Cluster Survey, 4º Inquerito por Amostragem aos Indicadores Múltiplos & 1º Inquerito Demográfico de Saúde Reprodutiva*. Bissau, INEC.
- MEPIR
- 2009 *Relatório de Seguimento Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza – DENARP*. Bissau, Ministério da Economia, Plano e Integração Regional. Disponível em [http://www.gw.undp.org/rapports/Relatorio_seguinto_DENARP_2009.pdf].
- 2011 *Segundo Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza – DENARP II*. Bissau, Ministério da Economia, Plano e Integração Regional. Disponível em: [http://www.gw.undp.org/DENARPII_FR.pdf].
- Nafafé, José
- 2007 *Colonial Encounters: Issues of Culture, Hybridity and Creolisation*. Frankfurt, Peter Lang.

- Nóbrega, Álvaro Correia
2001 *A Luta pelo Poder no PAIGC: A Conflitualidade e as Crises de Liderança*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCSP.
- OCDE
2011 *Relatório 2011 sobre a Intervenção Internacional em Estados Frágeis: República da Guiné-Bissau*. Paris, OECD Publishing [<http://www.oecd.org/dataoecd/60/53/48899975.pdf>].
- Oliveira Marques, A. H.
2001 *O império africano: 1890-1930*. Lisboa, Editorial Estampa.
- Pélissier, René
1989 *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*. 2 volumes, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- Pires, Rui Pena *et al.*
2010 *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa, Edições Tinta da China.
- PNUD
2010 *Relatório do desenvolvimento humano 2010*. Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
2011 *Relatório do desenvolvimento humano 2011*. Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Portes, Alejandro
2004 “Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism”. *International Migration Review*, vol. 37, nº 3.
- RESEN
2009, *Eléments de Diagnostic du Système Educatif Bissau-guinéen (RESEN)*. Bissau, Ministério da Educação Nacional, Ciência, Cultura, Juventude e Desportos.
- Rudebeck, Lars
2001 *On Democracy's Sustainability: Transition in Guinea-Bissau*. *Sida studies*, 4.
2011 *Electoral Democratisation in Post-Civil War Guinea-Bissau 1999–2008*. Discussion Paper, 66 Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- Sangreman, Carlos *et al.*
2006 *A Evolução Política Recente na Guiné-Bissau: As Eleições Presidenciais de 2005, os Conflitos, o Desenvolvimento, a Sociedade Civil*. Documentos de Trabalho nº 70, Lisboa, CESA.
- Sangreman, Carlos (coord.)
2009 *A Cooperação Descentralizada e as Dinâmicas de Mudança em Países Africanos: Os Casos de Cabo Verde e da Guiné – Bissau*. Lisboa, CEa e ACEP.
- SCMR
2007 *Global Migrant Origin Database*. Sussex Centre for Migration Research. Disponível em <http://www.migrationdrc.org>.
- SEF
2009 *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Oeiras, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
2010 *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Oeiras, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Sellström, Tor
2008 *A Suécia e as Lutas de Libertação Nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*. Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- Sen, Amartya

- 2003 *Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa, Gradiva.
- Silva, A. Duarte
 2008 “Das colónias às Províncias Ultramarinas”. In: *Os Anos de Salazar – 1951 Extingue-se o “Império Colonial” nascem as “Províncias Ultramarinas”*. Lisboa, Planeta DeAgostini, nº 9.
- SOUSA, Julião Soares
 2011 *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Lisboa, Nova Vega.
- Sousa, Miguel Girão
 2009 “The Challenges and Constraints of the Security Sector Reform in Guinea-Bissau: A View from the Field”. *Portuguese Journal of the International Affairs*. Autumn/Winter, pp. 15-26.
- Stiglitz, Joseph
 1996 “Some Lessons from the East Asian Miracle”. *The World Bank Research Observer*, vol. 11, nº 2: 151-177.
- Thomson, A.
 2004 *An Introduction to African Politics*. 2nd Edition, Oxford, Routledge.
- Temudo, Marina
 2009 “From the Margins of the State to the Presidential Palace: The Balanta Case in Guinea-Bissau”. *African Studies Review*, vol. 52, nº 2, pp. 47-67.
- TOMÁS, António
 2007 *O Fazedor de Utopias. Uma Biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa, Edições Tinta da China.
- United Nations
 2010 *Report of the Secretary-General on Developments in Guinea-Bissau and on the Activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in That Country*. Security Council, June [http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/371/65/PDF/N1137165.pdf?OpenElement].
- Van Der Ploeg, Jan
 1990 “Autarky and Technical Change in Rice Production in Guinea-Bissau: On the Importance of Commoditization and De-Commoditization as Interrelated Processes. In: Haswell, M. and Hunt, D. (eds.) *Rural Households in Emerging Societies*. Oxford, Berg Publishers, pp. 93-113.
- Voz di Paz
 2010 *Guiné-Bissau - As Causas Profundas de Conflitos: A Voz do Povo – Resultados da Auscultação Nacional Realizada em 2008*. Voz di Paz/Interpeace.
- World Bank
 2009 *Republic of Guinea-Bissau – Social Sector Review*. Report nº 44427-GW. Disponível em: <http://ddp-ext.worldbank.org/EdStats/GNBstu09.pdf>
 2011a *Guinea-Bissau: Country Economic Memorandum*, Documento nº 58296 – GW.
 2011b *Migration and Remittances Factbook 2011*. Washington DC, The World Bank.
 2012 *World Development Report 2012*. Washington, International Bank for Reconstruction and Development.
- World Bank. *World Data Bank. World Development Indicators & Global Development Finance*. [Online]. Disponível em <http://data.worldbank.org/data-catalog>. Acedido em Maio 2012.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) está comprometida com o princípio de que uma migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade em geral. Enquanto Organização Intergovernamental, a OIM actua com os seus parceiros na comunidade internacional para: Apoiar nos desafios operacionais relacionados com as migrações; promover o conhecimento das questões migratórias; encorajar o desenvolvimento social e económico através das migrações, e trabalhar para o efectivo respeito da dignidade humana e do bem-estar dos migrantes.

Coordenação editorial:

OIM Lisboa e Centro Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA)

Editado por:

Organização Internacional para as Migrações

Missão em Portugal

Rua José Estêvão, nº 137 – 8º

1150-201 Lisboa

Portugal

Tel: +351 21 324 29 40

Fax: +351 21 324 29 49

E-mail: iomlisbon@iom.int

Autores:

Carlos Sangreman, professor auxiliar na Universidade de Aveiro e investigador e membro da direcção do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CESA)

João Estêvão, professor auxiliar no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, e investigador e membro da direcção do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CESA)

Alexandre Abreu, professor convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e investigador e do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CESA)

Maria João Carreiro, mestre pelo Instituto Superior de Ciências de Empresa (ISCTE) de Lisboa e investigadora e do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CESA)

Fernando Sousa Júnior, mestre pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e investigador e do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CESA)

Concepção gráfica e impressão por: DPI Cromotipo

Deposito Legal: 349898/12

Todos os direitos reservados. Não está autorizada a reprodução ou transmissão, através de quaisquer meios, quer electrónicos, mecânicos, reprodução por fotocópia, gravação ou outra, de qualquer parte desta publicação sem o prévio consentimento do Editor.

As opiniões expressas neste trabalho são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a visão da Organização Internacional para as Migrações (OIM) ou dos seus financiadores.

As designações utilizadas e a apresentação do material ao longo da publicação não implica a expressão de qualquer opinião por parte da OIM respeitante ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou das suas autoridades, ou respeitante às suas fronteiras.



Organização Internacional para as Migrações
Missão em Lisboa

Rua José Estevão, 137, 8º
1150-201 LISBOA
www.iom.int



International Organization for Migration (IOM)
Organisation internationale pour les migrations (OIM)
Organización Internacional para las Migraciones (OIM)